

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL

DENNIS NOGAROLLI MARQUES PATROCÍNIO

**O POVO DO PAMPA: UMA HISTÓRIA DE VIDA EM MEIO AOS CAMPOS  
NATIVOS DO BIOMA PAMPA**

Porto Alegre

2015

DENNIS NOGAROLLI MARQUES PATROCÍNIO

**O POVO DO PAMPA: UMA HISTÓRIA DE VIDA EM MEIO AOS CAMPOS  
NATIVOS DO BIOMA PAMPA**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Rural.

Orientadora: Profa. Dra Marlise Amália Reinehr Dal Forno

Porto Alegre

2015

### CIP - Catalogação na Publicação

Nogarolli Marques Patrocínio, Dennis

O POVO DO PAMPA: UMA HISTÓRIA DE VIDA EM MEIO AOS  
CAMPOS NATIVOS DO BIOMA PAMPA / Dennis Nogarolli  
Marques Patrocínio. -- 2015.  
183 f.

Orientadora: Marlise Amália Reinehr Dal Forno.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do  
Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas,  
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural,  
Porto Alegre, BR-RS, 2015.

1. Bioma Pampa. 2. Campo Nativo. 3. Conservação da  
biodiversidade. 4. Pecuária familiar. I. Amália  
Reinehr Dal Forno, Marlise , orient. II. Título.

DENNIS NOGAROLLI MARQUES PATROCÍNIO

**O POVO DO PAMPA: UMA HISTÓRIA DE VIDA EM MEIO AOS CAMPOS  
NATIVOS DO BIOMA PAMPA**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Rural.

Aprovado em: Porto Alegre, 26 de maio de 2015.

BANCA EXAMINADORA

---

Profa. Dra. Marlise Amália Reinehr Dal Forno - Orientadora  
PGDR/UFRGS

---

Profa. Dra. Marcia dos Santos Ramos Berreta  
UERGS

---

Profa. Dra. Daniela Garcez Wives  
UFRGS

---

Prof. Dr. Carlos Nabinger  
UFRGS

*Dedico esta pesquisa para todos que fizeram parte da minha trajetória. Em especial a minha família e a família pesquisada, a qual me proporcionou momentos únicos durante a realização desta pesquisa.*

## AGRADECIMENTOS

Agradeço imensamente à família alvo desta pesquisa, Roneide, Dona Chinoca, Neusa e Marlon, não somente por terem me recebido em sua residência e por terem compartilhado um pouco de sua história comigo, mas também pela confiança e pelos aprendizados que me proporcionaram. Camparear em meio aos Cerros que fazem da Serra do Caverá um lugar único, matear nas noites de inverno, desfrutar os dias de verão e vivenciar a vida no campo, abriram meus olhos para um outro modo de viver. Levarei com muito afeto cada dia que passamos juntos.

Agradeço ao Cláudio Ribeiro, que, com seu entusiasmo em compreender o modo de se fazer pecuária familiar no bioma pampa, me motivou a desenvolver esta pesquisa.

Aos orientadores Profa. Marlise e Prof. Luciano, pela motivação que me proporcionaram ao longo dos anos da pós-graduação, por terem sabido me cobrar quando necessário e por terem me orientado para que concluísse esta pesquisa.

Ao Lucas Woltmann, pelo apoio no levantamento de dados, companhia nas fases de campo, pelas trocas de ideias pós-campo e por me manter acordado, sempre com bom humor, enquanto dirigia nas viagens de retorno.

A Lilian Waquil, que, sem hesitar, ajudou-me com a elaboração dos mapas de Rosário do Sul.

Aos amigos do Projeto RS Biodiversidade, Letícia, Cristiani e Rosânia pela parceria ao longo do projeto e em especial a Joana Bassi, à qual sou muito grato por ter sido minha principal motivadora e por ter me indicado o Programa de Desenvolvimento Rural para que eu traçasse meu caminho acadêmico, e a Ana Carolina Freitag: ambas, de forma competente e comprometida, foram complacentes em minhas ausências ao trabalho.

A Karina S. dos Santos, que, ao longo da maior parte da pesquisa, foi paciente com minhas angústias e me fez companhia nos momentos em que mais precisei.

Agradeço ao ex Secretário Adjunto do Meio Ambiente e colega Luís Fernando Perello, por ter autorizado o desenvolvimento desta pesquisa e por aliá-la às atividades da SEMA, o que me possibilitou de viajar e afastar-me de minhas funções quando necessário.

Aos amigos do programa, pela oportunidade de compartilhar comigo um pouco de suas vidas.

À minha família, pela constante motivação, ensinamentos e pela possibilidade de manter o meu porto seguro em Curitiba.

Aos meus amigos de sempre e aos novos amigos.

## RESUMO

Criar gado em campo nativo é uma prática que, historicamente, é desenvolvida no Estado do Rio Grande do Sul. Desde a preação do gado xucro distribuído pelas vastas planícies do bioma pampa até a produção de gado em estâncias, encontramos os elementos que configuraram a formação política e cultural do Estado. Anteriormente, em um passado ainda mais distante, povos de várias etnias passaram por esses ambientes, deixando costumes que, mesmo que se tenham passado séculos de intervenções culturais, ainda podem ser observados permeando a cultura do povo do Pampa. Em meio a esse ambiente, o presente estudo tem como objetivo identificar e visibilizar determinadas práticas, a relação com o ambiente e alguns dos aspectos simbólicos que envolvem os “pequenos produtores rurais” que criam gado em campo nativo, os quais são denominados de pecuaristas familiares. Para isso, foi realizado um resgate da formação do ambiente, até a chegada dos colonizadores, de modo a identificar os principais momentos históricos que se entremeiam para formar esse bioma como o conhecemos hoje. A história recente será contada com o apoio de uma família de pecuaristas familiares inserida na Serra do Caverá, localidade pertencente ao município de Rosário do Sul – RS. É em meio à singularidade da Serra do Caverá – entre cerros e coxilhas - que, fazendo uso da abordagem etnográfica, apresentarei a história de vida dessa família. Caracterizá-los, de modo a identificar valores intrínsecos à prática de criação de gado em campo nativo, suas relações com o entorno da propriedade e com o ambiente do qual fazem parte, permite reconhecer e valorizar uma prática secular de produção de gado. Percebe-se que esses pecuaristas familiares, com seu modo de fazer pecuária, mantêm uma relação estreita com os elementos da biodiversidade que o compõem, mas, por outro lado, nota-se que as políticas públicas de apoio à pecuária familiar, no contexto do bioma Pampa, são escassas, o que determinou, até pouco tempo, que estes tenham se tornado invisíveis ao Estado. Assim, somando a esses fatores a necessidade de identificar os valores simbólicos inerentes ao modo de se fazer pecuária na localidade e, sobretudo, à família pesquisada, concluímos que estes são indissociáveis ao ambiente que os cerca, ficando perceptível a premência de identificar e ampliar o conhecimento dessas práticas e sua aliança para a conservação da biodiversidade no bioma Pampa, para aí, sim, traçar estratégias de conservação que

aliem o elemento humano com a conservação, pois, além de utilizar o campo nativo como insumo à produção, esse público de pecuaristas mantém a guarda do ambiente.

**Palavras-chave:** Bioma Pampa. Campo nativo. Conservação da biodiversidade. Pecuária familiar.

## **ABSTRACT**

Raising cattle on natural pasture is a historical practice in Rio Grande do Sul. From the wild cattle hunt spread throughout the vast plains of Pampas biome to cattle production in ranches, we find elements that shaped the political and cultural structure of the state. In a remote past, people from various ethnic groups passed through these environments introducing traditions which, even after centuries of cultural interventions, can still be observed permeating the culture of people from Pampa. This study aims to identify and disclose some practices, their relation with the environment and some of the symbolic aspects regarding “small rural producers” that raise cattle on natural pasture, who are called family farmers. For this purpose, a research on the development of the environment up to the arrival of settlers was held in order to identify key historical moments that formed this biome as we know it today. The recent history will be narrated with the support of a family farmer from Serra do Caverá, a locality in Rosario do Sul county, Rio Grande do Sul. Amid the uniqueness of Serra do Caverá landscape I will present the life story of this family using the ethnographic approach. Characterizing this family in order to identify intrinsic values of livestock on natural pasture, their relation with the surroundings of the property and also with the environment to which they belong, enable us to value an ancient practice of livestock production. Family farmers keep a close relationship with the elements that constitute the environment biodiversity; on the other hand, public policies to support family farming of Pampa biome are limited, which led these families to become invisible to the state up until recently. Therefore, it is clear the urgency to identify and expand the knowledge of livestock practice and its role in the conservation of biodiversity in Pampa biome in order to design strategies that combine the human element and conservation, as these farmers use natural pasture as an input to production besides taking care of the environment.

**Keywords:** Biodiversity conservation. Family farming. Natural pasture. Pampa biome.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Fisionomia da paisagem na localidade da serra do Caverá, Rosário do Sul – RS.....	23
Figura 2 – Área de pastejo do gado em campo nativo em meio a cerros da serra do Caverá, Rosário do Sul – RS .....	24
Figura 3 – Áreas de cultivo de soja compondo a paisagem no trajeto em direção à serra do Caverá, Rosário do Sul – RS.....	25
Figura 4 – Interlocutores em meio ao campo nativo de sua propriedade rural..	26
Figura 5 – Deslocamento pela propriedade.....	52
Figura 6 – Construção da linha da vida junto a família pesquisada.....	53
Figura 7 - Cavalgada ao interior da propriedade pesquisada objetivando acompanhar a rotina dos interlocutores quanto ao manejo do gado.....	58
Figura 8 – A primeira propriedade de acesso à família pesquisada.....	60
Figura 9 - Ainda no acesso a propriedade pesquisada.....	62
Figura 10 – Registro da casa onde reside a família pesquisada e as estruturas do entorno que compõe o ambiente.....	63
Figura 14 - Monumento em homenagem do município de Santo Angelo aos 250 anos da morte do índio Sepé Taraju.....	88
Figura 15 - Estação de trem de Rosário do Sul. Ponte de Ferro Rosario e ferrovia livramento.....	90
Figura 16 – Imagem de Honório Lemes e aliados e Joaquim da Silva Lemes.	91
Figura 17 – Revolucionários da força geral – Estácio Azambuja).....	91
Figura 18 – Fisionomia característica das propriedades rurais inseridas na localidade da Serra do Caverá.....	99
Figura 19 - Vista aérea de parte da Serra do Caverá.....	113
Figura 20 - Vista aérea de parte da Serra do Caverá.....	113
Figura 21 – Estrutura construída para manejo do gado bovino.....	127
Figura 22– Estrutura de alvenaria construída para guarda dos equipamentos destinados aos procedimentos de inseminação artificial.....	127
Figura 23 - Manejo do gado com o auxílio dos cães.....	130
Figura 24 - Indivíduo que tinha se desgarrado do rebanho devido a presença de uma bicheira.....	132
Figura 25 - Concurso de borregas do III encontro de produtores rurais da Serra do Caverazinho.....	135
Figura 26 - Elementos do entorno da casa onde reside a família pesquisada.....	138

Figura 27 - Indivíduos de garopa <i>Aloysia gratissima</i> (Gillies & Hook.) em um dos campos utilizado para pastejo dos animais.....	141
Figura 28 - Práticas de manejo realizadas com o gado na mangueira.....	150
Figura 29 - Procedimento de aquecimento dos bastões para a realização da marcação.....	153
Figura 30 - Prática de marcação do gado.....	154
Figura 31 - Registro da marca da família de Dona Chinoca.....	155
Figura 32 - Imagens do local do III Encontro de Produtores Rurais da Serra do Caverazinho.....	157
Figura 33 - Imagens do III Encontro de produtores Rurais da Serra do Caverazinho.....	162
Figura 34 - Prova da melhor receita preparada com carne de ovelha.....	164
Figura 35 - Prova do laço e do couro.....	166
Figura 36 - Concurso “a mais bela prenda” do III Encontro de Produtores Rurais da Serra do Caverazinho e concurso de borregas “dente de leite, dois e quatro dentes.....	16

## LISTA DE GRÁFICOS

- Gráfico 1 – População residente urbana e população residente rural..... 94
- Gráfico 2 - Distribuição de homens e mulheres nas zonas rurais e urbanas. ....**Erro! Indicador não definido.**
- Gráfico 3 – Porcentagem de estabelecimentos agropecuários de Rosário do Sul com tratores. ....**Erro! Indicador não definido.**
- Gráfico 4 – Produtos da lavoura temporária em toneladas**Erro! Indicador não definido.**
- Gráfico 5 – Porcentagem de estabelecimentos agropecuários por espécies de efetivo .....**Erro! Indicador não definido.**
- Gráfico 6 – Porcentagem de estabelecimentos agropecuários e uso de pastagens....**Erro! Indicador não definido.**
- Gráfico 8 – Produção pecuária de Rosário do Sul no ano de 2012**Erro! Indicador não definido.**

## LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Delimitação geográfica do município de Rosário do Sul. Observa-se em vermelho a delimitação do núcleo urbano do município e em preto a delimitação da propriedade rural alvo da pesquisa.....	95
Mapa 2 – Principais estradas de Rosário do Sul .....	96
Mapa 3 – Rede hidrográfica de Rosário do Sul .....	108
Mapa 4 - Zonas atas e baixas do município de Rosário do Sul .....	113
Mapa 5 – Geologia do município de Rosário do Sul .....	114
Mapa 6 – Classes geomorfológicas do município de Rosário do Sul.....	115
Mapa 7 – Representando as classes da vegetação de Rosário do Sul.....	117
Mapa 8 - Representando das classes de solos de Rosário do Sul.....	118

## LISTA DE SIGLAS

- APA** – Área de Proteção Ambiental
- EMATER** – Empresa Brasileira de Extensão Rural
- FEPAM** – Fundação de Proteção Ambiental Luis Roessler
- FZB** – Fundação Zoobotânica
- IAP** – Instituto Ambiental do Paraná
- IBGE** - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- ONG** – Organização Não Governamental
- REMAVOU**- Rede de Monitores Ambientais Voluntários
- SEMA** – Secretaria do Meio Ambiente
- UFRGS** – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

## SUMÁRIO

<b>1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS .....</b>	<b>16</b>
<b>2 REVISÃO DA LITERATURA .....</b>	<b>27</b>
2.1 Concepções de desenvolvimento: da ideologia do progresso à emergência da etnoconservação.....	27
2.2 O protagonismo das populações locais: .....	33
2.3 A figura do pecuarista familiar .....	35
2.4 Bioma Pampa: diversidade biológica e estratégias para conservação.....	40
<b>3 METODOLOGIA.....</b>	<b>47</b>
3.1 Desvelando o cenário de campo .....	48
3.2 Do trabalho prospectivo ao uso de ferramentas metodológicas .....	49
3.3 Os instrumentos de coleta de dados.....	53
3.3.1 Coleta e tratamento dos dados secundários.....	53
3.3.2 História de Vida: o que os sujeitos têm a dizer (...).....	54
3.3.1 Leitura da paisagem: as impressões do lugar.....	57
3.3.2 O Estudo Cartográfico .....	64
<b>4 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO: da Reconstituição Geomorfológica aos Primeiros Habitantes.....</b>	<b>66</b>
4.1 Reconstituição do ambiente pampeano .....	67
4.2 O Pampa recebe os primeiros caçadores coletores:.....	69
4.3 A conquista europeia do ambiente pampeano .....	71
4.4 Estabelecimento das Estâncias: uma forma de reorganização dos espaços sócio-culturais (?).....	76
4.5 Rosário do Sul: <i>o berço do gaúcho</i> .....	83
4.6 Rosário do Sul hoje: .....	90

4.6.1 Propriedade rural de Rosário do Sul .....	92
4.6.2 População.....	
4.6.3 Localização geográfica .....	
4.6.4 Lendas e Contos .....	97
4.6.5 Produtos, Produtores e Uso da Terra .....	98
4.6.5.1 Sistema produtivo pecuária, grãos.....	100
4.6.6 A produção pecuária de Rosário do Sul.....	103
4.7 Aspectos fisiográficos: clima e hidrografia relevo, geomorfologia, solo e vegetação .....	105
4.7.1 Hidrografia.....	106
4.7.2 Relevo, geomorfologia e solo .....	109
4.7.3 Vegetação:.....	116
<b>5 HISTÓRIA DE VIDA DA FAMÍLIA SELECIONADA .....</b>	<b>119</b>
5.1 A casa e seu entorno .....	136
5.2 As práticas efetuadas pela família .....	143
5.2.1 A prática de Boquear.....	147
5.2.2 Marcação: a simbologia herdada .....	150
5.3 Associação de Produtores da Serra do Caverazinho “ <i>eu vejo a importância da associação</i> ” .....	154
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>170</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>174</b>
<b>APENDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO.....</b>	<b>179</b>
<b>APENDICE B – QUESTIONÁRIO .....</b>	<b>180</b>

## 1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Neste capítulo, em que o leitor será apresentado ao universo desta pesquisa, tenho como propósito principal, compartilhar o processo de construção e de amadurecimento pessoal e profissional que me levou a escolha da temática aqui trabalhada. Na busca por explorar textualmente os caminhos percorridos, em meio aos campos sulinos do Rio Grande do Sul, inicio me apresentando.

Pelos bosques de araucária em Curitiba - PR, eu cresci. Localizada às margens do Parque Municipal do Barigui, a casa de meus avós maternos constituiu um importante reduto de criatividade e curiosidade, por me permitir explorar um ambiente completamente novo e repleto de surpresas.

Até que eu pudesse, sozinho por veredas até então desconhecidas para mim, eu era guiado, pacientemente, pelo meu avô. Pelas trilhas, nos finais de semana, os elementos da biodiversidade eram-me apresentados. Ainda jovem, restando um ano para completar o ensino fundamental, tomei uma decisão que, mesmo sem saber, nortearia minha atuação profissional.

Em 1999, iniciei o curso técnico em agropecuária pela Universidade Federal de Santa Catarina. Sem os conhecimentos prévios da prática da agropecuária, os três anos seguintes foram regados pela satisfação de um novo mundo que se abria para mim, o rural.

Ao longo do curso tive a possibilidade de explorar, mesmo que de modo experimental, algumas práticas reproduzidas no rural, tais como o manejo do gado leiteiro, realizado nas primeiras horas do dia, meu preferido, capina em canteiros de hortaliças, técnicas de abate de animais, tratamentos culturais de alguns cultivos de citros, banana, entre outros.

Após o entusiasmo do primeiro ano de curso e o vislumbramento de possibilidades profissionais de trabalho, algumas inquietações foram surgindo com a proximidade do final do curso. Alguns dos métodos convencionais de agricultura, ali transmitidos, começavam a me fazer refletir. Definir qual o agrotóxico adequado às culturas para controle de pragas, a melhor ração, o maquinário a ser utilizado, o modelo e os cuidados com as culturas de grãos, representavam indagações que me faziam questionar a escolha profissional que eu havia feito.

As noções de equilíbrio e valorização dos elementos da biodiversidade que me foram apresentadas quando criança fizeram-me questionar alguns dos modelos de agricultura difundidos no curso.

Meu objetivo maior de contribuição para a sociedade parecia naquele momento estar em cheque. Diante disso, algumas questões foram sendo despertadas em minha mente: Será que não há um método de fazer agricultura com menos impacto ao ambiente? A fauna e a flora, por que não são consideradas?

Essas inquietações, somadas às representações mentais construídas na infância, deixaram-me com a plena certeza da profissão que eu viria escolher. Assim, fui conduzido a ingressar no curso de graduação em Biologia pelo Centro Universitário Campos de Andrade, em Curitiba.

Completamente fascinado com as aulas de Evolução e Ecologia, meu objetivo, na época, era trabalhar com Biologia da Conservação, mesmo que os conceitos e métodos para isso ainda não fossem de meu conhecimento. Apesar do entusiasmo e da satisfação em relação ao curso que eu havia escolhido, as questões levantadas no final do curso técnico ainda não tinham sido respondidas por completo. Mais tarde, após o término do curso, eu perceberia que tais questões continuariam sem respostas com a graduação.

Apesar de muito me identificar com o curso, sobretudo após os dois primeiros anos, o fato de o currículo da Biologia ser direcionado fundamentalmente à pesquisa científica, frustrava algumas das minhas expectativas: para mim, o curso poderia também privilegiar uma abordagem mais refinada de gestão ambiental, que considerasse os aspectos econômicos, sociais e ambientais, inerentes de um sistema tão complexo.

Foi distante da academia que eu descobri o caminho das pedras para minhas questões. Em 2003, ainda cursando a graduação, depois de meses de idas e vindas, de negativas e esperança, consegui o tão desejado estágio no Instituto Ambiental do Paraná – IAP. Para minha satisfação, fui lotado no Departamento de Biodiversidade – DBIO, passando a pertencer à Diretoria de Biodiversidade e Áreas Protegidas – DIBAP.

Os caminhos para a aplicação dos conhecimentos adquiridos no curso técnico em agropecuária, os quais se somariam aos proporcionados pelos trabalhos que seriam desenvolvidos, relacionados à conservação da biodiversidade, estavam abertos para serem explorados.

Foi a experiência adquirida ao longo dos quatro anos seguintes que norteou minha atuação profissional. No IAP, após ter sido selecionado para atuar como consultor do Projeto Paraná Biodiversidade, em 2005, tornei-me responsável pelo apoiar à gestão técnica do projeto, no IAP, e pelo planejamento da central de monitoramento da fauna silvestre nativa para o estado do Paraná. O referido projeto contou com o apoio do Fundo Global para o Meio Ambiente - GEF por meio do Banco Mundial, cujo objetivo principal foi a formação de corredores de biodiversidade em nível regional.

A pesar de essa atividade parecer, à primeira vista, puramente zoológica, foi nesse trabalho que eu pude, pela primeira vez, contrapor de algum modo, o que havia me inquietado nos últimos anos do curso técnico em agropecuária, qual seja trabalhar com conservação da biodiversidade junto a comunidades rurais.

Em virtude do entusiasmo e engajamento de técnicos do IAP, pesquisadores, estudantes e comunidade do entorno das unidades de conservação, originou-se a Rede de Monitores Ambientais Voluntários – REMAVOU, que teve como finalidade propiciar às comunidades do entorno das Unidades de Conservação, bem como às comunidades inseridas dentro das Áreas Prioritárias para conservação dos corredores de biodiversidade, a participação voluntária em atividades de monitoramento e pesquisa.

O meu envolvimento, ao longo de dois anos no projeto acima citado, somados à oportunidade de ter sido selecionado para nos projetos “Formação do conselho consultivo do mosaico de unidades de conservação Lagamar”, no litoral norte do Estado do Paraná e sul do Estado de São Paulo, e “incentivos à Meliponicultura” na APA de Guaraqueçaba-PR, ambos vinculados ao componente conservação e desenvolvimento da ONG Sociedade de Pesquisa em Vida Silvestre e Educação Ambiental – SPVS, representaram fatores significativos para o meu despertar para uma realidade, até então pouco explorada, que culminou em uma busca pessoal por experiências junto a comunidades rurais.

Até então, em minha vida pregressa, eu nunca havia tido um contato tão próximo com realidades, culturas e problemáticas tão particulares quanto as das comunidades rurais isoladas geograficamente dos grandes centros urbanos.

Por meio dessas experiências, constatei que o abismo que separava o saber literário das experiências vivenciadas na prática foi gradativamente se constituindo um aprendizado frutífero. Distante da austeridade dos trabalhos de laboratório, a

valorização dos saberes e práticas locais muitas vezes negligenciados pela ciência tradicional, mostrou-se uma ferramenta indispensável para a conservação da biodiversidade. Essas experiências vieram a contribuir para a construção das bases da minha noção de gestão ambiental, ainda que eu carecesse de uma imersão mais aprofundada por meio de experiências práticas.

Decorridos quatro anos após concluir a graduação, em 2010, fui nomeado técnico ambiental na Secretaria Estadual do Meio Ambiente do Estado do Rio Grande do Sul - SEMA. Estavam abertos os caminhos para que, efetivamente, e de modo contínuo, eu pudesse trabalhar com gestão ambiental em prol da conservação da biodiversidade. No ano seguinte, fui lotado no Projeto RS Biodiversidade.

Proveniente de um acordo de doação do fundo global do meio ambiente – GEF e Banco Mundial, esse projeto foi o instrumento que me possibilitou conhecer alguns dos modos de vida, mesmo que de modo expedito, muito singulares das comunidades inseridas no bioma pampa.

Recém-chegado no Rio Grande do Sul e com a missão de gerenciar o Projeto RS Biodiversidade, propus-me a retornar à academia para acelerar meu processo de familiarização, tendo em vista um conhecimento mais aprofundado sobre este estado singular e diverso em ambientes. Até então, eu não havia tido contato com o bioma pampa. Os cinco anos seguintes foram de intensos aprendizados, tanto interpessoais, quanto gerenciais, mas, sobretudo, regados por uma imersão em questões relativas à conservação do bioma pampa, suas disputas territoriais e problemáticas.

Dentre as ações do projeto, que contempla quatro áreas do Estado, foi em uma das regiões do bioma pampa que um modo de fazer pecuária se apresentou a mim com destaque. Ao longo das visitas realizadas entre os anos de 2011 e 2013, construindo e desconstruindo conceitos sobre uma atividade que utiliza os recursos forrageiros nativos como matéria-prima para bovinocultura de corte, foi possível ter contato com uma série de problemáticas e desafios em termos de desenvolvimento, que fizeram da metade sul do Estado meu alvo de estudo.

Ribeiro (2009), ao retratar esse modo de fazer agricultura, apresenta os pecuaristas familiares como a identidade do gaúcho da região dos campos da campanha, fruto da sua formação histórica, de sua posição geográfica, da sua ocupação territorial, da sua combinação étnica e das suas condições sociais, ambientais e econômicas. Essa cultura, associada ao modo de criação de animais adotado pelos pecuaristas familiares,

utiliza sistemas dependentes dos recursos forrageiros nativos, promovendo, dessa forma, a conservação, a potencialização da fauna e flora nativa, a conservação dos serviços ecossistêmicos, entre outros fatores de relevante importância para a conservação da biodiversidade.

Cláudio Ribeiro, extencionista da Emater, na época, paciente e entusiasmadamente, me apresentou o bioma pampa sob os aspectos econômico, ambiental e territorial. Foi ao longo dos anos em que estive à frente do projeto RS Biodiversidade, representando a Emater localmente, que também algumas de suas inquietações foram compartilhadas comigo, sobretudo, a carência de políticas públicas que incentivem a prática de produzir gado de corte com base em recursos forrageiros nativos. Naquele momento, estava claro para mim, representando a Secretaria do Meio Ambiente, que internalizar essas questões no órgão ambiental estadual não deveria ser apenas o objetivo de um projeto com prazo de finalização definido, mas nascia ali, diante de tudo o que eu estava vivenciando, uma possibilidade de aprofundamento na temática de conservação do bioma pampa, considerando, sobretudo, as comunidades ali existentes, as quais, por meio da pecuária em campo nativo, reproduziam seu modo de fazer agricultura.

Sensibilizado pelas questões compartilhadas por Cláudio Ribeiro, inclinei-me a resgatar o Estado da arte das políticas públicas de incentivo à práticas de menor impacto ao ambiente aliadas à conservação da biodiversidade no Rio Grande do Sul, destacando, dentre elas, as políticas públicas que pudessem, de alguma forma, considerar a realidade das comunidades inseridas no bioma pampa.

Instigado a aprofundar-me nas múltiplas questões que compõem o bioma pampa, sobretudo, nas questões que envolvem as políticas públicas, me inscrevi no curso multidisciplinar e apresentei uma proposta de pesquisa de mestrado no curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da UFRGS para a Professora Dra. Marlise Amália Reinehr Dal Forno. Ao longo das conversas com a Dra. Marlise Dal Forno, em uma delas fui apresentado ao Professor Dr. Luciano Figueiredo, com o qual também compartilhei a proposta de pesquisa. Após afáveis estímulos de ambos os doutores para que eu desenvolvesse a pesquisa, estes fizeram-me refletir sobre uma possibilidade pouco explorada pela academia no bioma pampa, qual seja a que diz respeito à conservação do bioma sob um viés cultural de considerar o ambiente.

Considerando esse fator elementar para iniciar as discussões sobre conservação, percebemos que os caminhos para reconstituir o panorama das políticas públicas que dessem conta da conservação de ambientes campestres partiam inicialmente do conhecimento das relações existentes entre as comunidades ali inseridas, do meio em que estas vivem e dos valores que as levaram a permanecer na região ao longo de gerações. Somente partindo desse pressuposto, poderíamos iniciar as discussões sobre a questão das políticas públicas para os campos sulinos da metade sul do Rio Grande do Sul.

Desafiado a entranhar nos meandros da sociologia por grande parte das disciplinas do curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural e insatisfeito não só com a exegese filosófica como também com a submissão aos trabalhos de teoria pura, encontrei nas leituras antropológicas e etnológicas o suporte para minha imersão no empirismo e em seu mundo subjetivo dos valores e simbolismos.

A imersão no empirismo na localidade onde eu viria a desenvolver a pesquisa deu-se ao longo do ano de 2011 em visitas de acompanhamento da implementação das ações do Projeto RS Biodiversidade. Foram as propriedades rurais inseridas em Rosário do Sul, fronteira oeste do estado do Rio Grande do Sul que muito me impressionaram.

Não apenas pela beleza cênica, que me chamou a atenção pelos seus serros dispostos aleatoriamente na paisagem (Figura 1) e (Figura 2), mas principalmente pelo modo de vida ali reproduzido. O acolhimento e hospitalidade em nos recepcionar, por parte das famílias rurais, me deixou entusiasmado em direcionar os esforços de pesquisa para esse município, aliando também as facilidades de logística provenientes do Projeto RS Biodiversidade, com atuação na região.

**Figura 1** – Fisionomia da paisagem na localidade da serra do Caverá, Rosário do Sul – RS



Fonte: Acervo do autor

Os primeiros contatos com a família rural com a qual desenvolveríamos a pesquisa deu-se com o apoio guiado da Emater, em visita de acompanhamento das ações do Projeto RS Biodiversidade. Completamente imersos, encontrávamo-nos entre cerros, campos e gado na localidade denominada de Serra do Caverá, 3º distrito de Rosário do Sul, quando em meio às longas distâncias que separam essa localidade do centro urbano mais próximo, vi ali uma oportunidade de pesquisa.

**Figura 2** – Área de pastejo do gado em campo nativo em meio a cerros da serra do Caverá, Rosário do Sul - RS



Fonte: Acervo do autor

Foi na companhia do Dr. Luciano Figueiredo e Bonoto, extensionista da Emater do escritório municipal de Rosário do Sul a primeira imersão no empirismo, quando, a partir desse momento, passei a almejar o desenvolvimento de pesquisa.

Adentramos rumo à localidade do Caverá, ao sul do município, pela RS 158, sentido serra do Caverá. Ao longo do trajeto, foi possível visualizar algumas das práticas agrícola locais que constituíam a paisagem, como demonstra a Figura 3.

**Figura 3** – Áreas de cultivo de soja compondo a paisagem no trajeto em direção à serra do Caverá, Rosário do Sul - RS



Fonte: Acervo do autor

Mesmo em condições climáticas desfavoráveis devido à forte chuva que brindava a nossa chegada, com atraso de três horas do horário combinado, chegamos à propriedade rural do Sr. Roneide.

Foi em um antigo galpão, ao lado da casa da família, onde ficavam alojadas as ferramentas de tosquia das ovelhas, maquinários diversos de pequeno porte e churrasqueira, que fomos recebidos e, a partir de então, uma conversa prazerosa, na companhia de um mate amargo e quente, se iniciou. Ainda surpresos com a chuva torrencial que caía naquela tarde, víamos a satisfação estampada na face desse senhor, deixando claro que esta era muito bem-vinda.

Depois de algumas horas de conversas, a Sra. Neusa, esposa de Roneide, chamou-nos para o almoço, cuja preparação havia sido iniciada enquanto conversávamos. Carreteiro de carne suína, salada e macarrão foi o que garantiu o estoque de energia necessária para nosso retorno.

Esse breve relato dos momentos compartilhados com a rotina dessa família, ouvindo suas histórias, narradas em torno da mesa do almoço e em breve passeio pelos campos da propriedade, conforme Figura 4, foi um dos fatores decisivos para que tivéssemos a convicção de que seria uma boa oportunidade direcionar os esforços da pesquisa a essa família.

**Figura 4** – Interlocutores em meio ao campo nativo de sua propriedade rural



Fonte: Acervo do autor

Neste capítulo, procurei traçar para o leitor os caminhos que me levaram a realizar esta pesquisa. Para tentar responder a algumas questões fundamentais que podem servir de suporte para conhecer um pouco mais as relações dos habitantes dessa localidade com o ambiente, vislumbrando a visibilidade dos atores e da serra do Caverá, Rosário do Sul – RS, pontuo os seguintes objetivos específicos:

- a) caracterizar o ambiente de modo a reconstituir o perfil paisagístico e histórico da serra do Caverá, Rosário do Sul – RS;
- b) traçar o perfil identitário dos habitantes da localidade da serra do Caverá, Rosário do Sul – RS;
- c) apontar as práticas empenhadas pela família pesquisada de modo a visibilizar as relações sociais estabelecidas na área de estudo.

Para alcançar os objetivos almejados, fiz uso da abordagem etnográfica buscando uma aproximação com os sujeitos investigados na pesquisa. Essa aproximação propiciou traçar não só o perfil identitário da família pesquisada como também as relações sociais com as propriedades do entorno. Desse modo, para adentrar o universo do bioma Pampa e da família, fiz uso de uma releitura, que envolveu desde o processo de formação do ambiente até o de formações das estâncias, a qual se tornou necessária para compreender a lógica social e produtiva da família pesquisada.

Para perseguir os objetivos almejados, a dissertação foi organizada da seguinte forma: no primeiro capítulo, trato da Revisão da Literatura, que dará suporte ao

conteúdo posteriormente desenvolvido e às narrativas compartilhadas pelos interlocutores. Início o capítulo trazendo alguns conceitos de desenvolvimento historicamente construídos buscando trazer um olhar ampliado sobre eles com base nos autores utilizados. O capítulo “desenvolve-se” até chegarmos à concepção de etnoconservação e, posteriormente, percorrendo os pilares conceituais, trago a figura do pecuarista familiar. Ainda com o propósito de inserir o leitor no contexto da pesquisa, na última sessão desse capítulo, trago os elementos da biodiversidade que compõem o bioma Pampa bem como algumas de suas problemáticas.

No segundo capítulo, em que me dedico a apresentar os caminhos metodológicos perseguidos na pesquisa, busco detalhar o percurso exploratório empenhado para, enfim, chegar ao método adotado.

O terceiro capítulo foi construído com base nas principais literaturas que descrevem o contexto político, social e cultural da área de estudo. Trata-se da Caracterização da Área de Estudo, por meio da qual persigo uma aproximação a um passado remoto e recente, em que descrevo os principais momentos históricos que constituíram o bioma, até o momento de apresentar ao leitor o município de Rosário do Sul nos dias de hoje. Nesse último, utilizando predominantemente os dados de censo e imagens de satélite, inicio o zoom até a propriedade pesquisada, onde a família se insere.

No quarto e último capítulo, dedicado a apresentar a História de Vida da Família Seleccionada, faço uso do método empregado na pesquisa e, por meio de uma sessão repleta de narrativas que descrevem acontecimentos históricos da família e do meio onde vivem, a família é apresentada ao leitor.

## 2 REVISÃO DA LITERATURA

Neste capítulo introdutório, trar-se-ão informações concernentes à diversidade biológica existente no bioma pampa, partindo de uma explanação sobre algumas das concepções de desenvolvimento para chegarmos à emergência da etnoconservação.

Esse caminho será traçado para, enfim, identificar a figura do pecuarista familiar inserido no ambiente pampeano.

### 2.1 Concepções de desenvolvimento: da ideologia do progresso à emergência da etnoconservação

No alvorecer do século XXI, o paradoxo está em toda parte. A capacidade de produzir mais e melhor não cessa de crescer e é assumida pelo discurso hegemônico, sinônimo do progresso trazido pela globalização. Mas esse progresso, discurso dominante das elites globais, traz também consigo exclusão, concentração de renda, subdesenvolvimento e graves danos ambientais, agredindo e restringindo direitos humanos essenciais (DUPAS, 2007, p. 73).

Diegues (1992), traz a concepção de desenvolvimento, partindo do conceito de progresso herdado do positivismo: para ele, esse conceito está na base dos enfoques tradicionais de desenvolvimento existentes no mundo moderno. A ideia implícita, segundo Diegues (1992, p. 23) é de que “[...] as sociedades podem progredir indefinidamente para níveis cada vez mais elevados de riqueza material. O conceito de progresso essencial para serem entendidos os modelos clássicos de desenvolvimento tem como base a crença na razão, no conhecimento técnico-científico como instrumento essencial para se conhecer a natureza e colocá-la a serviço do homem, na convicção de que a civilização ocidental é superior às demais [...]”. Destaca-se que o conhecimento da natureza, partindo de instrumentos técnico-científicos conduzidos pelas civilizações ocidentais, baseia-se na aceitação do valor de crescimento econômico e no avanço tecnológico e da produtividade, os quais asseguraram aos indivíduos condições de existência sempre mais confortáveis a partir da idade de ouro do capitalismo (DIEGUES, 1992; DUPAS, 2007).

Para Dupas (2007), essa aliança entre a instrumentalização técnica para o domínio da natureza acarreta a falta de liberdade, apresentando-se sob a forma de uma submissão à aparelhagem técnica.

Segundo os modelos clássicos, esse crescimento tem como mola propulsora a industrialização. Nessa conceituação, os países industrializados são países desenvolvidos, em oposição àqueles que têm sua economia baseada na agricultura. O processo de desenvolvimento teria por objetivo colocar estes últimos no mesmo patamar dos primeiros. Mais do que simplesmente conseguir os mesmos níveis de produção de bens e serviços, de bem-estar, os países não-desenvolvidos deveriam desenvolver uma ética, um conjunto de valores compatíveis com o objetivo da acumulação de capital, além de contarem com classes sociais imbuídas da ideologia da industrialização. (DIEGUES, 1992, p. 23).

Sachs (2000), comenta metaforicamente que é comum em nosso dia a dia utilizarmos o conceito de desenvolvimento para descrever um processo por meio do qual um objeto ou de um organismo progrida, para alcançar sua forma natural, completa e amadurecida. Assim, dá-se o uso metafórico do termo para explicar o crescimento natural de plantas e animais. Muito utilizado na biologia, esse conceito de desenvolvimento aplica-se à evolução dos seres vivos até o seu máximo evolutivo.

Segundo o autor, em 1759 (Woff) e 1859 (Darwin), o conceito de desenvolvimento passou por mais uma transformação; antes, ele se referia à simples transformação do ser para que fosse possível sua adaptabilidade ao meio, e, a partir de então, cientistas passaram a utilizar o conceito de desenvolvimento para representar a forma mais perfeita desse ser, tornando, assim, evolução e desenvolvimento sinônimos. (SACHS, 2000).

Para o autor, a transferência da metáfora biológica para a esfera social ocorreu nos últimos vinte e cinco anos do século XVIII. Aos poucos, a noção de desenvolvimento foi tomando outras formas. Após dominar a natureza na concepção de progresso em voga à época, Deus também começou a desaparecer da concepção popular de universo. Sem os desígnios de Deus, cabe agora aos humanos a possibilidade de planejar o seu próprio desenvolvimento, dominando a natureza e se autodesenvolvendo.

Esse conceito, segundo o autor, foi amplamente utilizado pelos políticos da época e pode ter se refletido nas políticas que se seguiram, sobretudo na produção industrial (SACHS, 2000).

Alicerçado sobre pilares sólidos, o conceito de desenvolvimento, aliado à concepção de progresso e domínio da natureza tornou-se também conceito de capitalismo. Assim para Sach (2000, p.32)

O desenvolvimento não consegue se desassociar das palavras com as quais foi criado: crescimento, evolução, maturação. Da mesma forma, os que hoje usam a palavra não conseguem libertar-se de uma teia de significados que causam uma cegueira específica em sua linguagem, pensamento e ação. Não importa o contexto no qual está sendo usada, ou a conotação precisa que o usuário queira lhe dar, a expressão, de alguma maneira, torna-se qualificada e colorida com outros significados que provavelmente nem eram desejados. A palavra sempre tem um sentido de mudança favorável, de um passo do simples para o complexo, do inferior para o superior, do pior para o melhor.

De todo modo, o crescimento econômico, para o autor, alia-se em certa forma, com o desenvolvimento, pois, se pensarmos em desenvolvimento no seu sentido mais amplo, devem ser considerados aspectos relacionados à distribuição da riqueza, à relação sustentável com a natureza e à justiça social, os quais podem gerar o crescimento. De todo modo, o crescimento em si nem sempre pode ser gerador de desenvolvimento.

A dimensão econômica é tratada aqui como um fator que, por meio da renda, contribui para que pequenos produtores possam exercer suas capacidades e ampliar suas liberdades por meio de suas escolhas, como veremos na abordagem de Amartya Sen.

O conceito de desenvolvimento vem, ao longo da história, sendo transvertido conforme os interesses de quem o propõe e do lugar de onde o propõe. O que mais o enfraqueceu foi o fato de este ter sido reduzido simplesmente a crescimento econômico. Assim, o desenvolvimento passou a constituir um simples crescimento da renda *per capita* nas áreas economicamente subdesenvolvidas (SACHS, 2000). Com efeito, a ampla prevalência do aumento da renda real e do crescimento econômico como critério de desenvolvimento exitoso é um problema particularmente importante na avaliação e no planejamento do desenvolvimento econômico. Segundo Sen (2000) o problema não está no fato de a busca da prosperidade econômica ser tipicamente considerada um objeto central do planejamento e do processo de formulação de políticas, o que não é, por si só, irrazoável. Para o autor, “[...] O problema refere-se ao nível no qual esse objetivo deve ser fixado. Trata-se de um objetivo intermediário, cuja importância subordina-se ao que favorece, em última instância, a vida humana? ou se trata do

objetivo último daquele exercício? É na aceitação, usualmente implícita, dessa última proposição que a confusão entre fins e meios torna-se significativa e, mais que isso, flagrante. O problema talvez carecesse de interesse prático se a prosperidade econômica se relacionasse estreitamente – numa correspondência aproximada de um para um – ao enriquecimento da vida das pessoas.”.

Se assim fosse, a busca pela prosperidade como meio de enriquecer a vida seria inseparável do de prosperidade econômica, o que, segundo Sen (2000), não se aplica, pois países com PIBs per capita altos podem apresentar índices de qualidade de vida baixos.

Entretanto, essas perspectivas conceituais de desenvolvimento não deixavam de considerar os passivos decorrentes do rápido crescimento econômico, nem tampouco as realidades sociais decorrentes do rápido crescimento, mas foram ensombradas pela busca da industrialização total e do alcance e aumento do PNB, os quais dominaram os anos 50 (SACHS, 2000). Assim, veio a criação do Instituto de Pesquisa das Nações Unidas para o Desenvolvimento Social (UNRISD), em 1963, que também reconhecia a interdependência dos fatores econômicos e sociais e a necessidade de equilibrar o planejamento econômico com o social, sobretudo com a evidência de que o crescimento econômico rápido vinha acompanhado de desigualdades também crescentes. Houve uma revolta generalizada contra as definições econômicas de desenvolvimento que se restringiam a indicadores quantitativos relativamente irrelevantes, dando vida, novamente, ao debate sobre desenvolvimento (SACHS, 2000).

O processo de crescimento e industrialização experimentado, pelo menos até o início dos anos 70, nos limites do mundo capitalista, deram-se nos marcos do processo de internacionalização do capital, produzindo e reproduzindo um modelo excludente, dependente e predatório, marcado pelo agravamento das desigualdades internas e externas e da heterogeneidade estrutural (BECHER; GARAY, 2006).

“Apenas nos anos 70, após a conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano, realizada em 1972, na cidade de Estocolmo, Suécia, começou-se a pensar em um novo modelo de desenvolvimento, expresso no conceito de ecodesenvolvimento. De acordo com esse novo paradigma, o desenvolvimento deveria ser orientado para a satisfação das necessidades materiais e não materiais de toda a população, e não apenas para atender à lógica de acumulação. Deveria ser endógeno e auto-sustentável, voltado para dentro, mas – e nisso consistia a sua novidade – deveria

incorporar também a dimensão ecológica, de forma a harmonizar a relação entre homem e natureza (BECKER; GARAY, 2006, p. 13). Esse novo enfoque, segundo os autores, condenava duplamente a visão evolucionista do desenvolvimento, que supunha um processo linear, no qual os países atrasados teriam apenas que imitar, alcançar e superar os mais avançados.

Nesse contexto, Sachs (2000), completa que a mensagem de Estocolmo foi de que não pode haver uma luta eficiente contra a pobreza que não leve em consideração a dimensão ambiental. A outra parte da mensagem, porém, foi a de que não haverá política ambiental bem sucedida se ela não for organicamente ligada a uma política de progresso social, ou seja, desenvolvimento e meio ambiente não devem ser dissociados.

[...] Na América Latina, esse processo tem sido liderado pelos povos indígenas e pelas populações afro-americanas e culminou, nos últimos quinze anos, com o reconhecimento oficial, por parte dos Estados nacionais, da diversidade cultural que existe dentro de suas fronteiras. A partir da década de 80, começa-se a falar publicamente em Estados pluriétnicos e multiculturais. Além do mais, o direito à diferença cultural foi estabelecido nas novas Constituições promulgadas em diversos países do continente, com destaque às Constituições do Brasil (1988), Equador (1998) e Venezuela (1999). Esses direitos criaram novos desafios na esfera pública para esses países no que se refere ao estabelecimento de normas para uma democracia plural e igualitária que respeite as diferenças culturais. (LITTLE, 2002, p. 36).

Diante dessas novas definições de desenvolvimento, os países deveriam atentar-se para quais tecnologias iriam aplicar onde a exploração econômica ocorresse, de modo a considerar nesse processo os aspectos econômicos, culturais e sociais de cada país. (BECKER; GARAY, 2006).

Esse fato decorreu da quase absoluta autonomia das corporações quanto à definição tecnológica de sua produção para criação dos produtos ou serviços que deveriam ser transformados em produtos de desejo para manter a lógica da acumulação, essencial à produção de riqueza no capitalismo, o que acarretou contínuos danos ambientais, principalmente a partir da segunda metade do século XX (DUPAS, 2007).

A correlação entre os aspectos ambientais e a associação da pobreza como causa de danos ambientais marcou a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro, em 1992 (Rio-92).

Na oportunidade, também foram abordadas questões envolvendo indicações de acordos internacionais, políticas públicas locais, uso eficiente de recursos privados e

uma atuação pró-ativa por parte de organizações governamentais e não governamentais, que seriam os meios adequados para formar as bases da sustentabilidade econômica neste século. Evidenciava-se, assim, que a sustentabilidade depende mais de ações locais do que de um programa centralizado em âmbito mundial (BECKER; GARAY, 2006). No entanto, toda essa ofensiva mercadológica promovida na Rio-92 não tem impedido um grave e progressivo aumento da degradação ambiental, grande parte dela originária do modelo global de produção e de sua lógica (DUPAS, 2007).

Ainda assim, existe um desafio da sustentabilidade, pois não existe nenhuma garantia de que esses modelos demonstram sustentabilidade a médio ou longo prazo. A sustentabilidade é muito difícil de se alcançar por qualquer modelo econômico, como mostrou a incapacidade dos países do mundo em chegar a acordos mínimos na Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, realizado em Johannesburgo, África do Sul, em 2002. Além disso, a sustentabilidade precisa ser estabelecida em múltiplas esferas – ambiental, demográfica, econômica, social, política e técnica – sendo que falhas em uma ou mais dessas esferas podem comprometer o modelo no seu conjunto. Nesse caso, é aí que surge a necessidade de pensar a sustentabilidade em níveis maiores do que o nível local (LITTLE, 2002, p. 47).

Considerando os extensos debates em torno da ideia de desenvolvimento, Sach (2000), formula sua concepção de desenvolvimento, que congrega as múltiplas dimensões que esse conceito abarca. Para ele, desenvolvimento é um conceito pluridimensional. Assim, a questão-chave é dar-se conta de que crescimento econômico não é sinônimo de desenvolvimento. O autor define três critérios essenciais que devem estar associados ao desenvolvimento: o social, o ecológico e o econômico. O objetivo é promulgar o bem estar de todos, ou seja, é um objetivo social, baseado no princípio ético de justiça social e de solidariedade. O ecológico entra como uma condicionante, porque existe o perigo de crescer distribuindo, do ponto de vista social, os frutos desse crescimento de uma maneira relativamente equitativa, mas hipotecando o futuro por meio da incorporação predatória do capital da natureza do produto. Quanto ao aspecto econômico, que sustenta o terceiro pilar conceitual de desenvolvimento de Sachs, este não pode mais ser avaliado unicamente em nível de rentabilidade da empresa: ele deve ser avaliada em âmbito macrossocial, lá onde aparecem as externalidades sociais e ecológicas que a empresa muitas vezes joga fora. Ou seja, não é eficiente economicamente só aquilo que traz lucro ao empresário. É eficiente economicamente

aquilo que, do ponto de vista da sociedade inteira, constitui uma utilização racional dos recursos.

## **2.2 O protagonismo das populações locais**

A conservação ambiental, aliada ao protagonismo das populações locais, é trazida pelas ideias de etnoconservação, como as que se percebem na forma de proteção ambiental, que considera a ação humana das populações locais como potencial na conservação dos recursos naturais. Os saberes e práticas característicos de um povo, como os do trabalhador rural gaúcho, são entendidos como os conhecimentos que sistematizam os aspectos intrínsecos da experiência dessas pessoas orientando práticas que, em muitos casos, garantem a conservação ambiental da região da campanha gaúcha. A valorização das populações e da conservação ambiental à luz da etnoconservação contribui para a manutenção dos hábitos, dos saberes e práticas que envolvem uma parcela significativa de produtores rurais que habitam a regiões do bioma pampa (PEREIRA, 2014).

Diante disso, com base em Sachs (2000), saber identificar o conhecimento da sociedade sobre o meio é um dos elementos fundamentais para a definição de uma estratégia. O autor destaca, na busca por identificar ações que compatibilizem conservação e desenvolvimento, a fundamental importância de identificar o conhecimento que as populações locais têm do seu meio para usá-los como ponto de partida para soluções que devem, ao mesmo tempo, incorporar todo o conhecimento científico moderno, e casar o saber prático com o conhecimento científico. Esse exercício de adentrar o universo da prática que, no caso desta pesquisa, hipoteticamente desenvolve-se de modo a ser executada com baixo impacto no ambiente, é um exercício interessante para, futuramente, traçar estratégias de conservação da biodiversidade que contemplem minimamente os três pilares fundamentais para o desenvolvimento proposto por Ignacy Sachs na seção anterior, como veremos no capítulo “História de Vida da Família Seleccionada”.

A proposta de desenvolvimento, nesta pesquisa, partilha também as questões sociais propostas por Amartya Sen. Para o autor, o bem-estar de uma pessoa pode ser concebido em termos da qualidade do estado da pessoa. Viver pode consistir experimentar um conjunto de funcionalidades. Para Sen (2000), a noção de

funcionalidades parte da noção de capacidade para realizar funcionamentos, tratando-se estes da capacidade de realizar e de gerenciar (estado e ação). Em síntese, a capacidade é um conjunto de vetores de funcionamentos, os quais refletem na liberdade da pessoa para levar um tipo de vida ou outro. Assim, a relevância da capacidade de uma pessoa para seu bem-estar surge de duas considerações distintas: na primeira, o autor destaca que, se os funcionamentos realizados constituem o bem-estar de uma pessoa, então a capacidade para realizar funcionamentos constituirá a liberdade da pessoa; na segunda, conexões entre bem-estar e capacidade consistem diretamente em fazer o próprio bem-estar realizado depender da capacidade para realizar funcionamentos. Escolher pode, em si, ser uma parte valiosa do viver, e uma vida de escolhas, com opções representativas, pode ser concebida – por essa razão – como mais rica. Nessa concepção, pelo menos algum tipo de capacidade contribui diretamente para o bem-estar, tornando a vida de uma pessoa mais rica de oportunidades e escolhas (SEN, 2000).

Para Pereira (2014), há a necessidade de um modelo de desenvolvimento, sobretudo do rural, que evoque os princípios norteadores da abordagem de Amartya Sen, que leve em consideração os preceitos de desenvolvimento rural ambientalmente e socialmente sustentáveis interligados à dimensão territorial na perspectiva da etnoconservação. As concepções de desenvolvimento focadas nos atores, como vimos, constituem alvo de análise de Amartya Sen; entretanto, é pertinente trazer outras questões que venham a colaborar para uma definição de desenvolvimento. Abramovay (2009), traz a definição sobre o que é meio rural e urbano para o centro do debate para construção de políticas públicas que considerem as múltiplas realidades do meio rural. Para o autor, as estratégias de desenvolvimento do rural não devem ser consideradas como um processo que busque a urbanização deste, mas, sobretudo, que identifique os fatores que determinam sua dinâmica e sua relação com as cidades.

Se o meio rural for apenas a expressão, sempre minguada, do que vai restando das concentrações urbanas, ele se credencia, no máximo, a receber políticas sociais que compensem sua inevitável decadência e pobreza. Se, ao contrário, as regiões rurais tiverem a capacidade de preencher funções necessárias a seus próprios habitantes e também às cidades – mas que estas próprias não podem produzir –, então a noção de desenvolvimento poderá ser aplicada ao meio rural (ABRAMOVAY, 2009, p. 23).

Ploeg (2008), trás para o debate problemas relacionados entre as formas mais empresariais de se fazer agricultura e as formas mais camponesas, Para o autor, os

estudos ligados a aspetos camponês têm sido negligenciados quanto ao reconhecimento das condições destes. Diante disso, Ploeg 2008, traz as condições fundamentais do campesinato. Dentre elas, destacam-se:

a) a luta por autonomia que se realiza em um contexto caracterizado por relações de dependência, marginalização e privações;

b) criação e desenvolvimento de uma base de recursos autocontrolada e autogerenciada, a qual, por sua vez permite formas de coprodução entre o homem e a natureza viva;

c) interação com o mercado;

d) realimentação por meio da relação com o mercado permitindo melhorar o processo de coprodução e fomentando a autonomia e assim reduzindo a dependência e, por fim;

e) padrões de cooperação que regulam e fortalecem essas relações.

Considerando as principais condições do campesinato trazidas por Ploeg 2008, trago, à luz desta pesquisa, a figura do pecuarista familiar, por este representar um grupo característico da região do bioma Pampa, formado por variadas etnias, as quais constituem o sujeito gaúcho e são frequentemente “invisíveis” às políticas públicas.

Torna-se extremamente importante caracterizar o sujeito pecuarista familiar para explicar a necessidade de reconhecer e implementar os preceitos da etnoconservação, pois estes se destacam como agentes potenciais para a conservação da biodiversidade dos campos no Rio Grande do Sul.

### **2.3 A figura do pecuarista familiar**

A pecuária de corte apresenta, atualmente, uma realidade diversificada, complexa e, paradoxalmente, pouco conhecida. Nesse sentido, se, por um lado, constata-se uma relativa profusão de estudos e pesquisas sobre a cadeia produtiva da carne bovina, por outro lado, resente-se da falta de informação acerca do perfil dos produtores rurais envolvidos nessa atividade. Esse relativo desconhecimento mostra-se particularmente importante levando-se em conta a heterogeneidade de situações encontradas no âmbito da atividade (PORTO et al., 2009, p. 101).

A bovinocultura de corte, em especial, permaneceu predominante em praticamente em muitas regiões da metade sul do Estado, apesar de alguns processos de modificação tecnológica (cercamento dos campos e subdivisão das áreas de pastoreio) e algumas iniciativas de diversificação das atividades produtivas (o surgimento da lavoura

orizícola a partir da migração de produtores experientes na atividade) terem alavancaram a economia. Apesar desse avanço, a bovinocultura de corte permaneceu como a principal atividade, considerando-se a área ocupada e o número de produtores (RIBEIRO, 2009).

Fazendo parte do universo de produtores rurais que executam a atividade de bovinocultura de corte, existe uma parcela significativa destes com características de agricultores familiares, os quais passaram a ser identificados como “pecuaristas familiares”

Presume-se que a origem histórica do atual pecuarista familiar, pequenos proprietários rurais, reflita diversos processos sociais precedentes. A presença de pequenos proprietários nas regiões do bioma Pampa não é fato novo. Tanto no período colonial, como nos séculos XIX e XX, há registros da presença de pequenos proprietários, situados ao largo da grande propriedade, em terras de pior qualidade e sem chegar a constituir um estrato social expressivo, com identidade cultural distinta Fochezatto *et al.* (2014), muitos ainda, por prestarem serviços de peão nas estâncias, adquiriram conhecimento e habilidades para instalar sua modesta produção, seja em áreas da própria estância para a qual prestavam serviços, ou em áreas adjacentes a ela, como veremos no capítulo “*Estabelecimento das Estâncias: Uma forma de reorganização dos espaços sociais (?)*”.

Esse grupo de famílias, apesar de existente em número significativo, não tem sido, historicamente, reconhecido. De certa forma, relata Ribeiro 2009, até os anos 2000, essas famílias foram “invisíveis” à sociedade e, sobretudo, às políticas públicas destinadas à agricultura familiar, em especial, os programas RS Rural e PRONAF.

Fochezatto (2014), parte da hipótese de que o pecuarista familiar é um pequeno proprietário rural e produtor mercantil pauperizado. Parte significativa da renda que garante sua reprodução social tem expressão monetária e provém da venda do gado bovino e ovino. Outra parte, também importante, de sua renda real, provém dos cultivos agrícolas de subsistência realizados pela família na propriedade, aos quais se deve acrescentar a parte do gado, que, sendo utilizada para consumo, não vai ao mercado.

Para Porto et al. (2009), as unidades familiares de produção familiar não se constituem em um grupo social homogêneo. Com isso, a cada formação sócio-histórica, corresponde um modelo de exploração determinado. Assim, em uma mesma região, as atividades familiares distinguem-se pela origem étnica, pela religião, pelos hábitos

dominantes, pela colonização, pela distância da comunidade rural à qual pertencem, pela atividade produtiva à qual se dedicam, dentre outros fatores que são capazes de caracterizar um grupo e, ao mesmo tempo, distingui-lo de outros.

Assim, os objetivos do pecuarista familiar podem diferir em grau daqueles do grande pecuarista: pela menor dimensão do seu empreendimento, talvez não queira correr maiores riscos. O seu objetivo primordial, em vez da maximização do lucro, geralmente acompanhada por maiores riscos, é justamente, a minimização dos riscos.

Na produção agropecuária, um fracasso, sobretudo nas produções de base familiar, em um ano, pode exigir o período de um ano ou mais para reverter seus efeitos. Durante esse período, o sustento da família pode estar comprometido. Assim, o pecuarista familiar executa uma série de estratégias para sua reprodução social, as quais irão caracterizá-lo, como aponta Ribeiro (2009, p. 98): “A produção do autoconsumo constitui-se em uma característica importante da agricultura familiar não só pela questão alimentar, mas também pela manutenção da autonomia e da questão cultural.”. Outra estratégia para que o pecuarista familiar consiga se reproduzir socialmente é também contar com outras fontes de renda não agrícolas, em sua maioria aposentadoria e pensões, venda da força de trabalho de membros da família para outros produtores, geralmente estancieiros, e artesanato, como destacam Porto et al. (2009).

Uma parcela dos pecuaristas familiares contratam mão de obra fixa: estes têm idade acima de 70 anos e áreas acima de 100 ha. Entretanto, a relação de trabalho da pecuária familiar não se encerra em sua base predominantemente familiar e nem em mão de obra contratada. Ribeiro 2009, identificou também uma relação de “troca de serviços”. Essa “troca” é uma “reciprocidade” entre vizinhos, os quais, tendo em vista as dificuldades de contratação de mão de obra, trocam auxílio para a execução das tarefas de forma recíproca.

Essa questão será retomada no capítulo “História de Vida da Família Seleccionada”, quando, ao “dar voz” aos interlocutores, esse fato foi relato. Percebe-se, segundo o autor, que a rede de trocas acaba possibilitando que os pecuaristas familiares consigam realizar as suas tarefas e evitem os momentos de maior estrangulamento de mão de obra nas atividades agrícolas.

Ribeiro (2009), também identificou características que podem particularmente distinguir os pecuaristas familiares como tal. Dentre elas, percebe-se que, para os pecuaristas familiares a alimentação é predominantemente baseada na carne e com

quase nenhum (em algumas famílias, nenhum) consumo de hortaliças e frutas. A alimentação complementa-se com massa, arroz e feijão (que são comprados). A participação da bovinocultura de corte no autoconsumo é de 37% do total; entretanto, o que se constata é que a principal fonte para o autoconsumo dos pecuaristas familiares estudados por Cláudio Ribeiro são os ovinos, com 55% do total. Isso evidencia, segundo o autor, a importância da ovinocultura para a sobrevivência e para a segurança alimentar dos pecuaristas familiares.

Para Porto et al. (2009), as características dos pecuaristas familiares, apresentadas por Ribeiro (2009), nos permitem identificar a expressividade da agricultura familiar no sul do Brasil, que possui uma lógica peculiar de funcionamento e especificidades próprias da atividade de produção animal, a qual exprime as condições reinantes no contexto socioeconômico, político e cultural em que se acha inserida; a natureza do trabalho da pecuária familiar é baseada no emprego de mão de obra essencialmente familiar, característica esta central para identificar esse tipo de unidade de produção e, por fim, a pecuária familiar representa um setor identificado com a mesma lógica de operação de outros segmentos da agricultura familiar brasileira e que só muito recentemente vem sendo reconhecida no marco das políticas públicas e como objetivo da pesquisa científica.

Somando-se às características essenciais do pecuarista familiar propostas por Porto et al. (2009), Ribeiro (2009), enriquece a abordagem em que aquele autor destaca as características essenciais do pecuarista, ao destacar os ativos identificados nos diferentes tipos de capitais, em se tratando do universo da pecuária familiar. Para ele, o principal capital natural dos pecuaristas familiares é a terra. O autor constatou que a origem da terra onde pecuaristas familiares exercem suas atividades é diversa. Segundo ele, 90% dos entrevistados de sua pesquisa receberam a terra (ou parte dela) por meio de herança. Os que adquiriam parte da terra por herança esforçaram-se em comprar mais áreas, ao contrário daqueles que receberam áreas maiores (31,7% destes), os quais não adquiriram mais áreas.

A questão do tamanho da propriedade rural desse estrato de produtores tem de ser considerada em relação à dimensão da renda permitida tanto pelas atividades mercantis, de pecuária extensiva, de bovinos de corte e ovinos, quanto pelos cultivos de subsistência. Nesse sentido, uma área de até 300 ha deve ser considerada pequena, pois a renda monetária familiar com a atividade principal pode não ultrapassar 10 mil reais

anuais, semelhante à renda de agricultores familiares com área inferior a 50 ha (FOCHEZATTO et al., 2014).

Assim, mesmo possuindo evidentes características de agricultores familiares, os pequenos pecuaristas não tem acesso aos recursos do PRONAF. Segundo Fochezatto et al. (2014), apesar de sua baixa renda anual, o pecuarista familiar não tem acesso a esses recursos públicos por causa das dificuldades de seu enquadramento. Para os autores, essas dificuldades estão associadas a fatores tanto objetivos quanto subjetivos: por ser uma atividade extensiva, o tamanho do estabelecimento geralmente ultrapassa os padrões estabelecidos, e a atividade pecuária de corte, pré-concebida como sendo homogênea e de grande porte, não foi contemplada nessa política.

Contudo, é no plano de decisões individuais que os pecuaristas familiares criam estratégias que visam maximizar as trocas com os recursos naturais localmente disponíveis. Para Neske (2009), o funcionamento e a reprodução dos estilos de agricultura são mais dependentes das trocas estabelecidas com a natureza do que dos recursos mobilizados a partir dos mercados de insumos e serviços, de tal modo que, ao dependerem mais dos recursos naturais não renováveis, os sistemas produtivos são caracterizados por apresentarem índices elevados de renovabilidade, o que determina alta eficiência energética do processo produtivo como um todo.

Esse comportamento demonstra uma forma específica de apropriação e uso dos recursos naturais orientado a partir de uma racionalidade ecológica que envolve um conjunto de conhecimentos cognitivos em relação ao manejo desses recursos. Assim, Neske (2009), observou um conjunto de serviços ambientais gerados pelos sistemas pecuários familiares do território do Alto Camaquã, os quais, indiretamente, acabam beneficiando a sociedade em geral, mesmo não representando captura de renda que remunerem os pecuaristas familiares por esse serviço prestado.

Para Nabinger (2006), os elementos da biodiversidade resultante da interação entre o homem e a natureza, sob a “guarda” dos pecuaristas familiares, se constitui em um patrimônio genético fantástico e raramente encontrado em outros biomas pastoris do planeta. Para o autor, mais que um patrimônio genético, essa diversidade é importante para caracterizar uma dieta diversificada, que confere características particulares ao produto animal aí obtido. Tanto para Neske (2009), quanto para Nabinger (2006), de um modo geral, a remuneração proveniente da comercialização do produto animal é baixa, sobretudo pelo fato de não contemplar a “guarda” do ambiente e da paisagem.

## 2.4 Bioma Pampa: diversidade biológica e estratégias para conservação

As formações campestres- *pastizales*, em espanhol; *Grasslands*, em inglês, também denominados campos, em português – correspondem a uma das tipologias vegetacionais mais expressivas encontradas nos ambientes terrestres. Caracterizados pela dominância de um estrato herbáceo, constituído principalmente por espécies de gramíneas (família Poaceae), os pastizales do Rio da Prata, conformados por ecoregiões dos Pampas na Argentina e das Savanas no Uruguai - que incluem o Uruguai e também parte das províncias do nordeste da Argentina e do Estado do Rio Grande do Sul -, constituem uma das regiões de campos temperados maiores do mundo, com uma superfície de 700.000 quilômetros.

Dentre as formações de campos temperados mais extensos do planeta, incluem-se os pampas e os campos da Argentina, Uruguai e sul do Brasil, as pradarias das Grandes Planícies da América do Norte, as estepes do leste da Europa e sul da Rússia e da Mongólia, os grassvelds da África do Sul e as Planícies da Nova Zelândia (BILENCA; MINARRO, 2004).

No Brasil, as florestas e as savanas são as formações vegetais de maior expressão territorial. As savanas dispõem-se, principalmente, sobre a diagonal semiárida que corta o continente sul-americano – desde a Caatinga, passando pelo Cerrado, até o Chaco argentino. Ao noroeste e ao sudeste dessa faixa, em zonas de maior umidade, encontram-se as florestas Amazônica e Atlântica, respectivamente. À medida que nos deslocamos para o sul, gradativamente destacam-se remanescentes de uma das formações vegetais brasileiras mais antigas, os campos temperados. Essa formação, tipicamente, campestre surge a partir da brusca interrupção da tropicalidade verificada nas áreas planálticas situadas na fronteira de São Paulo com o Estado do Paraná e toma conta da paisagem no sul do Rio Grande do Sul, conectando-se aos campos do Uruguai e Argentina (VÉLEZ et al., 2009)

Os ecossistemas campestres (campos, savanas, vegetação arbustiva e tundra) cobrem uma área estimada de 52,5 milhões de quilômetros quadrados, correspondendo a 40,5% da área do globo terrestre, excluindo a Groenlândia e Antártida. Na América do Sul, cobrem cerca de 3,5 milhões de quilômetros quadrados, ou 350 milhões de hectares. No Brasil, estima-se que as extensões de campos somavam originalmente

13.656.000 milhões hectares concentrando-se predominantemente nos três Estados da Região Sul do país (BOLDRINI, 2010).

Abrangendo uma superfície de aproximadamente 280.000 km<sup>2</sup>, o Rio Grande do Sul destaca-se por possuir grandes extensões dominadas por vegetação campestre, as quais cobrem 62,2% de sua área.

Velez et al. (2009), ao realizar um estudo para identificar as lacunas de conservação da biodiversidade no Bioma Pampa, contabilizou as percentagens de áreas remanescentes de vegetação nativa desse bioma. Os resultados apresentam que as formações campestres correspondem à fisionomia predominante do Bioma Pampa, alcançando 75,67% da área total; as formações pioneiras, de influência fluvial, e lacustre correspondiam a 10,79% da área total, enquanto as formações savânicas correspondiam a 10% da área total original, com presença expressiva na porção centro-leste do bioma, que corresponde à região da Serra do Sudeste, sobre o Planalto Sul Riograndense, onde o relevo apresenta-se ondulado a fortemente ondulado. As florestas, também estão presentes no Bioma Pampa, porém em menor proporção diante das formações campestres, e correspondem a cerca de 5% da área total.

Em meio às extensões de campo que cobrem grande parte do Estado, no Rio Grande do Sul insere-se ainda o bioma Mata Atlântica, constatação que confere ao Estado a posição de único da federação a se inserir em dois biomas: o bioma Mata Atlântica, ao norte do Estado, e o pampa, na metade sul <sup>1</sup>.

Termo de origem quíchua (ou quéchua), pampa, na língua aborígine da América do Sul e também falada no império Inca, significa “região plana”. Emprega-se esse termo para associa-lo ao ambiente dominante, de extensas planícies cobertas por vegetação rasteira, característico do extremo sul do Brasil e Repúblicas Platinas (SILVA; SUERTEGARAY, 2009).

Denominados também como campos sulinos, correspondem somente a um dos tipos de campo encontrados ao sul do Rio Grande do Sul, no Uruguá e Argentina. No pampa

---

<sup>1</sup> Os Decretos nº 36.494, de 06 de março de 1996; 37.038, de 21 de novembro de 1996; 38.473, de 11 de maio de 1998 definiram os 98 municípios dos conselhos de desenvolvimento da Campanha, Central, Centro-Sul, Fronteira Oeste, Sul e de parte dos conselhos do litoral e Vale do Rio Pardo como componentes da região denominada de Metade Sul.

sul-rio-grandense, esse tipo de campo, caracterizado pela presença de uma vegetação herbácea é denominado de Campos da Campanha<sup>2</sup>.

Varias designações têm sido adotadas para referir-se aos campos do sul do Brasil – Campos Subtropicais (VELOSO, 1996), Campos Gerais e Pampas (RIZZINI, 1979). Campos Sulinos (BRASIL. Ministério do Meio Ambiente-MMA, 2002; JOLY, 1999; MARCHIORI, 2004), região das Estepes (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA-IBGE, 2004), Campos do Sul do Brasil (IBGE, 2004), Campos (OVERBECK, 2007), dentre outras. Embora nenhuma dessas designações tenha seu uso consolidado plenamente por pesquisadores e gestores ambientais, a maioria delas refere-se à mesma unidade ecológica presente nos três Estados da região sul do Brasil. Entretanto, alguns autores usam denominações similares para referir-se exclusivamente à porção sul do Rio Grande do Sul, como bioma Pampa<sup>3</sup>(VÉLEZ et al. 2009), outros autores, como Nabinger (2006), referindo-se aos campos nativos do Rio Grande do Sul, quando descreve o seu potencial produtivo, adota a denominação de pastagens naturais.

Pelas planícies que formam o pampa, a vegetação herbácea é distribuída pelo relevo suave de altimetrias que não ultrapassam os 200 metros, destacando-se os tabuleiros (*Cerros*, na denominação local) e as coxilhas, dominantes formas mamelonares compondo suaves ondulações (SILVA; SUERTEGARAY, 2009).

Assim, permeiam pelos elementos que compõem a biodiversidade pampeana, a história econômica e política do Estado do Rio Grande do Sul, as gentes que nele habitam com seus estilos de vida campeira e as paisagens marcadas por vastidões de campo, coxilhas, rios, lagoas, capões de mato e gado (GERHARDT; ZARTH, 2009).

Apesar de aparentemente uniformes, essas formações abrigam uma grande biodiversidade, além de processos ecológicos fundamentais para a manutenção dos recursos renováveis, que influem diretamente na sobrevivência e bem-estar do homem (BOLDRINI, 2009).

---

<sup>2</sup> O termo Campanha é uma denominação utilizada no Rio Grande do Sul, para definir uma região geográfica a sudoeste, de área relativamente plana e coberta por vegetação campestre (PORTO, 1990 *apud* UFSM, 1990). PORTO, G. sem dados bibliográficos no documento da UFSM.

<sup>3</sup> Na presente pesquisa, será adotada a terminologia bioma pampa para designar os campos da metade sul do Estado. Essa terminologia será adotada, uma vez que a Constituição do Estado do Rio Grande do Sul, publicada em 04/10/89, e republicada, em 14/12/89 refere-se especificamente ao bioma Pampa.

Para Nabinger (2006), o bioma pampa se apresenta como alto potencial não só para produção animal mas também, para o desenvolvimento de múltiplos papéis ambientais, paisagísticos e culturais ali representados. Para o autor, trata-se de um ecossistema natural e, como tal, representa a melhor opção puramente ecológica para a região.

Os campos naturais do Rio Grande do Sul são geralmente explorados sob pastoreio contínuo e extensivo, ocorrendo períodos de baixa pressão de pastejo nas épocas favoráveis ao crescimento de forrageiras, e alta pressão, na época desfavorável.

A criação extensiva de bovinos e ovinos é a atividade preponderante, muitas vezes acompanhada pela orizicultura, que permite a utilização das reservas diretamente pelo gado, assim como a utilização dessas áreas para o cultivo de pastagens (PORTO et al, 2009).

Segundo Zarth e Gerhardt (2009), a produção de arroz no Estado expandiu espantosamente a área de cultivo a partir da década de 1930. Desse período até a1991, à área cultivada aumentou 572% no intervalo de 60 anos, trazendo consigo problemas ambientais evidentes: uso de agrotóxicos, adubos químicos que facilmente se incorporam e fluem pelos arroios e rios, além de desvios para captação de água para irrigação, a drenagem de banhados comprometendo os fluxos naturais.

Há pelo bioma pampa, inúmeras atividades produtivas não compatíveis com a capacidade suporte desse ambiente sendo produzidas em larga escala e comprometendo a diversidade biológica dos ecossistemas que compõem o bioma.

Ao longo das últimas décadas, pode ser observado o avanço das lavouras de árvores acompanhadas pelo poderio de seus pacotes tecnológicos. Dentre as espécies primadas dessas lavouras, destacam-se pinus (*Pinus* spp.), acácia-negra (*Acacia mearnsii*), presentes na lista de espécies exóticas invasoras<sup>4</sup>, e as espécies arbóreas do gênero *Eucaliptus*, destinadas à produção de madeira e celulose. Devido ao afrouxamento deliberado da legislação ambiental, a produção de eucalipto, tornou-se foco de intensos debates a partir do ano de 2004, conduzindo, assim, ao órgão ambiental do Estado

---

<sup>4</sup> A lista de espécies exóticas invasoras do Estado do Rio Grande do Sul foi publicada pela portaria SEMA nº 79, publicada em 01/11/13, na qual se reconhecem como espécies exóticas invasoras no estado do Rio Grande do Sul as espécies de flora, fauna e de outros reinos relacionadas, A lista é composta pelos anexos 1 (Flora), 2 (Vertebrados terrestres), 3 (Peixes), 4 (Invertebrados), 5 (Reino Chromista - algas). As espécies de Pinus (*Pinus* spp.) e Acácia negra (*Acacia mearnsii*) constam na categoria 2 da referida lista, permitindo o seu cultivo em condições controladas mediante autorização do órgão competente.

incluir a silvicultura no sistema de licenciamento ambiental e a criar o zoneamento para a atividade da silvicultura, criado em 2007, na esperança de minimizar o impacto da produção sobre os ecossistemas pampeanos (GERHARDT; ZARTH, 2009).

Enquanto as atenções estavam sendo destinadas às espécies arbóreas, uma “nova” ameaça às condições ambientais e sociais do pampa emergiam sem que fosse destinada a atenção necessária.

A soja é cultivada há milhares de anos na Ásia, mas foi só no último século que ela sofreu uma tremenda expansão. Nos últimos 50 anos, a produção mundial de soja multiplicou-se por dez e aumentou de 27 para 269 milhões de toneladas. Hoje, o cultivo de soja ocupa uma área de mais de 1 milhão de quilômetros quadrados – o que equivale à área total da França, Alemanha, Bélgica e Holanda juntas. O crescimento mais rápido, nesses últimos anos, ocorreu na América do Sul, onde a produção aumentou em 123% entre 1996 e 2004. Não se veem sinais de que essa expansão vá parar, o que leva a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) prever que, até 2050, a produção de soja quase irá dobrar (WORLD WIDE FUND FOR NATURE - WWF, 2014).

Nas últimas décadas, vastas áreas de florestas, pastagens e savanas foram convertidas ao uso agrícola. A área total da América do Sul dedicada ao cultivo da soja, considerando todas as áreas cultivadas no mundo, aumentou de 17 milhões de ha em 1990 para 46 milhões de ha em 2010. E isso ocorreu principalmente em terras que são resultado da conversão de ecossistemas naturais. Entre 2000 e 2010, 24 milhões de ha foram destinados ao cultivo da soja na América do Sul: no mesmo período, a produção da soja em grão foi ampliada para 20 milhões de hectares (WWF, 2014). Sem um zoneamento para a produção de soja, extensas áreas, antes compostas por pastagens nativas destinadas à produção extensiva de gado de corte, onde o modo secular de fazer pecuária no bioma pampa era aplicado, transformaram-se hoje em extensas área de monocultivos de soja em plena expansão pelo bioma. Mesmo sem as melhores condições de solo para produção: Nabinger (2006), destaca que apenas cerca de 35% da área do Estado tem seus solos classificados como classe I e III, ou seja, estão aptos para culturas anuais intensivas, como é o caso do monocultivo de soja. O autor, destaca ainda que, mesmo se considerássemos os solos de classificação IV aptos à prática de semeadura direta, não chegaríamos a 50%, o que não se observa nos dias atuais, em que a agricultura intensiva é praticada em campos sobre solos de arenito e derivados do

granito, que apresentam características extremamente frágeis e susceptíveis à erosão, sobretudo na região da Serra do Sudeste onde o relevo é extremamente acidentado.

A estratégia de não mais licenciar a produção, mas a propriedade surge como uma possibilidade de resguardar algumas das áreas nativas do bioma pampa, por meio do Cadastro Ambiental Rural – CAR, entretanto, se caminha em paralelo o tensionamento de alguns setores produtivos para que o campo nativo seja considerado como área de uso consolidado, o que é questionado por uma parcela significativa de pesquisadores e técnicos dos órgãos ambientais.

Somando-se às pressões em relação aos monocultivos, as espécies nativas que compõem o pampa disputam, há algumas décadas, espaço e recursos naturais com uma espécie exótica altamente agressiva. Trata-se do Capimannoni (*Eragrostis plana* Nees). Segundo Zarth e Gerhardt (2009, p.252)

O exótico capimannoni vicerou no pampa e ajudou a proteger áreas de solo degradados e ácidos, mas alastrou-se além do aceitável por aqueles proprietários rurais que esperam retorno econômico na criação de gado e concorreu com as plantas nativas dos campos, diminuindo a diversidade biológica e afetando o ecossistema.

Pressupõem-se que foi trazido ao Rio Grande do Sul por acaso, juntamente com outras espécies forrageiras vindas da África do Sul. O Capimannoni foi batizado com esse nome devido ao entusiasmo do produtor, que o promoveu ao admirar a sua rusticidade e rápida reprodução e assim, proporcionalmente à velocidade de seu entusiasmo em promovê-la, esta se alastrou por quase a totalidade de ambientes do bioma pampa.

Espécie provavelmente alelopática, com forrageiras nativas, o capimannoni representa hoje um dos grandes desafios para a conservação dos ambientes naturais do bioma. A invasibilidade decorre de vários fatores, tais como regiões climáticas, regimes de distúrbios, presença de herbívoros e flutuações de recursos disponíveis na comunidade herbácea (FOCHT; MEDEIROS; SAIBRO, 2009). A introdução de plantas – agrícolas, florestais ou ornamentais – vindas de outras regiões em qualquer ecossistema pode ter impactos desastrosos sobre o ambiente e afetar atividades econômicas ali realizadas (ZILLER, 2001). Para a autora, o problema já é uma das maiores ameaças à biodiversidade.

No caso da pastagem nativa do Rio Grande do Sul, a invasibilidade é facilitada pela presença de alta frequência de espaços vazios, originados pelo pastejo intensivo ou seletivo, uso não recomendado de fogo e de práticas de cultivo em áreas de campo (FOCHT; MEDEIROS; SAIBRO, 2009). Para os autores, a existência de recursos não utilizados nesses espaços, como nutrientes, água e luz, criam condições ótimas para o recrutamento de plantas a partir do banco de sementes do solo. Identificar as múltiplas realidades e modo de se fazer agropecuária no bioma pampa poderá ser fundamental para serem conservados os elementos da biodiversidade que o compõe.

### 3 METODOLOGIA

O percurso metodológico desta pesquisa é calcado na pesquisa qualitativa sustentada pela abordagem etnográfica.

No método adotado pela pesquisa, os objetos não são reduzidos a simples variáveis, mas sim representados em sua totalidade, dentro de seus contextos cotidianos. Portanto, o campo de estudo não diz respeito a situações artificiais criadas em laboratório, mas a práticas e interações dos sujeitos na vida cotidiana (FLICK, 2009).

As orientações filosóficas que afirmam essa relação sempre presente no conhecimento são, principalmente, a fenomenologia e a dialética. [...] considera que a imersão no cotidiano e a familiaridade com as coisas tangíveis velam os fenômenos. É necessário ir além das manifestações imediatas para captá-los e desvelar o sentido oculto das impressões imediatas. O sujeito precisa ultrapassar as aparências para alcançar a essência dos fenômenos. (CHIZZOTTI, 2010, p. 80).

Assim, o método preocupa-se com uma realidade não quantificada, trabalhando um universo de significados, crenças e valores, que correspondem a um espaço mais profundo das relações, dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (SANTOS; SPINDOLA, 2003).

Desse modo, o objetivo da análise de pontos de vista subjetivos que expressem fenômenos relacionados ao comportamento e significação cultural da família pesquisada foi buscado, de forma mais consciente, por meio deste método de pesquisa, pois, conforme Flick (2009), o ponto de partida é o ponto a partir do qual, na vida cotidiana, os indivíduos desenvolvem teorias a respeito do modo como o mundo e suas próprias atividades funcionam. Eles aplicam e testam essas teorias em suas atividades, revendo-as, se necessário - é o que também buscamos conhecer por meio desta pesquisa.

O método utilizado foi particularmente importante, pois permitiu não só traduzir e expressar os fenômenos relacionados ao comportamento e significação cultural da família pesquisada, como também conhecer relações complexas entre os indivíduos da família e o meio onde vivem, de modo a constituir suas relações sociais.

Assim, considerando esses pressupostos, o presente capítulo versa sobre o trabalho de campo investigativo e seu esforço para coleta de dados. Na primeira seção, apresento as bases metodológicas da pesquisa e a forma como se deu o processo de escolha da família pesquisada.

Na secção seguinte, apresento o processo de entrada em campos e os contatos iniciais com a família pesquisada. Na terceira e última seção que compõe este capítulo, abordo cada um dos instrumentos de coleta de dados utilizados, problematizando e caracterizando seu uso nesta pesquisa.

É importante destacar que, para esta pesquisa, não existe a pretensão de realizar um amplo estudo antropológico; no entanto, as possibilidades trazidas pela abordagem etnográfica viabilizaram explorar e perseguir os objetivos que esta pesquisa se propõe a alcançar.

Assim, contemplando alguns dos instrumentos de coleta de dados que caracterizam a abordagem etnográfica, foi realizada a história de vida, com apoio ferramental da construção de uma linha do tempo, diários de campo, gravações de áudio, registro fotográfico e entrevistas semiestruturadas.

### **3.1 Desvelando o cenário de campo**

Orientado a evidenciar pessoas que vivem em meio às planícies que constituem o bioma pampa, iniciei minha busca pelos meus futuros interlocutores. Foi na companhia inestimável de Cláudio Ribeiro, doutor em desenvolvimento rural e extensionista da Emater, que, em meio a conversas informais que nos acompanharam pelas distantes localidades do município de Rosário do Sul, o tema da conservação de ambientes campestres e sua relação com a pecuária destacou-se como alvo de pesquisa.

Como já mencionado nas considerações iniciais, esta pesquisa insere-se no âmbito do Projeto RS Biodiversidade. Inseridos nesse contexto e ávidos por conhecer as relações sociais e ambientais que fazem do pampa um bioma único no Brasil, iniciamos no município de Rosário do Sul as atividades de rotina para avaliação das ações desenvolvidas pelo Projeto por meio da parceria SEMA/EMATER.

Ao longo dos meses que antecederam o início da pesquisa, algumas propriedades rurais do município de Rosário do Sul foram visitadas, até então, sem que houvesse a pretensão de realizar uma pesquisa mais apurada na localidade. No entanto, foi em uma visita a uma propriedade rural que uma *prosa* duradoura entre Cláudio Ribeiro e eu veio a calhar em um despertar para uma proposta de pesquisa, que, mais do que isso, poderia trazer subsídios para visibilizar as práticas e os valores de uma parcela significativa de habitantes dessa localidade, os pecuaristas familiares, os quais se inserem nesse

ambiente tão vasto e rico - pela história de seu povo e pela biodiversidade que o compõe - que é o Bioma Pampa.

Motivado a adentrar nos meandros da vida campeira, foi em meio ao amargor de um mate em um dia chuvoso que se desdobrou meu primeiro contato com a família pesquisada.

Assim, após ter estabelecido os primeiros contatos com a família, senti que os caminhos entre *eu pesquisador* e a família estavam abertos, muito em função da forte chuva que caía naquele dia frio de inverno, a qual propiciou uma longa e agradável conversa recheada de saudosas lembranças de um glorioso passado de *lidas* no campo.

As lembranças da infância pelos campos e das campereadas nas estâncias só foram interrompidas pelo inesperado convite para o almoço. Sentados à mesa, junto com a família, eu, Luciano Figueiredo e Moacir Bonoto, extensionista da Emater, continuamos a conversa degustando o saboroso almoço campeiro.

A relação estabelecida por meio do convite para o almoço, a prosa que se estendeu pela tarde e o convite para um retorno em breve foram decisivos para que esta família me escolhesse como investigador, e assim se fez ao longo dos meses em que a pesquisa ia sendo realizada.

### **3.2 Do trabalho prospectivo ao uso de ferramentas metodológicas**

Segundo Flick (2009), a questão de acesso ao campo em estudo é crucial na pesquisa qualitativa. Para ele, o contato buscado pelo pesquisador nessa abordagem é o mais próximo ou o mais intenso, o que, em resumo, pode ser demonstrado pelos métodos utilizados nesta pesquisa.

Considerando o fato de que esta pesquisa não buscou como resultado realizar uma etnografia da vida campeira da família pesquisada, e sim fazer uso de instrumentos de abordagens etnográficas, as visitas, os contatos telefônicos e o acompanhamento das rotinas da família não ocorreram por longos períodos contínuos.

Ademais, mesmo sabendo que a família em questão reside na localidade há mais de uma geração, destacamos que esta pode não representar uma maioria em sua região, tampouco objetivamos algum tipo de percentual de representação, ainda que encontremos várias semelhanças entre essa e outras famílias no tocante ao seu modo de vida.

A escolha recaiu sobre essa família justamente por sua receptividade em acolher o pesquisador – fator que facilitaria o contato entre as partes e, por conseguinte, a realização do trabalho – e também por sua vivência na localidade por três gerações.

As atividades de campo foram organizadas em expedições de dois dias; algumas vezes, foram realizadas expedições de três dias consecutivos - estas contemplando também visitas a museus e bibliotecas no município de Rosário do Sul, o que será retomado quando for descrito o *Levantamento dos dados secundários*.

Depois de realizado o primeiro contato com a família pesquisada e considerando os afáveis estímulos da família para nosso retorno, iniciamos o planejamento para as visitas que deveriam se seguir. Devido à longa distância que separa o município de Rosário do Sul da capital do Estado, Porto Alegre, totalizando 388 km, somados ainda a 70 km de estrada não asfaltada que leva até a Serra do Caverá, localidade em que reside a família pesquisada, as visitas que se sucederam contaram com contatos agendados por telefone entre mim e a família, de modo a verificar as disponibilidades desta em me receber e despender a atenção necessária para que realizássemos a coleta de dados.

Apesar de ser possível contatá-los via telefone, localizá-los não foi tarefa simples, uma vez que, devido ao relevo acidentado e aos inúmeros *cerros* que compõem o ambiente, o sinal do celular é prejudicado. Algumas vezes, devido à dificuldade do contato telefônico, nossa comunicação foi intermediada pelos extensionistas do escritório municipal da Emater.

Após a primeira visita, ao retornar à casa da família, foi possível compartilhar minhas intenções de pesquisa com aqueles que a tornariam possível. Assim, pude revelar-lhes que o conhecimento sobre suas relações com o meio em que estavam inseridos seria um dos focos de minha pesquisa.

Acompanhado por Luciano Figueiredo e pela estudante de Ciências Sociais da UFRGS Maria Clara, fomos recebidos pelo Sr. Roneide, sua esposa, Sra. Neide, sua mãe, chamada localmente de dona Chinoca, e seu filho Marlon, os quais, conjuntamente, apresentaram-nos à propriedade em que residem (Figura 5).

Percorrendo alguns trechos de campo nativo no interior da propriedade da família, continuamente submetidos ao vento forte e frio do final do inverno (condições que não pareciam abalar o humor de nossos interlocutores), ao longo da tarde, fomos conhecendo a casa em que moram - repleta de sentimentos -, o gado – tão bem vigiado aos olhos do dono e de seus cães - e o campo - rico em ervas, algumas delas medicinais,

outras servindo de alimento para o gado e outras, ainda, impróprias para pastejo em razão de sua toxicidade.

**Figura 5** – Deslocamento pela propriedade. Da esquerda para a direita e do alto para baixo. A) Roneide apresentando a variedade de forrageiras que compõem o campo nativo. B) Roneide, Neide e Marlon acompanhando o pesquisador até a unidade de manejo do gado. C) Roneide, Neide e Marlos apresentando a área da propriedade onde se observa um córrego seguido de uma cachoeira circundada por espécies arbóreas diversas. D) Vista do interior da área de manejo de ovelhas, observa-se a frente da casa onde reside a família pesquisada



Fonte: Acervo do autor, 2013

Finalizamos o dia com um sentimento de apreço pela disponibilidade da família em nos acolher e nos apresentar sua propriedade.

Foi com a chegada do pôr do sol que veio o convite para adentrarmos em sua casa, e assim, saborearmos o mate que havia sido preparado para nossa partida.

Esse momento possibilitou mais alguns diálogos importantes para traçarmos as linhas mestras da investigação. Por meio dos relatos sobre o histórico de ocupação da propriedade ao longo do tempo, no contexto do bioma pampa, foi possível iniciar a construção da linha do tempo (Figura 6).

Essa construção partiu do resgate rememorativo anterior à ocupação da propriedade no local. Iniciamos o resgate partindo da infância de nosso interlocutor até os dias atuais. Utilizando um papel cartolina de tamanho suficiente para que fosse

possível a visualização da linha do tempo e fazendo uso de canetas coloridas para diferenciar cada etapa de sua vida, foram sendo destacadas pelo interlocutor os eventos mais significativos e marcantes em sua trajetória de vida.

Sustentados por tais ferramenta, por meio das quais foram desveladas algumas das trajetórias da família, retornamos à Porto Alegre, motivados com a continuidade da pesquisa. Os dados coletados, seja por meio das ferramentas utilizadas, seja por meio de anotações em diário de campo e gravações de áudio, subsidiaram o planejamento e a construção de um questionário que deu suporte à realização das entrevistas semiestruturadas, além do planejamento para a execução das demais ferramentas que seriam utilizadas, as quais serão comentadas na seção seguinte.

**Figura 6** – Construção da linha da vida junto a família pesquisada. A) Roneide destacando as etapas marcantes de sua vida para compor a linha da vida. B) Roneide e pesquisador construindo a linha da vida. C) Dona Chinoca e Neide acompanhando a construção da linha da vida. D) Visualização preliminar da linha da vida em processo final de construção



Fonte: Acervo do autor, 2013

O período escolhido para a realização da pesquisa de campo foi definido: ocorreria do mês de agosto de 2013 a outubro de 2014. A realização do trabalho de

campo não significou que, ao longo desse tempo, inúmeras visitas pudessem ocorrer, uma vez que os custos para as expedições a campo eram altos em razão da longa distância. Assim, as viagens foram realizadas em compatibilidade com as expedições da SEMA via Projeto RS Biodiversidade ao local.

Para que não houvesse conflitos entre minhas atividades como integrante da unidade de gerenciamento do Projeto RS Biodiversidade e a pesquisa que eu estava desenvolvendo, solicitei formalmente à direção da SEMA autorização para utilizar os instrumentos do Projeto para a viabilização dos meios que possibilitaram a realização da pesquisa.

Assim, por meio de memorando interno, a direção determinou que minhas funções como gestor do Projeto RS Biodiversidade fossem incorporadas à pesquisa, uma vez que os resultados alcançados poderiam trazer contribuições para a compreensão de práticas aliadas à conservação dos ambientes campestres no Rio Grande do Sul.

### **3.3 Os instrumentos de coleta de dados**

Uma descrição mais detalhada dos instrumentos utilizados para a coleta de dados será realizada e analisada a seguir, de acordo com a ordem cronológica segundo a qual estes foram empregados.

#### *3.3.1 Coleta e tratamento dos dados secundários*

A primeira aproximação às múltiplas realidades locais ocorreu por meio do levantamento de dados secundários da área de estudo. O objetivo do levantamento foi inserir-me no processo de formação do ambiente pampeano, desde a sua formação geomorfológica em tempos remotos, de modo a não apenas conhecer o processo de formação fisionômica do ambiente a ser estudado, como também o processo de ocupação do bioma pampa.

Essa fase da pesquisa ocorreu desde o início das atividades de campo e foi sendo fortalecida ao longo do seu desenvolvimento. Foram realizadas pesquisas exploratórias no município de Rosário do Sul e Porto Alegre, na biblioteca da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, no escritório municipal da Emater de Rosário do Sul e Porto

Alegre e no museu e biblioteca municipal de Rosário do Sul, com o objetivo não só a reunir materiais históricos e contemporâneos acerca da caracterização do ambiente e reconstrução do perfil paisagístico e histórico do ambiente pampeano com atenção à Serra do Caverá, Rosário do Sul – RS, como também a trazer subsídios para traçar o perfil identitário de seus habitantes.

Além de subsidiar o alcance dos objetivos almejados pela pesquisa, o levantamento de dados secundários incitou algumas questões que posteriormente foram avaliadas em campo, sobretudo, em relação à compatibilização entre os aspectos produtivos mantidos pela pecuária criada sob campo nativo, seus valores e sua relação com a conservação do bioma pampa, as quais serão apresentadas no capítulo seguinte.

### *3.3.2 História de Vida: o que os sujeitos têm a dizer (...)*

A história de vida é um instrumento de pesquisa que privilegia a coleta de informações contidas na vida pessoal de um ou vários informantes. Pode ter a forma literária biográfica tradicional como memória de crônicas ou retratos de homens ilustres que, por si mesmo ou por encomenda própria ou de terceiros, relatam os feitos vividos pela pessoa. (CHIZZOTTI, 2010, p.95).

Considerando que a pesquisa qualitativa envolve os indivíduos e seus ambientes em suas complexidades, não havendo limites ou controle impostos pelo pesquisador na busca por adentrar o universo de significados, crenças, valores mais profundos das relações, a abordagem metodológica considerada mais adequada para capturar as singularidades da pesquisa foi a da História de Vida (SANTOS; SPINDOLA, 2003).

Para os autores, o método História de Vida tem como objetivo ouvir o que os sujeitos têm a dizer de si mesmo e o que acreditam ser importante para sua vida. Nessa abordagem o pesquisador não confirma a autenticidade dos fatos, quando narrados, por valorizar o ponto de vista de quem está narrando. Assim, a evocação da memória para a transmissão do vivido por meio das narrativas constitui a principal matéria de estudos recentes.

Nesse tipo de pesquisa, os valores podem estar mascarados nas pausas faladas, nas expressões faciais e corpóreas e reiteraões; desse modo, para Silva e Barros (2010), a linguagem não verbal e o cotejo com fontes escritas e imagéticas deverão compor os dados da análise.

Nesta abordagem, completam os autores, a pessoa que narra sua trajetória é um interlocutor com quem se estabelece uma relação de cooperação, criando, dessa maneira, uma relação dialogada. Esse diálogo é constituído por entrevistas, as quais constituem uma das etapas essenciais para a construção dos dados na história de vida (BARROS; SILVA, 2010).

No contexto do método utilizado, ao longo dos trabalhos de campo realizados com a família pesquisada, foi priorizada a construção de uma relação de confiança entre o pesquisador e os interlocutores membros da família, para que houvesse uma relação harmônica para o desenvolvimento da pesquisa, mas, sobretudo, para que o acesso às práticas por eles desenvolvidas fossem compartilhadas com naturalidade.

Somente após consolidada essa relação de confiança, senti-me motivado e seguro a fazer uso das ferramentas de apoio à construção da história de vida, tais como o gravador de voz e o diário de campo. Ainda que, ao longo do desenvolvimento dos trabalhos de campo, eu tenha me sentido desconfortável em fazer uso dessa ferramenta, o gravador mostrou-se fundamental para captar quase a totalidade dos diálogos promovidos em meio às práticas compartilhadas.

Meu maior desconforto em fazer uso do gravador deveu-se ao fato de ele estar visível durante os diálogos: eu percebia que, enquanto conversávamos, alguns integrantes da família fixavam os olhos no gravador que estava sendo manejado por mim, o que causava um aparente constrangimento, principalmente para mim, como pesquisador, pois algumas informações importantes para a pesquisa poderiam ser omitidas.

A partir desses momentos, em que o constrangimento se mostrou evidente, suspendi o uso do gravador, confiando na memória para os registros pontuais do que estava sendo reportado a mim. Apenas ao encerrar a conversa, e nos raros momentos em que permaneci sem a companhia de meus interlocutores, as informações foram compiladas no diário de campo.

O diário de campo é identificado como um dos principais instrumentos de trabalho. Consiste em um instrumento para o registro de informações que emergem do trabalho de campo e que posteriormente serão utilizadas pelo pesquisador ao fazer a análise dos dados, após as observações, com o intuito de minimizar a perda de informações relevantes (FLICK, 2009).

As informações inseridas por mim no diário de campo constam de palavras-chave que fazem ganchos para o resgate de trechos comentados pelos interlocutores, impressões captadas durante as entrevistas, que não tenham sido registradas pelo gravador.

O uso do gravador foi retomado somente após a realização de testes de alcance da captação de som, pois verifiquei que, mesmo que o gravador ficasse armazenado em um de meus bolsos, a captação de áudio ocorria normalmente: assim, os diálogos se desenvolveram sem que pudessem ocorrer constrangimentos de ambas as partes pelo fato de ele ficar exposto (como antes ocorria).

Conhecer em detalhes como é desenvolvida a prática da pecuária pela família na localidade da Serra do Caverá e sua relação com o meio em que esta vive foi meu maior estímulo. Logo no início dos primeiros diálogos, foi possível observar um tom saudoso e rememorativo dos tempos passados, de lidas com o gado nas estâncias da região.

Assim, a entrada pela memória, resgatando as experiências vivenciadas nas estâncias, as relações entre patrão e peões e as relações familiares criavam um ambiente favorável para uma conversa prazerosa e duradoura em contínuos contrastes com o presente.

Interessante perceber, em meio aos diálogos, a relação entre a família e o campo, seu apreço pelas lidas com o gado e também que as práticas realizadas nos galpões das estâncias que emergiam a todo momento, sem a necessidade de eu ter de conduzir forçosamente as entrevistas para alcançar os objetivos aos quais eu almejava.

Assim, o ambiente favorável às entrevistas foi-se perpetuando, e uma afinidade com a família pesquisada se mostrou fortalecida a tal ponto que situações experienciadas no campo comesçassem a ser provocadas pelos próprios interlocutores.

Meu interesse por vivenciar suas práticas e descrever suas rotinas e costumes pareceu motivá-los a me apresentar, em detalhes, nuances que poderiam não ser captadas em curtos espaços de tempo. Assim, observei que oportunidades singulares começaram a aparecer, desde o convite a participar de reuniões da Associação de Pecuáristas Familiares da Serra do Caverá, à qual os interlocutores são associados, como também a práticas campeiras difundidas largamente na literatura gaúcha, sobretudo as associadas ao manejo do gado.

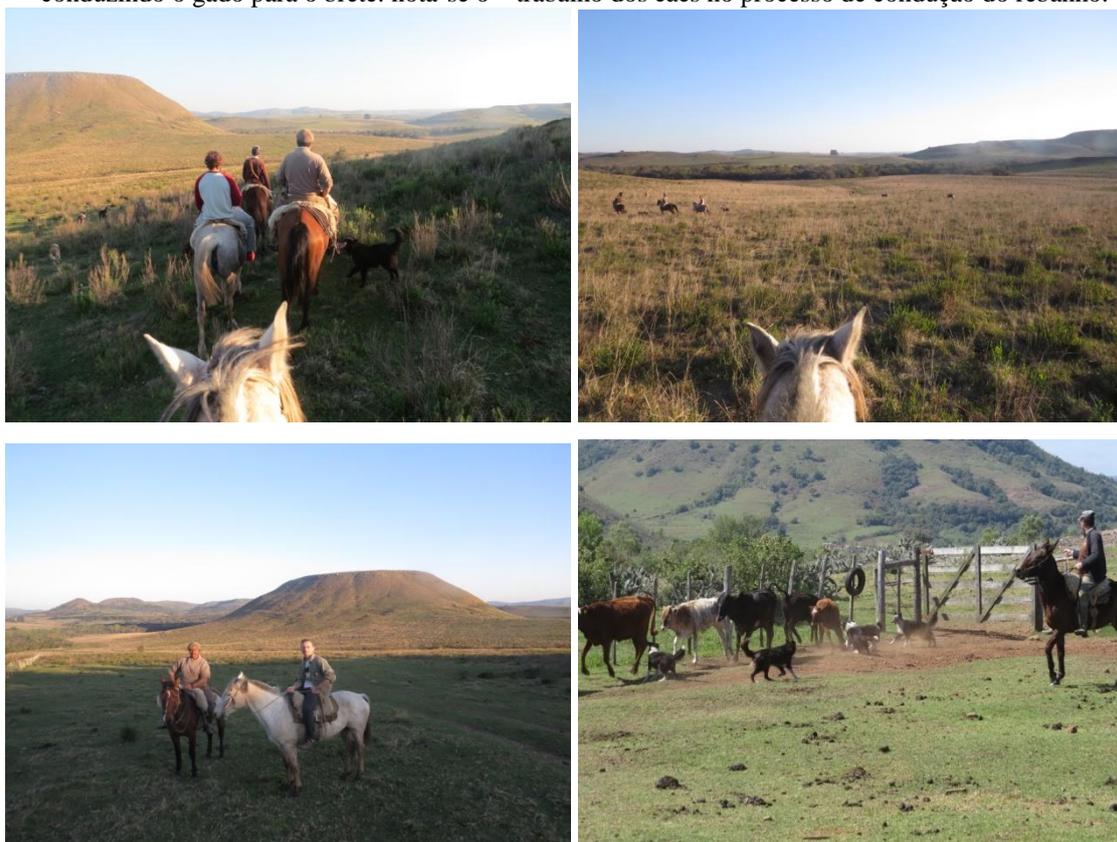
Fiquei surpreso positivamente, ao retornar à casa da família e me deparar com a preparação para minha chegada. O gado estava no brete, os cavalos posicionados para a

montaria e o almoço, em preparação. Os interlocutores haviam se preparado para me apresentar às principais lidas do campo realizadas pela família nos dois dias em que ficaria hospedado com eles.

As práticas compreenderam o aprendizado de cavalgar pelas planícies cercadas de cerros, suas problemáticas em relação à produção e manutenção da vida no campo e as oportunidades e prazeres da vida campeira, que foram compartilhadas à moda gaúcha, em meio aos cerros e lendas, e na companhia de cavalos e cães ovelheiros (Figura 7).

O detalhamento das práticas compartilhadas será descrita no capítulo seguinte.

**Figura 7** - Cavalgada ao interior da propriedade pesquisada objetivando acompanhar a rotina dos interlocutores quanto ao manejo do gado. A) Cavalgada em que foram compartilhadas com o pesquisador as técnicas de condução e manejo do gado. B) Perspectiva ampliada do horizonte de trabalho até a área de manejo do gado. C) Retrato do ambiente onde se insere a propriedade da família pesquisada. D) Roneide, conduzindo o gado para o brete: nota-se o trabalho dos cães no processo de condução do rebanho.



Fonte: Acervo do autor, 2013

### 3.3.1 *Leitura da paisagem: as impressões do lugar*

Considerando que a paisagem pode ser concebida como o conjunto das formas que caracterizam um determinado setor da superfície terrestre Verdum e Fontoura

(2009), por meio da leitura da paisagem analisei os principais elementos que compõem a paisagem da propriedade rural da família pesquisada.

Com a intenção de desvelar os múltiplos elementos que compõem a paisagem, busquei retratar por meio de registro fotográfico as diversas expressões relativas à interação entre os habitantes do local e a que os cercam, considerando, para isto, os elementos históricos do local, bem como, as representações culturais e naturais do ambiente, permitindo assim, que eu aprofundasse o conhecimento sobre o empírico da pesquisa. Dessa forma, a leitura da paisagem subsidiou identificar os elementos presentes na propriedade rural ora pesquisada e por meio do cruzamento com as narrativas compartilhadas foi possível reconhecer melhor a paisagem, de modo a identificar as expressões do espaço e do tempo enquanto uma construção cultural e simbólica.

Em meio a este contexto Verdum e Fontoura (2009, p. 13) destacam que para realizar a leitura da paisagem...

[...] deve-se considerar a subjetividade, que pode ser tanto individual quanto coletiva, de acordo com o referencial cultural de determinada comunidade. A observação e a diferenciação espacial da forma e da estrutura podem ser reconhecidas por elementos distintos da paisagem, tais como o relevo, a cobertura vegetal, a disposição das rochas, dos solos, dos cursos e corpos d'água, etc. Assim a apropriação e o uso da paisagem, sua funcionalidade, pode ser observada e distinguida através das transformações devido ao trabalho e às técnicas utilizadas, sendo, portanto, um produto social.

A leitura da paisagem foi associada, preferencialmente, pelos elementos da natureza, entretanto, os elementos que identifiquei como construídos pelo homem, tais como: áreas de manejo do gado, casas, cercas, entre outros, foram agregados à análise, pois, fazem parte da história e identidade da família. Para identificar estes elementos partiu-se para a leitura da paisagem, esta, voltada para a análise do conteúdo de registro fotográfico.

Os registros foram efetuados desde a primeira porteira de acesso a propriedade, até a área núcleo onde reside a família, ou seja, a casa e seu entorno.

As áreas que não foram visitadas corresponderam aquelas de difícil acesso, tais como os topos de cerros, que, para serem explorados, exigiriam não só o uso de mulas mais resistentes para terrenos acidentados, como, sobretudo, minha habilidade em cavalgar nesses terrenos onde a complexidade é elevada, habilidade que não possuo.

As informações coletadas – que posteriormente foram comprovadas por meio de narrativas - integraram os demais dados levantados durante a coleta foram de grande valia para identificar tanto a distribuição da família pela propriedade quanto a lógica produtiva e de localização das estruturas.

**Figura 8** – A primeira propriedade de acesso à família pesquisada



Fonte: Acervo do autor

Deslocando cerca de 70 quilômetros, desde o centro urbano de Rosário do Sul, rumo á propriedade a ser pesquisada, foi com a aproximação da chegada a propriedade que os olhos se atentaram em registrar a paisagem que me cercava. Logo ao sair da estrada principal e adentrar a primeira porteira, me deparei com uma paisagem repleta de cerros (conforme indica a seta 1), o mais imponente deles já se mostrou nos primeiros metros em que ultrapassei a porteira. Fiquei surpreso com as extensões de campo salpicados por indivíduos aleatórios de espécies arbóreas nativas nos quatro cantos em que eu observava (seta 2).

Para alcançar o interior da propriedade da família pesquisada, foi preciso adentrar em outra propriedade rural vizinhas (Figura 8).

A paisagem que compõe a primeira propriedade para acessar a residência da família de Roneide é composta por extensas áreas de campo, esse, rente ao solo, possivelmente, devido a ação dos animais domésticos que por ali circulam, em especial os ovinos, predominante, e em grande número de indivíduos. Nesse ambiente rico em diversidade de plantas, indivíduos de espécies arbóreas em especial o espinilho (*Acacia caven*) se distribuem aleatoriamente pelo local, proporcionando redutos de sombras aos animais.

A maior parte da área da propriedade de acesso está delimitada por cercas de arame de quatro fios, de modo a dimensionar os piquetes (seta 3), o que não impede que alguns indivíduos de animais silvestres adentrem a propriedade e dividam o campo nativo com os animais domésticos.

Nas áreas destinadas para a circulação de veículos pode observar o solo exposto devido ao tráfego, seja de veículos automotores ou mesmo de cavalos (seta 4). Nesse local não constatei o efeito de erosão acreditando que seja devido a cobertura vegetal e devido, também, a estrada se encontrar em uma região plana.

**Figura 9** - Ainda no acesso a propriedade pesquisada



Fonte: Acervo do autor

Conforme adentramos à propriedade a caminho do local alvo da pesquisa observei um gradativo aumento do porte das forrageiras (seta 1). Esse aumento das gramíneas pode estar associado a um campo em “descanso” devido a prática da rotação de piquetes ou mesmo devido ao campo não ser destinado, preferivelmente, aos ovinos, os quais consomem as forrageiras até muito próximo ao solo, propiciando um aspecto de gramado, como observado na figura 8 do primeiro acesso a propriedade.

O relevo torna-se ainda mais ondulado conforme nos deslocamos em direção a propriedade pesquisa. Á medida que adentramos na localidade pequenos capões de mata constituídos por espécies arbóreas e arbustivas compõem a paisagem, como podemos observar ao fundo da imagem (seta 2). Continuamos a observar extensas áreas de campo utilizada para pastoreio dos animais. Ao fundo da imagem, observamos, também, a composição de cerros que circundam a casa onde reside a família (seta 3).

**Figura 10** – Registro da casa onde reside a família pesquisada e as estruturas do entorno que compõe o ambiente



Fonte: Acervo do autor

Enfim, depois de ultrapassar inúmeras porteiras de madeira e arame cheguei à frente da área núcleo da família para fazer o registro fotográfico. Foi em um platô com rochas expostas e forrageiras de porte baixo, que escolhi para registrar essas estruturas (seta 1). Nesse momento, o silêncio do lugar foi quebrado pelas conversas que vinham de dentro da casa trazidas com a ação dos ventos.

Buscando evidenciar as estruturas da área onde reside a família, o registro fotográfico trouxe ao observador uma área composta por um piquete feito de moerões<sup>5</sup> de madeira de espécies arbóreas, provavelmente, extraídas da propriedade e interligadas por arame (seta 2). Anexo ao piquete, uma estrutura de madeira destinada ao manejo dos animais compõem a frente da casa (seta 3). Atrás da estrutura de manejo dos animais está a casa da família, construída com grandes blocos de pedra (ver capítulo *história de vida da família selecionada*) está posicionada em uma área alta do terreno, local este que se tem uma visão panorâmica de quase a totalidade da propriedade.

Anexo a casa, uma segunda instalação construída em alvenaria compõe o ambiente do entorno da casa, esta, destinada a guarda do veículo e de equipamentos de tosquia e demais aparatos para manejo dos animais.

A localização destas estruturas evidencia que elas estão constantemente submetidas aos fortes ventos presentes na região. Para minimizar esse efeito observa-se que a família semeou espécies arbóreas frutíferas no entorno da casa, como veremos no capítulo *história de vida da família selecionada*

Ao caminhar em direção ao piquete, observo que o solo fica continuamente mais raso e completamente exposto dentro da área do piquete. Roneide relata que a localização da casa e da área de manejo foi herdada do pai da Dona Chinoca, quem conduziu a construção das estruturas, retomaremos o detalhamento desse processo no capítulo “*história de vida da família selecionada*”.

Ao me posicionar a frente da residência para registrar a imagem que deu suporte a esta leitura da paisagem não pude deixar de perceber um imponente cerro logo atrás da residência. Esse cerro é conhecido como cerro do castelhano, como descrito na narrativa a seguir:

---

<sup>5</sup> Poste de madeira com pelo menos 15 centímetros de diâmetro médio e cerca de 2 metros de comprimento, inserido perpendicularmente ao solo para que nele sejam fixados os arames das cercas.

Esse é o cerro do castelhano, ele é castelhano porque tem uma sepultura ali em cima... Olha, isso aí, como faz coisa muita antiga. O meu sogro dizia que do tempo da guerra (A descrição das batalhas serão comentada no capítulo Rosário do Sul: *o berço do gaúcho*) um castelhano veio espia ele lá, e aí eles mataram ele, e ai, bem lá, ta vendo aquela árvore? do outro lado da arvorezinha ali, tem um cordão de pedra. Ali é a sepultura. Tem o cerro do Marco, o cerro dos touros, tem vários tipos de cerro. Aqui do outro lado tem o cerro dos pelegos (Roneide).

**Figura 11** – Cerros que compõem o ambiente do entorno da casa onde reside a família



Fonte: acervo do autor

Curioso para registrar os demais aspectos do ambiente do entorno da casa onde reside a família me desloquei para os fundos da casa, quando me deparei com uma composição de cerros, logo ao lado do cerro do castelhano. Estes cerros também são utilizados para o pastoreio dos animais. Constituídos por dimensões e formatos variados os cerros são compostos por inúmeros indivíduos de espécies arbóreas que se desenvolvem, principalmente, devido a reduzida possibilidade de manejar a vegetação, seja devido a inclinação que o cerro condiciona, bem como ao ambiente com mais

umidade e protegido dos ventos ou, devido, também, a legislação ambiental que restringe o corte da vegetação nativa (seta 1).

A área registrada possui um afloramento rochoso bastante evidente (seta 2) o qual se apresenta circundado por vegetação, o que não impossibilita o pastejo dos animais.

Ao longo das narrativas foi observado que os cerros não apenas compõe a paisagem que cerca a propriedade, nem somente, servem de áreas de pastejo para os animais, mas, também, serviram e, ainda, servem de insumos para construções, conforme relata Dona Chinoca:

[...] Lembro, aqui mesmo na grotinha, nesta ponta de cima, e aqui pra esse lado aqui oh do lado da estrada aqui oh, tiraram também, e do outro lado da restinga na beira do cerro, que agora o campo é nosso, tiraram muita pedra lá, daquele cerro onde nos fomos, eles tiraram bastante pedra também e daquele cerrinho ali, onde nos fomos criados ali que era do pai, aquela que ta tapera ali. E La virando aquele outro cerro La perto da ponte, tiraram pedra também e aqui dessa grotinha que tem aqui, que faz volta no cerrinho ali tiravam laje para fazer calçada em roda e o piso como esse aqui ó, feito de laje de pedra, pois não existia esses piso e as outras peças aqui eram tábuas. Eles traziam com boi arrastão né tche. Aqui nessa região ainda tem muita casa de laje (Roneide)

Conceber a paisagem, concordando com Verdum et al. (2012, p.9), na perspectiva da construção de conceitos e métodos é pensa-la como um referencial geohistórico e uma forma de leitura do mundo, ou seja, trata-se de uma elaboração e expressão humana praticada e incorporada no senso comum da maioria das pessoas. No *mundo* das pessoas deste estudo, a geohistória é intensa, evidente e expressada na paisagem que se pode *ler*.

### 3.3.2 O Estudo Cartográfico

A elaboração cartográfica, uma vez definidos os temas de interesse e sua metodologia, foi realizada com o auxílio de um software de sistema de informações geográficas (SIG) ArcGis . A construção dos mapas foi realizada pela geógrafa Lilian Waquil, geógrafa da FEPAM, com o auxílio do autor desta pesquisa.

Os mapas que subsidiaram esse estudo foram feitos utilizando imagens de domínio público, as quais permitiram as orientações espaciais em relação à área de

estudo, envolvendo os mapas de altimetria do município, curvas de nível, hidrografia, mancha urbana e estradas. Para estes, contou-se com uma base cartográfica vetorial, resultado da vetorização de 462 cartas da diretoria de serviço geográfico do exército e IBGE. Quanto aos mapas temáticos (vegetação, solos, geologia e geomorfologia) foi utilizado o mapeamento realizado pelo projeto RADAMBRASIL na escala 1:50000. A atualização e digitalização desses mapas temáticos foi realizada via convênio com a Secretaria de Agricultura e IBGE de Santa Catarina. Foram utilizadas imagens disponibilizadas no Google e também imagens shapefile fornecidas pelo laboratório de geoprocessamento da UFRGS, disponibilizadas pelo Professor Henrich Hasenack, que, apresentam as tipologias do bioma pampa. Estas imagens foram cruzadas com a delimitação política dos municípios da metade sul do Estado, com o objetivo de identificar a tipologia vegetacional do município de Rosário do Sul.

#### **4 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO: da Reconstituição Geomorfológica aos Primeiros Habitantes**

O bioma pampa está associado a um conjunto de elementos que identificam a importância do sujeito em sua formação. Para Ribeiro (2009), a identidade dos habitantes do território pesquisado é reconhecida como algo diferenciado, fruto de sua formação histórica, de sua posição geográfica, e territorial, combinação étnica e aspectos sociais, ambientais e econômicas. Desse modo, para compreender os elementos que compõem o bioma pampa, é necessária uma abordagem que aproxime os olhares biológicos, geográficos, sociais, histórico e ambiental, que a História Ambiental propõe, ou seja, uma perspectiva necessariamente socioambiental, na qual a história vivida por diferentes grupos humanos no Pampa do Rio Grande do Sul seja relacionada com o ambiente campestre (GERHARDT; ZARTH, 2009).

A proposta deste capítulo consiste em conhecer os elementos inerentes à formação do bioma pampa; para isso, foi necessário ampliar a pesquisa para além do município de Rosário do Sul, alvo deste estudo, uma vez que o bioma pampa compartilha características ecológicas e culturais, semelhantes às de seus países vizinhos (Uruguai, Argentina e Paraguai).

A escala utilizada para reconstituição histórica deste capítulo é corroborada por Kern (1993), Para o autor, a história regional não pode, nem deve, significar a história de um país, nem mesmo de uma das províncias ou um dos estados federados locais. Não podemos ignorar que essas abstrações administrativas, como é o caso, por exemplo, do Estado do Rio Grande do Sul ou da República do Uruguai, que são criações políticas relativamente recentes - não correspondem nem mesmo a fronteiras naturais.

Desse modo, a reconstituição histórica que pretendo abordar, ao menos até chegarmos à formação das primeiras delimitações políticas entre Brasil e Uruguai, refere-se necessariamente à Região do Rio da Prata e a uma bacia hidrográfica platina, constituída pela República do Uruguai, pelo ambiente argentino e ainda pelo atual Estado brasileiro, o Rio Grande do Sul.

Considerando esses pressupostos, o capítulo em questão divide-se em quatro partes: na primeira, trago ao leitor uma aproximação da reconstituição geográfica e geomorfológica do Rio Grande do Sul desde tempos remotos até a chegada dos primeiros povos caçadores e coletores que habitaram o ambiente estudado. Na segunda

parte do texto, apresento os momentos iniciais do processo de conquista do ambiente pelos colonizadores europeus e as principais consequências decorrentes desse processo. No terceiro texto, de posse dos elementos da conquista dos povos que habitavam o ambiente, trago a consolidação da organização social no bioma pampa.

#### 4.1 Reconstituição do ambiente pampeano

Onde hoje observamos o predomínio de um relevo levemente ondulado, constituído por extensas planícies, coxilhas e cerros, dispostos pelo ambiente, onde a prática da criação de gado de corte se destaca como base da economia local, outrora foi um imenso mar, que se estendeu desde o Mato Grosso, Bolívia, até o Rio Grande do Sul (SOUSA, 2004).

Enquanto parte do estado do Rio Grande do Sul era ocupado por montanhas rochosas - ao norte, onde hoje se situa a serra, zonas montanhosas, constituídas por rochas metamórficas e ígneas, da mesma forma que ao leste, onde esse relevo se estendia para o lado da África, uma vez que, com a união dos continentes, não existia litoral - outra parte, mais ao sul, na zona central do Estado, mais aproximadamente onde se situa atualmente o município de Cachoeira do Sul, era banhada por um imenso mar (HOLZ, 2003).

No Rio Grande do Sul - formado por intensos choques continentais -, criaram-se amplas depressões topográficas passíveis de serem preenchidas por sedimentos.

Assim, há aproximadamente 280 milhões de anos, entre o período carbonífero e permiano, esse imenso mar deu lugar a um ambiente formado por areais de camadas sedimentares, o qual foi denominado de Bacia do Paraná (HOLZ, 2003).

Nesse período que se refere aos primeiros milhões de anos do período permiano, devido à posição geográfica que o Estado ocupava – mais próximo do círculo polar –, foi possível registrar o acúmulo da umidade em forma de geleiras (HOLZ, 2003). Essa condição de glaciação gonduânica, que insistia em permanecer no Estado, só começou a ser alterada com o aumento da temperatura do Planeta associado a fatores geológicos e geográficos, os quais desencadearam o fim da glaciação no hemisfério sul.

Com a elevação da temperatura, o gelo derreteu, aumentando o nível dos mares, o que levou o Rio Grande do Sul a ficar, por muito tempo, completamente submerso.

O autor completa ainda que, somente no final do período permiano, essa condição começou a mudar, ocasionando o recuo do mar.

Nesse período, ainda sob condições de clima frio, resquícios da glaciação gonduana, não impediam que a vida vegetal se desenvolvesse pelo Estado. Além da diversidade de algas e invertebrados, associados ao predomínio do ambiente aquático, o recuo do mar possibilitou que outras espécies pudessem desenvolver-se em terra.

Para Holz (2003), o expressivo recuo do mar em toda a região sul do Brasil possibilitou um ambiente propício para o surgimento dos grandes répteis. Nessas condições, registrou-se, no final do período permiano, onde hoje se situa a fronteira oeste do Estado, um réptil herbívoro, que recebeu o nome de *Pareiosaurus brasiliensis*. Essa condição propiciou também, durante o período triássico, o registro de quatro grandes grupos de répteis, muitos deles com hábitos pastadores.

Entre esses grupos, o autor destaca os dicinodontes, que chegavam a dois metros de comprimento e viviam em grandes manadas, possuindo o hábito de cortar e triturar a vegetação. Migravam continuamente pelas planícies, em busca de novas áreas de pastagem. Com hábitos e número de indivíduos muito semelhantes aos dos dicinodontes, os rincossauros compartilhavam das mesmas planícies para realizarem seu pastoreio.

De grande importância evolutiva, o quarto grupo reptiliano é o dos tecodontes, os quais formaram o elo evolutivo que deu origem aos dinossauros, pterossauros e também às formas atuais da fauna, como as aves e crocodilos.

Com o fim do triássico, encerra-se também, um evento único do último bilhão de anos da existência do planeta terra, a Pangeia. A massa continental única agora está separada em porções continentais, possibilitando a evolução peculiar de vegetais, animais (HOLZ, 2003).

Em toda a bacia do Paraná, intensas atividades vulcânicas marcam esse período de fragmentação continental do Pangeia, transformando as extensas planícies em um imenso mar de lava. Passados séculos, a lava esfriou, transformando-se em basalto.

Assim se deu a composição do ambiente como o conhecemos hoje: uma imensa área relativamente plana, totalmente constituída de basalto. Rios, lagos, processos erosivos e intempéries formaram, continuamente, a camada de solo (HOLZ, 2003).

Seguindo ao período do holoceno, período em que, segundo Behling (2006), com a temperatura ainda oscilando, há 5550 anos cal AP, foi possível registrar as

condições necessárias para a expansão das matas de galeria, e em que, mesmo diante da combinação de variáveis climáticas - umidade e calor -, a paisagem ainda permaneceu predominantemente campestre.

As condições de aumento da temperatura - associado ao gradativo aumento da umidade e clima sazonal - propiciaram, não somente a diversidade de espécies vegetais, mas também a chegada dos primeiros povos caçadores-coletores à região da bacia platina:

A mais remota ocupação do atual território oriental da bacia platina só pode ser compreendida como uma continuação histórica do povoamento da América, durante e após a última glaciação. A datação mais antiga que possuímos para a chegada dos primeiros caçadores-coletores é de 12.770, mais ou menos 220 AP. Isso significa que este episódio deve ter ocorrido entre 12.990 e 12.550 antes do presente, se levarmos em conta a possível margem de erro de 220 anos desta datação de radiocarbono. (KERN, 1993, p. 19).

#### 4.2 O Pampa recebe os primeiros caçadores coletores:

Distribuídos pelo ambiente, amplo, aberto e seco, os caçadores-coletores, continuamente submetidos a condições climáticas severas, sobretudo sob a inclemência dos ventos do sul, tiveram ainda que conviver com a megafauna, remanescente do Pleistoceno (SUERTEGARAY, 2003).

Por esse ambiente, transitavam mastodontes (*Estegomastodonte* e *Haplomastodonte*), *Clyptodonte* e o *Pampatério*, espécies semelhantes aos tatus, que atingiam aproximadamente quatro metros de comprimento e próximo de dois metros de altura, camelídeos (*Paleolhama*), cavalos (*Equus* e *Hippidion*), cervídeos (*Morenelafo*) e outras espécies de menor porte, como antas, veados, capivaras (GOLIN, 1999).

Segundo Zarth e Gerhardt (2009), há evidências de que a megafauna foi extinta há cerca de 12.000 AP, e as causas para seu desaparecimento podem estar ligadas justamente a mudanças climáticas, aumento das florestas devido a um clima mais úmido e também a outros fatores, como o da diminuição dos campos. Alguns autores atribuem ainda à chegada dos primeiros caçadores coletores uma das causas da extinção da megafauna nesse período.

Distribuídos pelo estado, havia, inicialmente, o grupo Gês, ramo dos Tapuias, que se localizava ao norte e nordeste. Desse grupo, se derivavam-se os Guaianás, subdivididos em Ibiraiaras, Caaguás, Arachãs, Carijós, Tapes e, mais adiante, os Caingangues.

Os Carijós instalaram-se no litoral do Estado; os Arachãs, no planalto leste até o rio Guaíba; os Tapes, na bacia do rio Jacuí até a bacia do Camaquã; os Ibiraiaras, no planalto médio e os Caaguás foram se distribuindo até as margens do Alto Uruguai.

Instalados mais ao sul e sudeste do Estado, encontravam os Mbaías, que se subdividiam em seis nações: Charruas, Minuanos, Guenoas, Yaros, Mboanes e Chanãs.

Esses grupos estavam instalados desde as planícies da Lagoa Mirim até a junção do rio Ibicuí com o Uruguai. Segundo Zattera (1995), os Mbaías deveriam ter sido o grupo mais selvagem encontrados no estado, por serem hostis e aguerridos até entre si.

Provavelmente, foram também os primeiros a fazer uso das boleadeiras (artefato envolto em couro, com duas bolas, utilizado para caça) e a adotar o cavalo como condução básica.

Durante séculos, os povos indígenas pampeanos viveram como coletores-catadores-pescadores. Esses hábitos foram sendo modificados a partir da introdução de técnicas de horticultura e produção de cerâmica, inovação cujos responsáveis foram os guaranis.

Estes chegaram ao sul, em sucessivas migrações, há aproximadamente quatro mil anos, vindos da Amazônia, pelos itinerários dos rios Paraguai e Paraná.

Com formações culturais diversas, ocuparam a planície litorânea e os vales dos rios Uruguai, Ibicuí, Jacuí, Ijuí e Piratini. Eram distintos guerreiros, causando temor aos seus inimigos quando ocupavam parte do território dos grupos charruas, minuano, caingangues (GOLIN, 1999).

O autor destaca que a supremacia dos grupos guaranis sobre os pampeanos deveu-se, principalmente, ao número de indivíduos e à sua organização social, sobretudo pelo domínio das técnicas de horticultura, dentre elas o plantio de porongos (cabaças), que utilizavam como recipiente para diferentes funções. Nessas pequenas cuias, bebiam o *caamini* (erva-mate), com o auxílio de um canudo feito em taquara; utilizavam também o fogo de chão para se aquecerem, hábitos que foram incorporados pelos conquistadores, séculos mais tarde, dando origem ao chimarrão.

Submetidos à severidade do vento sul, potencializado pelo ambiente plano e clima frio predominante no bioma pampa, os povos indígenas viam-se obrigados a utilizar os elementos da biodiversidade como seu meio de proteção. Os Mbaías, por exemplo,

faziam uso de uma manta de pele de veado ou vitela, denominada por eles de *cayapi* ou *caipi*, a qual servia também, de leite (ZANETTI, 1995).

Após séculos de interação entre distintas etnias indígenas, iniciou a ocupação europeia. Kern (1993), destaca que essa ocupação deu origem ao genocídio de centenas de indivíduos. Nos momentos iniciais da conquista, ocorreram igualmente, transformações socioculturais importantes, tais como a mestiçagem, a influência cultural, as aculturações forçadas e espontâneas e alterações dos costumes tradicionais das diversas comunidades indígenas locais, num processo gradual de europeização. Os contatos estabelecidos deram origem também a uma série de influências das culturas indígenas sobre as novas sociedades ibero-indígenas emergentes que aqui se organizaram no período colonial.

#### 4.3 A conquista europeia do ambiente pampeano

No início do século 17, a história do Pampa rio-grandense entrou em uma nova e importante fase com a introdução de novas espécies de animais trazidas pelos colonizadores europeus (GERHARDT; ZARTH, 2009).

Em 1536, quando estes chegaram ao Rio da Prata, trouxeram consigo equinos e bovinos (bois, vacas, cavalos, égua, mulas, burros e ovelhas), o que se constituiu, para Litre (2010) e Golin (1999), uma das principais causas de transformações na estrutura organizacional até então existente.

As possibilidades, trazidas pelos europeus - espanhóis colonizadores, pelo sul do Uruguai, e com os jesuítas, pelo Oeste -, de possuir animais domesticados e, assim, suprir regularmente a necessidade de proteína, exerceram grande fascínio entre os grupos indígenas ali estabelecidos (GOLIN, 1999).

Esse fascínio, decorrente da grande oferta de alimento, a partir de então disponível pelas extensas planícies, veio a se tornar o vilão para a constituição de outro processo organizacional, do qual os indígenas foram protagonistas. Estava iniciada a disputa pela região platina, entre Portugal e Espanha.

Enquanto a atenção do império brasileiro se voltava para o norte, devido à exploração colonial, assentada basicamente na produção já existente (riquezas minerais) ou em forma de produção agrícola, basicamente de cana, o Rio Grande do Sul, nesse

período, não se enquadrava em nenhum dos dois casos, o que deixava a região sul entregue aos espanhóis. (PESAVENTO, 1994).

Somente no decorrer do século XVII, verificam-se as primeiras tentativas de expansão do império português rumo ao sul, objetivando lucrar mais com a exploração de sua colônia. A intenção de Portugal era furar o monopólio espanhol e estender sua fronteira até o rio da Prata, já que, inicialmente a atenção de Portugal estava voltada para norte.

Concretizando essa ambição, em 1680 foi fundada pelo império português, na fronteira com Buenos Aires, a colônia do Santíssimo Sacramento, que hoje se encontra em território uruguaio - em sua margem oriental - em frente a Buenos Aires.

A estratégica localização da Colônia de Sacramento, além da preservação do vantajoso comércio ilícito que ali se formava, implicou o reconhecimento dos portugueses quanto às imensas reservas de gado da Vacaria del Mar, as quais haviam sido introduzidas pelos primeiros conquistadores (GOLIN, 1999; PESAVENTO, 1994).

Assim, depois de um longo período de circulação litorânea, foi, por meio da catequese que se efetivaram as estratégias de ocupação meridional pelos portugueses.

Os jesuítas, com a missão de catequizar os indígenas, partiram desde o rio da Prata até o território denominado genericamente de *tape*, hoje correspondente ao meio-oeste do Rio Grande do Sul. Ali organizaram mesmo com a rejeição de muitos pajés, incipientes aldeias, a que deram o nome de “reduções”, ou, simplesmente, “missões” (FELIX; RECKZIEGEL, 2002).

Mesmo em conflito com os pajés Guarani, os padres jesuítas conseguiram “reduzir” muitas famílias sob o argumento da fé católica e da proteção contra os bandeirantes, que os escravizavam para os destinarem às lavouras coloniais do norte do Brasil (GOLIN, 1999).

Invariavelmente, essas reduções eram aldeias indígenas a que os missionários se sobrepunham, em um primeiro momento, com o serviço religioso; depois, estes foram gradativamente reordenando o espaço e a produção, introduzindo a criação de gado, os trabalhos artesanais e as novas técnicas de agricultura. Reduzidos a uma reorganização dos espaços sociais, os índios guaranis, agricultores milenares, com as inovações, agregaram maior produtividade de cultivo, convertendo-se, assim, em peças ainda mais valiosas para o escravagismo bandeirante (FÉLIX; RECKZIEGEL, 2002).

Enquanto os Guaranis foram gradativamente se adaptando aos hábitos e costumes trazidos pelos colonizadores, os Charruas e Minuanos, ao contrário, não aceitaram os aldeamentos propostos pelos sacerdotes cristãos europeus que conseguiram reunir os Guaranis nas reduções. Desse modo, com o avanço dos estancieiros europeus sobre seus territórios, os conflitos se acentuaram, o que acarretou guerras de extermínio promovidas pelas autoridades militares europeias. São famosos os combates de extermínio de Salsipuedes<sup>6</sup> e de Mataojos, no atual Uruguai, em 1831 e 1832, que praticamente extinguiram os Charruas (GERHARDT; ZARTH, 2009). A partir desses dois conflitos, equivocadamente propagou-se um discurso de que os povos Charruas e Minuanos sobreviventes teriam forçadamente, se integrado na sociedade da Banda Oriental do Uruguai, enquanto, a propósito dos indivíduos que não foram mortos em batalha, muitos foram vendidos como escravos e outros ainda, levados por comerciantes e vendidos em Paris, de onde não mais retornaram (CARELI; KNIERIM, 2011).

Para Schallenberger (1993), o projeto missionário tinha como essência idealizar a totalidade num ser sobrenatural o que representou a busca pela mesmice a partir desse ser, e o encontro do Eu com o outro. Desse modo, tal projeto veiculou, inicialmente, uma pedagogia de convivência, num processo de reconhecimento da alteridade e de construção da identidade a partir dos contrários projetados num plano superior de superação das diferenças. O projeto missionário evangelizou, perseguiu, no plano ideal, esse objetivo, buscando introduzir o índio no universo da convivência e do cultivo de novos valores.

Esses novos valores, associados ao regime social e político em que sempre viveu a capitania, entre a liberdade promovida dos pastoreios, a alegria espontânea das volteadas, a semiociosidade dos galpões e os alaridos da guerra, para Goulart (1978), foram fatores importantes para que o índio se afizesse, de forma admirável, a esse gênero de vida, que tão de perto lembrava a sua antiga existência de completa liberdade.

Os índios eram convencidos pelos missionários ao “descimento” voluntário para se estabelecerem nas missões. Contudo, à medida que a igreja, enquanto organização, buscava fundir sua concepção de mundo com a das classes dominantes, a igreja

---

<sup>6</sup> O Massacre de Salsipuedes foi uma batalha travada contra os charruas no atual Uruguai pelas tropas do governo, nas margens do córrego Salsipuedes, afluente do Rio Preto, 11 de abril 1831. De acordo com fontes oficiais uruguaias, no ataque supostamente foram mortos 40 Charruas e outros 300 foram feitos prisioneiros; posteriormente, seriam vendidos como escravos (PUEBLO..., 2012).

missionária, que, identificada com as causas do processo de evangelização dos povos conquistados, criou uma cultura que rejeitou as estruturas de dominação e foi, aos poucos, se tornando alheia quanto ao seu próprio processo de estruturação organizacional. Por essa razão, completa o autor, tornou-se, em circunstâncias determinadas, incompatível com a intenção e a dinâmica do projeto colonizador.

Na tentativa de barganhar autossustentação quanto à missão de converter o índio à religião e à civilização e promover a convivência étnica no sistema colonial, os missionários, especialmente os jesuítas, acabaram atraindo contra si os interesses imediatos dos colonizadores, cujas intenções e cujos projetos sociais diferenciavam-se dos deles e, assim, os missionários, muitas vezes, tornaram-se alvo de ataques bandeirantes (SCHALLENBERGER, 1993).

A principal causa do ataque às missões deu-se devido a carência de mão de obra escrava, uma vez que os holandeses, além do nordeste do Brasil, apoderaram-se de zonas da África fornecedoras de mão de obra negra, fato que teve como consequência a falta de escravos para o restante do Brasil. Tal situação representou o motivo de os bandeirantes de São Paulo terem se especializado em apresamento de índios com a intenção de vendê-los como escravos nas zonas açucareiras.

Esgotadas as possibilidades de caça aos índios mais próximos, os bandeirantes paulistas lançaram-se contra as “reduções” indígenas do sul, pois ali estes se apresentavam como uma importante fonte de mão de obra, pois já se achavam aldeados pelos padres e adestrados ao trabalho e a obediência (PESAVENTO, 1994).

Auguste Saint Hilaire (1974, p. 83) que em, sua viagem ao Rio Grande do Sul, descreveu o ambiente e costumes do século XIX, conferiu algumas características dos indígenas guaranis que se destacaram como alvo dos bandeirantes:

Os guaranis, como todos os índios, não tem ideia alguma do futuro. Apreendem com facilidade o que se lhes ensina mas não inventam nem compões nada. São de caráter dócil e obedecem sem dificuldade, mas seu caráter não é fixo. Cuidando apenas do presente não são fieis a palavra dada e não possuem nenhuma exaltação da alma, sendo estranhos a quaisquer sentimentos de generosidade ou de honra. Não tem ambição, cobiça ou amor próprio.

Assim, a facilidade em se adaptar a uma divisão de trabalho oposta àquela a que eles estavam acostumados por suas tradições acabou contribuindo ainda mais para o

despertar dos bandeirantes, que buscaram a apropriação dessa mão de obra especializada.

Schallenberger (1993) complementa que muitos dos conflitos gerados entre o projeto missionário e o dos colonizadores potencializava-se quando o interesse da coroa ou mesmo de sacerdotes de outras ordens, até mesmo de seculares, era conivente com a situação de escravização, isso fez com que a missão se tornasse, para o missionário jesuíta, um espaço de conversão e de defesa do índio e do espaço missional.

Diante desse conflito de propósitos e também devido à demora na organização da colônia e ao ataque frequente dos bandeirantes paulistas, muitas missões ruíram, ocasionando a fuga dos índios “reduzidos”. Ao abandonarem as missões, deixavam, junto aos seus poucos pertences, grande parte de seus rebanhos.

Esse rebanho, também chamado de “cimarron” sem o manejo diário e tendo ficado completamente livre no ambiente, multiplicou-se e tornou-se selvagem. Assim, segundo Ribeiro (2009), Litre (2010), Golin (1999), nasceu a captura desse gado selvagem para a produção de carne e couro bovino, como também a de cavalos para o transporte.

Com o passar do tempo, milhares de cabeças de gado ocuparam os campos, formando as Vacarias del Mar. Estava lançado o fundamento econômico básico de apropriação da terra gaúcha: a preação do gado xucro (PESAVENTO, 1994). Eram animais xucros, bravios, que, segundo Golin (1999), atraíram para o pampa centenas de aventureiros. Esses aventureiros realizavam arreadas, atividades de recolher os animais para vendê-los a estancieiros nas povoações emergentes, ou para conduzi-los a São Paulo e Minas Gerais. Aos poucos, constituíram um grupo social específico: o do gaúcho; constituído por homens que viviam à margem da lei e fugindo das autoridades.

A preação do gado foi objeto de atenção de diferentes grupos sociais: portugueses de Sacramento, índios aldeados, que vinham vaquear para os padres, “accioneros” de Santa Fé, Corrientes e Buenos Aires, que preavam os animais com permissão das autoridades espanholas, e aqueles indivíduos gaúchos que, “sem rei, sem fé e sem lei, vaqueavam por conta própria, vendendo o couro a quem lhes pagasse mais.

A chamada preação do gado alçado (xucro) para a comercialização de couro movimentou o extremo sul, atraindo as atenções para a região, que se tornou conhecida por sua riqueza pecuária (PESAVENTO, 1994).

Nesse contexto, em que o gado se tornou cimarron e a preação do gado se destacou como uma importante atividade, seus praticantes, habitantes do Rio Grande do Sul foram reconhecidos como *gaudérios* (povo gaudério), termo impregnado de sentido pejorativo que se referia aos “aventureiros paulistas” que tinha desertado das tropas regulares e adotado a vida rude dos coreadores e ladrões de gado. Ainda segundo a autora, tratava-se de vagabundos errantes e contrabandistas de gado em uma região onde a fronteira do país era bastante móvel devido aos conflitos entre Portugal e Espanha.

No final do século XVIII, esses indivíduos foram chamados de gaúchos, vocábulo que teve a mesma conotação pejorativa até meados do século XIX, quando, com a organização das estâncias, passou a significar o peão e o guerreiro, com um sentido encomiástico (OLIVEN, 2002).

#### 4.4 Estabelecimento das Estâncias: uma forma de reorganização dos espaços sócio-culturais (?)

A formação histórica do Rio Grande do Sul está ligada a duas frentes de expansão civilizatória: a luso-brasileira e a espanhola-missioneira. Tardamente ocupado, seja pelo império português, seja pelas frentes espanholas, o Rio Grande do Sul teve o seu desenvolvimento condicionado às lutas entre Portugal e Espanha, ambas nações desejosas de estabelecer o domínio sobre o Rio da Prata. Foi com o avanço das negociações para demarcação territorial que se consolidou o Tratado de Tordesilhas, assinado entre Espanha e Portugal em 1494. Por meio desse tratado, o território português teve como limite, na sua parte sul, a cidade de Laguna em Santa Catarina, razão pela qual a administração espanhola foi conduzida ao Rio Grande do Sul (RIBEIRO, 1999). De acordo com Pesavento (1994), mesmo efetivada a demarcação territorial, o Rio Grande do Sul permaneceu com sua área inexplorada por seus colonizadores por mais de um século.

Com o início da exploração e ocupação do território por portugueses e espanhóis, em meio a peculiaridades das lutas de fronteiras, iniciou-se um novo ciclo de uso das áreas até então inexploradas. Como estratégia de defesa do território, foram doadas grandes extensões de terras a quem pudesse defendê-las, o que acarretou a formação de

uma elite militarizada e proprietária de terra, local onde, devido à aptidão do ambiente, era praticada a pecuária extensiva.

Nesse período de reorganização social, as grandes extensões de terras doadas foram organizadas por meio das estâncias. Esse modelo recebido pelos povoadores era o da quadra de sesmária de campo, constituída por, em média, 13 mil hectares. Muitos conseguiram, ainda, várias sesmarias (GOLIN, 1999).

Para Telles (1996), a estância representava o local destinado à criação de bovinos, equinos, muares e ovinos. Segundo o autor, essa distribuição de terras para criação de gado, foi viciosa: no governo do Tenente General Sebastião Veiga Cabral da Câmara, este chegou a doar terras, inclusive de pacíficos e laboriosos proprietários, a seus validos, prendendo a ferro quem oferecesse resistência. Assim, sem a posse da terra que outrora ocupavam, muitas famílias pobres vagaram sem encontrar emprego.

Golin (1999) comenta ainda que essa forma de ocupação por meio de sesmarias originou o surgimento de latifúndios por meio dos quais o Pampa foi transformado em propriedade de poucos, o que afastou da posse da terra uma multidão de gaúchos e subalternos, a partir de então, condenados a trabalharem como peões, vagarem pelos campos ou servirem como soldados nas guerras.

Com o propósito de se fixarem nas terras, os sesmeiros, como eram chamados os proprietários de terras, também as defendiam para a Coroa portuguesa, contra a ocupação espanhola. Assim, nas sesmarias, foram estabelecidas as estâncias, as quais representavam a viga mestra da sociedade da época, não apenas como o início da atividade econômica, mas também como unidade de defesa.

Devido aos conflitos entre espanhóis e portugueses, foi introduzido nas sesmarias, além dos lagunistas e açorianos, um terceiro elemento, o miliciano (oficiais e soldados).

A estes eram outorgadas terras com o objetivo de garantir a posse. Essa ocupação ocorreu durante o período das Guerras Cisplatinas (1811-1828), quando foram instaladas estâncias em São Gabriel (1815), Bagé (1812), Alegrete (1814) e Quaraí (1816), por meio da doação oficial de sesmarias.

Com o objetivo de serem mais bem vigiadas e produtivas, as estâncias foram divididas em invernadas. Em muitas delas, os estancieiros fixavam agregados em postos, localizados nos limites de suas terras, os chamados posteiros, normalmente trabalhadores afamiliados e residentes em pequenos ranchos. Seus filhos, quase sempre,

seriam os futuros peões da estância. Nos postos, havia, além do rancho, mangueiras e, em alguns casos, bretes para o manejo do gado (GOLIN, 1999; RIBEIRO, 2009).

Assim, para que as extensas terras destinadas à criação extensiva de gado pudessem ser geridas, as estâncias foram preenchidas por muitas famílias, agregados, mestiços, índios e posteiros. Indispensáveis ao manejo do gado, os indígenas e mestiços, já adaptados à nova organização social imposta pelos colonizadores, tinham uma importante função nas estâncias. As habilidades e destrezas com o cavalo eram cada vez mais valorizadas. Alguns Mbaías (Charruas, Minuanos e Yaros), juntamente com os Guaranis, tornaram-se índios cavaleiros adaptados às rotinas e ávidos defensores das estâncias; segundo Zanetti (1995), respeitavam mais a montaria que sua própria família.

Diante dos invasores espanhóis e portugueses, os indígenas do Pampa mudaram drasticamente a sua cultura incorporando o gado equino e bovino em seu estilo de vida; tornaram-se cavaleiros e preadores de gado alçado (xucro). Gradativamente os colonizadores foram utilizando-os para trabalhar com gado mediante acordos que garantissem certa independência durante os primeiros séculos de ocupação europeia.

Com o avanço dos estancieiros europeus sobre seus territórios, os conflitos se acenturam, culminando com a guerra de extermínio promovida pelas autoridades militares. Tais conflitos praticamente extinguiram os Charruas do ambiente pampeano em 1831 e 1832 no atual Uruguai (ZARTH; GERHARDT, 2009).

Saint Hilaire (1974) ao longo de sua expedição ao Rio Grande do Sul, descreveu algumas das habilidades dos indígenas que serviam de peões nas estâncias e também se referiu à resistência e à resignação destes diante de determinadas circunstâncias.

Dentre as citações, Saint Hilaire (1974, p.83) descrever:

Mais longe que a insensibilidade moral dos guaranis vai sua insensibilidade física. Sofrem sem proferir queixa. [...] Um jovem peão, fazendo rodeio, caiu do cavalo e foi arrastado durante alguns instantes; como o estribo, no qual seu pé estava preso, era de metal, um de seus dedos foi completamente decepado e os outros profundamente cortados; o menino, todavia, não proferiu uma palavra – tornou a montar e não parou senão quando o rodeio acabou.

O traje do índio, já habituado às rotinas da estância e completamente inserido nelas, foi acrescido de peças novas, trazidas pelos tropeiros e adequadas à sua rotina no campo.

Os peões, agora vestidos com colete e uma ceroula larga e longa, feita de algodão, até abaixo dos joelhos, destacavam-se pelos cabelos longos e negros, seguidamente trançado e atados na testa por uma tira de couro, o que lhes conferia a aparências dos gaúchos campeiros da época. Compunha a vestimenta um objeto indispensável ao gaúcho moderno do século XXI, a faca, ganha ou trocada e além disso, para completar a indumentária era acompanhada da boleadeira e do laço (ZANETTI, 1995).

No convívio de peões indígenas, mestiços e agregados, os escravos somavam-se como mão-de-obra trabalhadora. Embora se registrasse a presença de escravos nas estâncias, a atividade de criação, subsidiária da economia central do país, não foi capaz de propiciar uma acumulação que permitisse a introdução regular de negros na região. Assim, estes não foram utilizados como mão-de-obra fundamental (PESAVENTO, 1994).

Em menor número, se comparados a peões indígenas e miscigenados, os escravos negros estavam presente. A relação básica entre senhor e escravo nas estâncias de criação de gado do Rio Grande do Sul era igual à encontrada em outros contextos, ainda que certos aspectos ligados à escravidão fossem distintos.

Este fato repousa na dificuldade de um adulto aprender bem as habilidades de equitação, arrebanhamento, manejo do laço, marcação e castração dos animais. Aqueles que começavam jovens, entretanto, apresentavam condições de se tornarem bons campeiros, o que provocou forte demanda por parte de estancieiros em busca de escravos jovens.

A força de trabalho relativamente pequena nas estâncias e a importância do trabalho colaborativo no trato do gado significavam que, mesmo os grandes estancieiros, conheciam seus escravos por nome.

O resultado disso era a existência de certo grau de respeito pela competência de escravos e uma tendência de confiar neles e atribuir-lhes maiores responsabilidades. O trato diferenciado que os escravos das estâncias recebiam de seus patrões inibia fugas e estimulava certo grau de lealdade e diligência, sobretudo da parte dos escravos campeiros, que andavam armados e usavam cavalos no trabalho cotidiano.

Zarth e Gerhardt (2009), trazem um contraponto à afirmação na referência quanto ao número estimado de indivíduos que prestavam trabalho escravo nas estâncias. Para os autores, apesar da tentativa dos historiadores ligados ao latifúndio pastoril de procurar negar ou minimizar a presença de escravos nas estâncias, as novas pesquisas revelaram

que a escravidão estava disseminada em todas as instâncias da sociedade onde ela fosse economicamente viável. Os historiadores da nova geração deram visibilidade aos escravos das estâncias por meio de dados, antes inexplorados ou pouco consultados, contidos nos inventários *post-mortem*, nos processos-crime, nos relatórios de diversos tipos elaborados por câmaras municipais e agentes do poder judiciário, entre outros.

O custo dos trabalhadores sequestrados na África e vendidos no sul do Brasil era relativamente baixo na primeira década do século 19, mas, a partir da proibição do tráfico, em 1850, os valores dos cativos tornaram-se elevados para pequenos criadores de gado. A comparação entre os preços de um escravo e da produtividade de uma estância indica a relação econômica difícil de suportar. Em 1851, o estancieiro de São Borja, Pacífico José da Silva, possuía o escravo Paulo, com 35 anos de idade, avaliado em 400\$000 réis e suas reses mansas valiam 5\$000 réis cada uma. Eram necessárias 80 reses, portanto, para comprar um trabalhador escravo. Em 1861, essa relação ficou ainda mais cara: o cativo Salvador, de 27 anos, do estancieiro Bento José Rodrigues foi avaliado em 1.600\$000 réis, o equivalente a 200 reses mansas de 8\$000 réis cada. Em relação à avaliação do plantel de gado – mulas, cavalo, reses e ovelhas –, o cativo Salvador representava em torno de 15% do total de 10.304\$446 réis (inventário *post-mortem* trazido por Zarth e Gerhardt (2009).

Ainda segundo os autores, antes de 1850, um escravo poderia ser comprado por preços que oscilavam entre 200\$000 e 400\$000 réis, ou seja, por algo equivalente a um ou dois anos de salário de um peão. Depois de 1850, os preços subiram até 1:600\$000 réis, o equivalente a cerca de 8 anos de salário de um peão, mudando drasticamente a relação salário/escravo. Nessa condição, comprar escravos implicava obter bom rendimento com seu trabalho para compensar o investimento. Diante da nova conjuntura, as relações de trabalho livre, nas suas diversas formas, ganharam cada vez mais espaço.

Para Goulart (1978), repousa, também, a confusão no que tange ao argumento de que, no Rio Grande do Sul, a vida dos escravos era amena se comparada com a existente em outros lugares, e, sobretudo, se comparada à dos escravos das charqueadas, que eram submetidos a um tratamento de extrema desumanidade (GOULART, 1978).

Esse tratamento com rudeza, ao qual os escravos das charqueadas eram submetidos, foi descrito por Saint Hilaire (1974, p. 83):

[...] nessa capitania os negros são tratados com bondade que os brancos com eles se familiarizam, mais que em outros pontos do país. Referia-me aos escravos das estâncias, que são em pequeno número; nas xarqueadas a coisa muda de figura [...]. Há sempre na sala um pequeno negro de 10 a 12 anos, cuja função é chamar os outros escravos, servir água e prestar pequenos serviços caseiros. Não conheço criatura mais infeliz que essa criança. Nunca se assenta, jamais sorri, em tempo algum brinca! Passa a vida tristemente encostado à parede e é frequentemente maltratado pelos filhos do dono. À noite chega-lhe o sono, e, quando não há ninguém na sala, cai de joelhos para poder dormir.

Nas estâncias, devido ao caráter de autossuficiência, além do trabalho campeiro, os escravos eram obrigados a trabalhar nas lavouras. Assim, encarregavam-se da chamada “indústria caseira”, para suprir as necessidades diárias de sabão, queijo, linguiça, conservas, tecidos e rendas (GOLIN, 1999).

Pelas mãos dos escravos, passava-se a dieta básica nas estâncias: a carne e a farinha de mandioca eram ingredientes indispensáveis nas refeições. Comia-se a carne “de panela” ou assada no espeto (churrasco). Das vísceras dos animais, faziam-se coalho e mondongo. Nas lavouras, havia o cultivo de feijão, batata-doce, aipim, abóbora, moranga, melancia e milho, além de temperos como salsa, pimenta e alho.

Muitas estâncias ultrapassavam a “indústria caseira”, produzindo também para o comércio. Entre os produtos excedentes comercializados, destacam-se a farinha de mandioca e o polvilho (GOLIN, 1999).

Tendo, portanto, garantida a subsistência na estância por meio do trabalho dos escravos na lavoura, cabia aos peões a relação mais próxima com seus patrões, aos quais serviam espontaneamente, quase sempre por amizade, com uma independência inigualável (GOULART, 1978),

Grijó (2002), completa esta afirmação destacando que, além de os peões se destacarem como os fiéis companheiros de seus patrões, não há referência a pagamento em dinheiro aos serviços prestados, mas, sim, a compensação ou retribuição simbólica e material, estas últimas dificilmente redutíveis a padrões monetários.

Dentre os valores positivados no mundo da estância, o apego ao dinheiro parece não ter lugar; ao contrário, é patente a corrupção ética e moral que ele traz aos que a ele são associados. É percebido como um signo de corrupção em um mundo idealizado, no qual as relações entre os homens são eminentemente personalizadas, onde o que conta é a

honra e a palavra empenhada, e não as relações impessoais de mercado, as relações objetivadas do mundo do trabalho-monetário, tidas como corruptoras.

Na relação local entre patrões, seus peões e escravos, o domínio dos estancieiros se fazia tão absoluto que os homens que viviam em suas propriedades eram identificados a partir de suas relações de trabalho com seus patrões. Nesse contexto, passavam a ser reconhecidos, nas relações pessoais ou mesmo diante de autoridades como propriedade de seus patrões, uma vez que eram tratados como “gente de tal ou qual patrão”.

No final do século XVIII e início do XIX, quando as autoridades pretenderam livrar os campos da vadiagem, banditismo e ladroagem dos gaúchos, as “papeletas” fornecidas pelos patrões serviam como documento de identidade e salvo-conduto.

Como Chefes políticos, os poderes dos estancieiros praticamente se confundiam com os do Estado. Caracterizavam-se como um misto de proprietários e chefes militares/civil (GOLIN, 1999).

Esse poder supremo pode também ser observado no estudo de Farinatti (2008), que nos subsidia com informações de processos criminais abertos em Alegrete. Neles, podemos observar a supremacia dos estancieiros no que se refere aos poderes nos territórios que ocupavam.

Nos processos criminais datados de 1845 a 1865, em muitos deles, segundo o autor, houve uma qualificação detalhada do réu, colhida durante o interrogatório. Os estancieiros representam apenas 4% dos inquiridos. Por sua vez, os criadores, que englobavam pessoas que praticavam a pecuária em escala mais modesta eram maioria.

Célula social do Rio Grande do Sul, as estâncias, influenciaram profundamente a organização social local:

A estância, o latifúndio foi, reafirmado, a célula social no Rio Grande do Sul. Tudo sofria a sua influência, o seu poder absorvente, e todas as formas sociais a ela se amoldavam. Quem não tinha estância era chefe de família e aqueles que não possuíam grandes extensões de terra eram forçados a separar-se dos filhos apenas estes alcançavam a adolescência. E ei-los, os trabalhadores pobres, buscando ocupação em campos distantes, onde faltassem braços, para sofrerem mais tarde o influxo da família do patrão. Os pobres, devido à inexistência da pequena propriedade e não podendo, em regra geral, permanecer ao lado dos filhos, em terras alheias, onde todos os trabalhos não exigiam outros elementos além dos existentes, deveriam separar-se deles; seus descendentes, ligados aos novos patrões pela vida fraternal das lidas pastoris, iam com seus chefes constituir novas famílias. Assim, estas se formavam, a nosso ver, pelos donos de estâncias, seus parentes e peões, tais eram os laços de intimidade democrática e de unidade afetiva que uniam todos os moradores de um latifúndio. (GOULART, 1978, p. 54).

Nesse particular relatado por Goulart (1978), patrões e empregados viviam em comum, com os mesmos hábitos e as mesmas necessidades, pelo gênero de vida que os ricos levavam até os pobres, irmanados a estes pelos mesmos costumes e sentimentos. Patrões e empregados alimentavam-se do mesmo churrasco e ingeriam o mesmo chimarrão, cavalgavam os mesmo animais e juntos entregavam-se às mesmas fainas dos campos, às mais velozes correrias, que eram como um derivativo de alegria na vida monótona dos descampados.

Até este momento, foram abordados os principais fatores históricos que estão associados à história econômica e política rio-grandense, os estilos de vida campeira dos indivíduos que por esse ambiente circularam e a emergência da reorganização social por meio das estâncias.

Para compor a imagens que criamos do bioma Pampa, iniciando nossa digressão ao objeto alvo do estudo, a seguir veremos os principais acontecimentos históricos que constituíram o município de Rosário do Sul.

#### 4.5 Rosário do Sul: *o berço do gaúcho*

Na margem esquerda do Rio Santa Maria, logo abaixo da confluência com o Rio Ibicuí da Armada, em meio a acontecimentos históricos, nasceu Rosário do Sul. A denominação atual da cidade – outrora chamada de “Nossa Senhora do Rosário” e “Rosário” – está ligada à Santa Padroeira do lugar, Nossa Senhora do Rosário.

Rosário do Sul orgulha-se de ser o berço do gaúcho nativo, afirmando que foi na Serra do Caverá, junto aos cerros Macaco, Bugio, Figura de Pedra e Minuano, que se consolidou a formação do homem do Pampa, a partir do final do século 17 (IBGE, 2010).

Ao longo de três séculos, passaram pelo solo de Rosário do Sul Minuanos, Charruas, Espanhóis, Portugueses, Castelhanos Paulistas, Orientais e Farrapos. Parte desses homens e mulheres, sobrados da guerra, empenharam-se em se unir no Passo do Rosário, localidade originária da sesmaria do Passo do Rosário. Assim, em 1861, sua primeira povoação, formada por barqueiros, canoeiros, famílias dedicadas ao comércio e agregados nativos que constituíram seu núcleo, nascia com o nome de vila de Rosário (SOUSA, 2004), conforme demonstra as Figuras 12 e 13.

**Figura 12** - Barca de transporte sobre o Rio Santa Maria em 1908



Fonte: Registrada pelo autor na biblioteca municipal de Rosário do Sul

**Figura 13** - Chalana transportando arroz em 1947



Fonte: Registrada pelo autor na biblioteca municipal de Rosário do Sul

Formada sem muita pretensão, vivia dos minguidos interesses de seus patronos, Rio Pardo (1809), Cachoeira (1819), Alegrete (1831) e São Gabriel (1846). Pouco a pouco, foram-se somando vários fatos históricos, que passaram a lhe dar representatividade na região.

Rosário do Sul teve participação em todas as convulsões revolucionárias, tanto internas quanto externas, que abalaram o Estado no século passado. Foi também, palco de uma das mais importantes batalhas, chamado de batalha do Passo do Rosário, em que se digladiaram forças brasileiras e orientais.

Pouca atenção lhe fora dada quando pertencia à jurisdição de Cachoeira e, mesmo após intensas batalhas, seus desertores e derrotados, não colhiam de Cachoeira a atenção que necessitavam. Esses indivíduos, sem amparo e ávidos por necessidades básicas, foram se instalando próximos aos sítios dos campos de batalha. Assim, segundo Souza (2004), muitos povoados se formaram em terras rosarienses. A exemplo disso, completa a autora, após a fatídica batalha de Caiboaté, os índios que não acompanharam a retirada missioneira fixaram-se na Serra do Caverá.

Tal conflito inscreve-se no contexto histórico das demarcações decorrentes da assinatura do Tratado de Madrid (1750), que exigiu a retirada das populações guaranis aldeadas pelos missionários jesuítas.

Durante a demarcação, os índios, com o apoio de alguns jesuítas, resistiram à evacuação, estimulando os exércitos coligados de Portugal e Espanha a se voltarem contra os guaranis.

O primeiro embate entre os dois lados ocorreu no dia 7 de fevereiro de 1756, próximo à cidade de São Gabriel, quando parte do exército da coligação Portugal e Espanha foi surpreendida por Sepé Tiaraju. Após intenso embate, o líder guarani foi surpreendido pela vanguarda dos aliados que chegou pouco tempo depois, o vitimando.

Três dias depois, em 10 de fevereiro, Nicolau Neenguiru, que comandava os índios missionários, resolveu improvisar ao posicionar suas tropas em meia-lua na localidade de Caiboaté, formando uma forte posição defensiva com dois mil guerreiros. Tão logo iniciado o combate, os missionários foram atacados de frente pela Artilharia e pela Infantaria das tropas e envolvidos pela Cavalaria, que vinha dos dois flancos.

Ainda no dia 10 de fevereiro de 1756, coronel José Custódio de Sá e Faria escreveu em seu diário “fazia grande compaixão a multidão de mortos”: uma das maiores barbáries do século XVIII havia acabado de acontecer no atual município de

São Gabriel - RS. As tropas coligadas, de Portugal e Espanha, que reuniam 4.000 homens, haviam massacrado cerca de 1.500 índios das missões jesuíticas. A carnificina foi tanta que, em pouco mais de uma hora, quase todos os nativos estavam vitimados em campo (GOLIN, 1998).

Sepé Tiaraju morreu em São Gabriel, no dia 7 de fevereiro de 1756. Índio guerreiro guarani, nascido em um dos aldeamentos jesuítas dos Sete Povos das Missões, era reconhecido por ser bom combatente e estrategista, tornando-se rapidamente um líder das milícias indígenas que lutaram na Guerra de Guaranítica.

Sepé Tiaraju (Redução de São Luís Gonzaga) foi considerado "herói guarani missioneiro riograndense" pela Lei nº 12.366 de 03 de novembro de 2005, legislação esta que, em seu artigo 1º, declara Sepé Tiaraju Herói Guarani Missioneiro Rio-grandense, instituindo, por meio de seu artigo 2º da mesma lei, a data de sua morte como o dia de comemoração em sua memória. Dentre esses relatos históricos que envolvem a formação de Rosário do Sul, pode estar a glória de trazer para si a formação do homem do Pampa, o *berço do gaúcho*.

**Figura 14** - Monumento em homenagem do município de Santo Angelo aos 250 anos da morte do índio Sepé Taraju



Fonte: Acervo do autor

Após as intensas batalhas travadas, os campos estavam livres para a criação das Estâncias. Segundo Souza (2004), por doação régia, os benquistos da coroa foram

distribuídos por essa região: contudo, os então “donos” da terra não permaneciam no núcleo de sua propriedade, e, sim, na corte ou nas cidades-chave, como Alegrete e São Gabriel. Assim, para a autora, a história de Rosário do Sul, desde 1830, vinha se povoando como fundo de invernada de grandes estâncias, com posteiros e trabalhadores, que tinham que prestar contas políticas e sociais aos mais poderosos da corte das cidades vizinhas.

A autora completa ainda que esses trabalhadores, a maioria absoluta sem cultura, empregavam todos os seus lucros na aquisição de mais terras. Vivia-se do boi e para o boi. Qualquer outra atividade, mesmo a agrícola, realizava-se para atender às necessidades de alimentação privada. Os comerciantes, em sua maioria absoluta, empregavam os seus lucros em propriedades rurais. Fazendeiros tornaram-se comerciantes para aumentar mais as suas propriedades, os seus rebanhos.

Pelo solo de Rosário do Sul, também passou a Revolução Farroupilha. Durante dez anos houve o enfrentamento ao governo central. Em manifesto lançando por ocasião da Proclamação da República Rio-Grandense, em 1838, o líder Bento Gonçalves justificou a posição assumida, enfatizando que a Proclamação da República fora o último recurso tentado ante o esgotamento das possibilidades de entendimento com o império. Segundo a percepção que os farrapos tinham dos acontecimentos – sustentada pelos estancieiros gaúchos que mobilizavam a sua peonada – o centro era acusado de má gestão do dinheiro público, de realizar gastos supérfluos sem aparelhamento material do país e de onerar o Rio Grande do Sul com impostos, sem indenizá-lo por danos sofridos.

Por trás dessas acusações, vê-se a percepção de que o Rio Grande do Sul era explorado economicamente pelo centro (PESAVENTO, 1994).

Além de representar o cenário de muitas batalhas ocorridas em solo rio-grandense, Rosário do Sul forneceu homens de sua localidade para se agregarem a forças militares em batalhas que se sucederam. Os que sobreviveram, quando não mutilados, retornavam com doenças, como a cólera, o que contribuiu para o retardamento no aspecto de fortalecimento e expressão perante os demais municípios.

Por volta de 1872 a 1892, o quadro sóciopolítico foi melhorando com a integração comercial com Pelotas e Montevideú, quando os habitantes de Rosário do Sul puderam valer-se de um breve progresso, que logo foi interrompido com a revolução de 1893 (SOUSA, 2004).

Segundo a autora, essa revolução comprometeu profundamente o “ pilar central” do município, atingindo sua riqueza fundamental: a pecuária. Com isso, dividiu radicalmente os homens e, conseqüente, a sociedade.

Dada a primaríssima cultura de nossa gente, sem grandes lideranças, para não dizer nenhuma, as ideias que levaram à Revolução de 1893 se radicalizaram entre a população, e fomos levados, por anos, à condição primária de tribos de bárbaros. Ora, esta radicalização levou ao ódio, oriundo da vingança, e famílias se dividiram e conviveram numa sociedade sem poder superar, para atenuar, pelo progresso, pela cultura, pela própria civilização, os efeitos das mortes, dos roubos e saques praticados por puro primarismo humano. (SOUSA, 2004, p. 23).

Apenas no final do século XIX e início do século XX (até 1918), Rosário viveu uma era de trégua. O município estruturou-se: a construção da ponte de ferro sobre o rio Santa Maria, considerada a maior ponte de concreto armado da Metade Sul do Estado, com 1.772 metros de extensão, e a construção do ramal férreo até Livramento, inaugurado em 1909, trouxeram uma importante contribuição, sobretudo no meio urbano.

**Figura 15** - Estação de trem de Rosário do Sul.



Fonte: Prefeitura de Rosário do Sul, 2014

Nessa época, a economia rosariense se consolidava. Cem anos de sua independência haviam se passado (1922), e um futuro próspero se destacava pelos horizontes sinuosos dessa região pampeana. O povo de Rosário do Sul enfrentou também, além das batalhas, a epidemia “espanhola”, em 1918 e 1919, a qual vitimou centenas de indivíduos. Ainda sim, com uma economia pujante e com seu povo fortalecido, em meio a positividade do cotidiano próspero, um novo mal voltou a assolar

a comunidade, com o mais trágico dos males que pode cair sobre uma comunidade: Luta entre irmãos, a revolução (SOUZA, 2004).

Figura 16 – Imagem de Honório Lemes e aliados e Joaquim da Silva Lemes. Da direita para a esquerda.  
A) Honório Lemes e aliados - Ano 1923; B) esquerda Joaquim da Silva Lemes – Ano 1923



Fonte: Registrada pelo autor na biblioteca municipal de Rosário do Sul

Figura 17 – Revolucionários da força geral – Estácio Azambuja



Fonte: Registrada pelo autor na biblioteca municipal de Rosário do Sul

Foram anos trágicos, que, segundo Souza (2004), reavivaram antigos ranços e questões políticas. Com o estopim do conflito de 1923, Rosário do Sul foi mais uma vez assaltado, tanto por forças do governo, os legalistas (chimangos), como por revolucionários (os maragatos), que, por longo tempo, fizeram do município seu quartel-general.

As forças revolucionárias consumiram, abateram e roubaram mais de cem mil cabeças de gado do município e praticamente toda a cavalhada útil. Foi a mais trágica das calamidades, segundo a autora, desunindo os homens e destruindo a sua riqueza (SOUZA, 2004).

A revolução de 1930, trouxe também, em meio à Serra do Caverá, o santuário de Honório Lemes, apelidado de “O leão do Caverá”. Honório Lemes foi um ilustre personagem de Rosário do Sul (PÁGINA DO GAÚCHO, 2001). Nasceu em Cachoeira do Sul em 23 de dezembro de 1864; atuou, de 1890 a 1920, como tropeiro chefe de boiadas em Charqueadas, tarefa que lhe rendeu um vasto conhecimento da região, sobretudo da Serra do Caverá, seu refúgio e cenário de grandes feitos militares. Em 1923, liderou a guerrilha libertadora na Fronteira Oeste, que teve como epicentro a Serra do Caverá, que ele tão bem conhecia, nas proximidades de Rosário do Sul.

Terminada a revolução de 1923, com o Tratado de Pedras Altas, que ele também assinou, voltou à sua vida de campeiro em Rosário do Sul. Construiu, ainda em terra alheia, com suas próprias mãos o ranchinho em que viveria até poucos dias antes de sua morte (PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO DO SUL, 2014).

Ao longo dos dolorosos anos, a rivalidade foi dando lugar à urbanidade. A paz entre os homens da mesma família nunca se construiu, a não ser pelo trabalho, pela riqueza, pela solidariedade e pela cultura. Assim, Rosário do Sul entrou em uma nova fase de desenvolvimento.

#### 4.6 Rosário do Sul hoje:

Como vimos na sessão anterior, a economia rosariense, desde os primórdios de sua formação até os dias atuais, esteve fortemente ligada à atividade pecuária.

Segundo Chelotti, (2007), as principais mudanças nesse sistema de produção ocorreram com o desencadeamento do processo de modernização da agricultura

brasileira, no qual o Rio Grande do Sul se inseriu, que acarretou profundas transformações no seu meio técnico e a modificação de seu espaço agropecuário.

As transformações advindas a partir do processo de modernização - em especial, no Rio Grande do Sul - promoveram ainda mais a concentração de terras, o que levou à expropriação de grande parte dos pequenos produtores familiares.

Esse processo não haveria de excluir Rosário do Sul: atingiu-o, de maneira mais significativa, na década de 70, com o avanço das lavouras de arroz e a consolidação do sistema de arrendamento, conduziu agricultores capitalizados, oriundos de outras regiões do Rio Grande do Sul, a adquirirem grandes extensões de terras no município de Rosário do Sul, por meio da compra facilitada por baixos preços baixos em comparação com os praticados em seus locais de origem.

Assim, com a ideia de produção agrícola moderna, esses compradores de terras introduziram nas estâncias a tecnificação e a identidade empresarial de organização, sobrepondo a tradicional ocupação produtiva da região.

Um dos resultados desse processo de modernização foi a marginalização de uma parcela significativa de médios e pequenos produtores por estes não terem conseguido adequar-se aos modelos produtivistas. A rede de relações sociais, culturais e econômicas dependente das estâncias tradicionais diluiu-se causando um esvaziamento ainda maior do meio rural, decorrentes da redução das ocupações exclusivamente ligadas à pecuária e da mobilização de um contingente pauperizado em direção às periferias (ROZALINO, 2008).

Para o autor, em Rosário do Sul conjuga atualmente, em sua organização espacial, a manutenção de uma estrutura fundiárias, enraizada e legitimada pela cultura, juntamente com outra, caracterizada por atividades relativamente novas e empreendedoras, que envolvem o plantio de soja e arroz e a inserção da fruticultura e derivados.

Essa configuração espacial de variáveis como a densidade populacional e o tamanho das unidades produtivas demonstra uma tradição histórica, ligada à cultura gaúcha, que não só está presente, mas prevalece nas relações sociais, principalmente no espaço rural. A presença de fazendas e estâncias ainda exerce forte influência quanto ao tipo de ocupação da terra e também quanto à população que vive no seu entorno, que apresenta um certo grau de dependência desse sistema de produção.

Atualmente, em solo rosariense, além da pecuária e cultivo de soja e arroz, outras culturas têm se apresentado como uma alternativa econômica, como as de milho, feijão e hortifruti.

A cultura de citros vem, ao longo do tempo, ganhando espaço. Rosário do Sul, atualmente, possui a indústria de citros, em que são cultivadas 10 variedades, cinco, de laranjas e outras cinco, de mandarinas. As variedades produzidas, em diferentes proporções, levam em conta o alto interesse, a atração econômica e mercadológica de acordo com o reconhecimento do consumidor.

Na pecuária, Rosário do Sul ganha destaque pela alta qualidade genética de seu rebanho, em que se destaca a criação de ovinos, equinos, caprinos, muares, suínos e bubalinos (PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO DO SUL, 2014).

#### *4.6.1 Propriedade rural de Rosário do Sul*

Considerando a história recente de uso e ocupação do solo em Rosário do Sul e utilizando os dados disponibilizados pelo IBGE e Censo Agropecuário de 2006, o município pesquisado apresenta as condições descritas a seguir para arrendatários, assentados, ocupantes, produtores sem área, em relação à propriedade rural.

Especificando o caso dos arrendatários, os dados apontam para 168 unidades de estabelecimentos agropecuários (162 de gênero masculino e 6 do gênero feminino), somando ao todo 43.021 hectares (42.778 de gênero masculino e 243 de gênero feminino).

No caso dos assentados sem titulação definitiva, os dados apontam para 928 hectares, 749 dos quais correspondem ao gênero masculino e 179, ao gênero feminino.

O número de estabelecimentos agropecuários chega a 61 unidades, 49 para o gênero masculino e 12, para o feminino. Na condição de ocupante, os dados mostram uma área de 1.916 hectares, sendo 1.764 dos quais referentes ao gênero masculino e 152, ao feminino. O número de estabelecimentos agropecuários aponta para 75 unidades, 62, do gênero masculino e 13, do feminino. Na condição de parceiros, os dados apontam uma área de 4.000 hectares para ambos os gêneros, não especificando o gênero feminino. O número de estabelecimentos expõe 21 unidades: 20 desses estabelecimentos são do gênero masculino e 1, do feminino. Referente aos produtores

sem área, os dados apontam para 36 estabelecimentos agropecuários: 33 do gênero masculino e 3, do feminino.

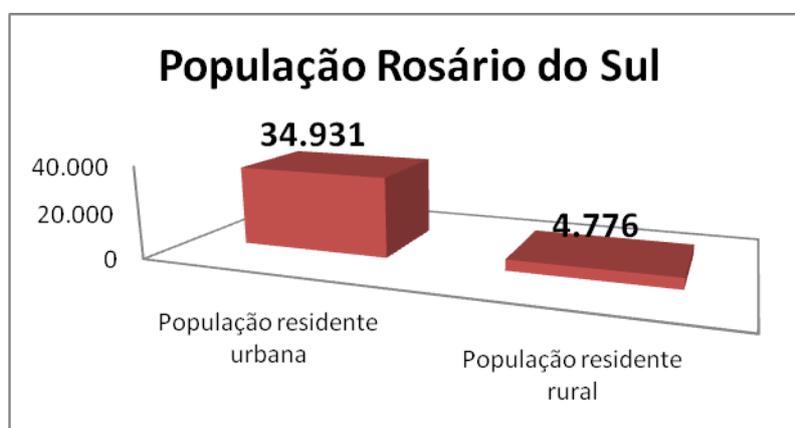
Quanto ao número de proprietários, esses dados apontam para 1.320 unidades no total, 1.195 das quais, do gênero masculino - o que contabiliza 276.915 hectares - e 125, do feminino, somando 18.267 hectares. Ao todo, sobre a área dos estabelecimentos, chegamos ao dado de 295.182 hectares.

No que tange à condição legal dos produtores, os dados sugerem uma área de estabelecimentos agropecuários de 28.052 hectares referentes a condomínios, consórcios ou sociedades de pessoas, totalizando 43 unidades destes. Os dados mostram 11 cooperativas no município, o que abrange 3.441 hectares. Os dados apontam ainda para 1.589 proprietários individuais, totalizando uma área de 281.821 hectares. Os dados sugerem também 34 unidades de Sociedades Anônimas, ou por cotas de responsabilidade limitada, o que abarca 30.541 hectares, SEMA (2014).

#### 4.6.2 População

De acordo com os dados do Censo Demográfico 2010 realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o município de Rosário do Sul possui uma população residente de 39.707 mil pessoas, 34.931 das quais possuem residência no meio urbano, enquanto 4.776 pessoas residem no meio rural. Ainda de acordo com o IBGE, a população estimada em 2013 gira em torno de 40.825 pessoas e parte significativa dessa população insere-se no meio rural, conforme apresentado pelo Gráfico 1.

**Gráfico 1** – População residente urbana e população residente rural

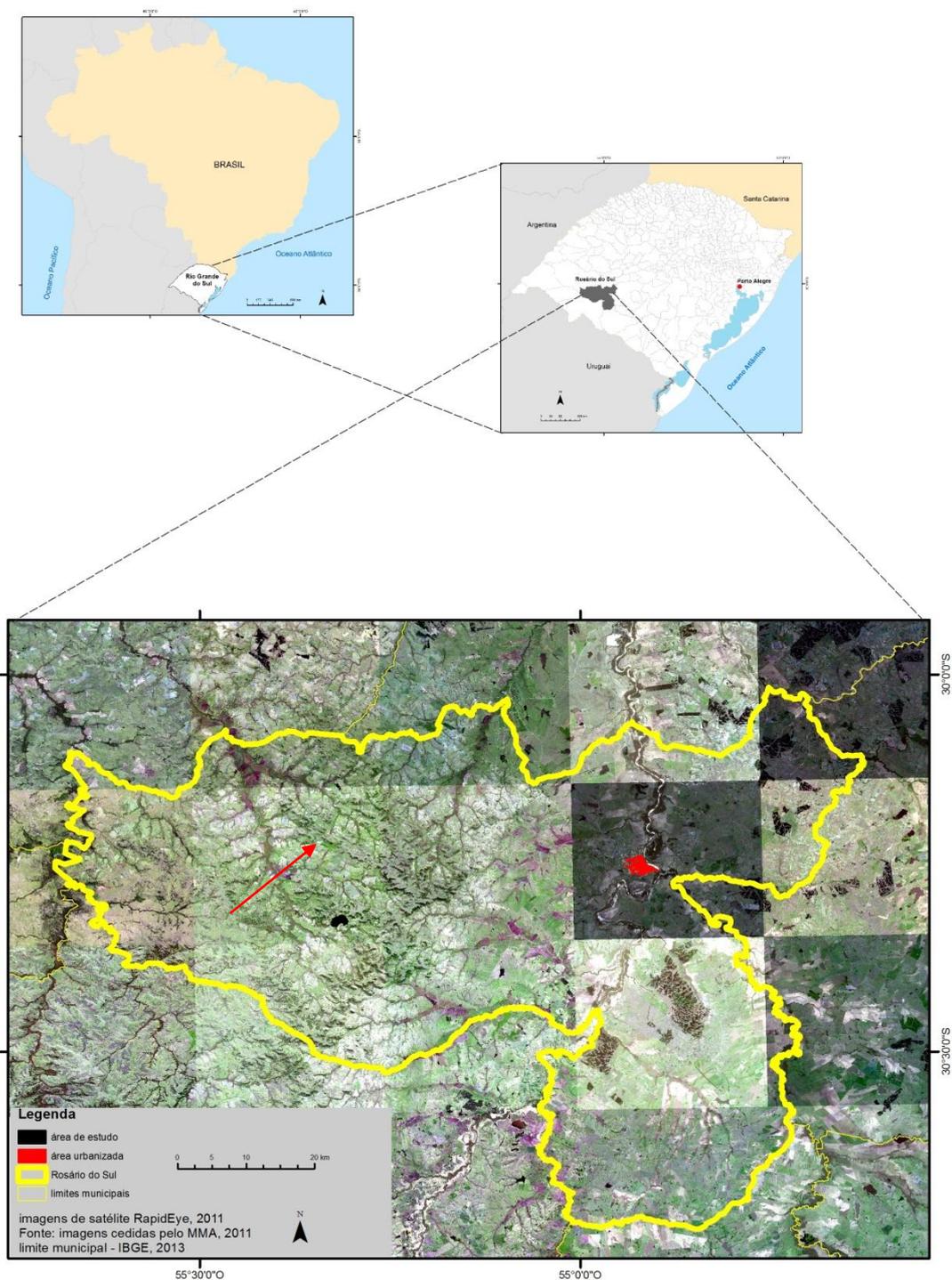


Fonte: SEMA, 2014

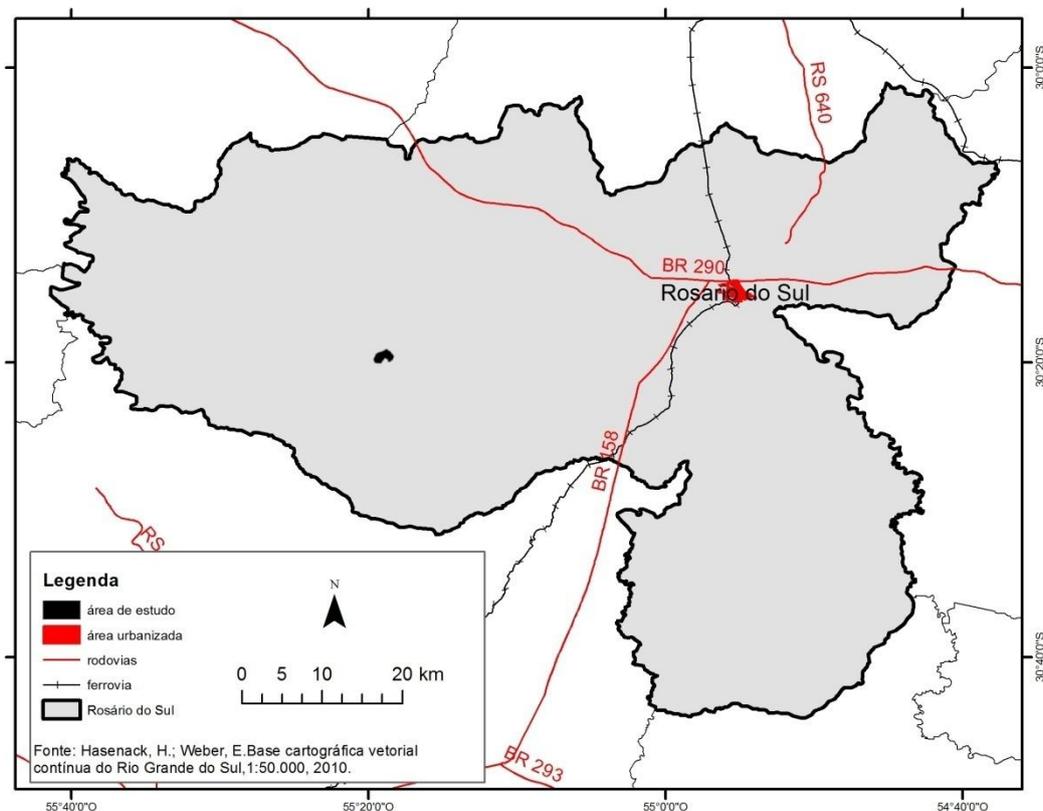
#### *4.6.3 Localização geográfica*

Rosário do Sul está dividido em seis distritos: Sede, Mangueira, Caverá, São Carlos, Campo Seco e Touro Passo. Localiza-se na Fronteira Oeste do Estado, limítrofe aos municípios de Alegrete, Quaraí, Cacequi, São Gabriel, Santana do Livramento e Dom Pedrito, e possui três acessos rodoviários pavimentados: BR 158, BR 290 e RS 640, conforme observado no Mapa 2.

**Mapa 1** - Delimitação geográfica do município de Rosário do Sul. Observa-se em vermelho á delimitação do núcleo urbano do município e em preto a delimitação da propriedade rural alvo da pesquisa.



**Mapa 2 - Principais estradas de Rosário do Sul**



Ainda em solo rosariense, em meio à diversidade de atividades agropecuárias, encontra-se uma Unidade de Conservação Federal de Uso Sustentável, que abriga em seu interior ecossistemas representativos do bioma Pampa. Trata-se da Área de Proteção Ambiental do Rio Ibirapuitã, na divisa de Rosário do Sul com os municípios de Alegrete, Santana do Livramento e Quaraí, correspondendo a um perímetro de 260 km.

A Unidade de Conservação foi criada com o objetivo de fomentar o turismo ecológico, a educação ambiental e a pesquisa científica, preservar a cultura e as tradições do gaúcho da fronteira, bem como proteger espécies ameaçadas de extinção em nível regional. Seus limites, que englobam 15% do território de Rosário do Sul, se estendem por parte da Serra do Caverá, cujas peculiaridades a diferenciam do restante da região. O interesse em territorializar, a Serra do Caverá, deve-se também à sua conformação natural, única na região – formada de pequenos cerros de escassa vegetação arbórea no topo, de solos rasos, de campo nativo e de vários cursos d'água –

seja pela sua história, palco de batalhas e lendas, seja pela pecuária, que perdura desde a época das sesmarias e, principalmente, por seus habitantes (ROZALINO, 2008).

**Figura 18** – Fisionomia característica das propriedades rurais inseridas na localidade da Serra do Caverá. Observa-se com frequência espécies doméstica e silvestres da flora e fauna compartilhando mesmo ambiente. Do alto para baixo da esquerda para direita. A) Indivíduos de ovelhas e Ema (*Rhea americana*) compartilhando o mesmo espaço em uma propriedade próxima da família pesquisada. B) Espinilho (*Acacia caven*), espécie nativa típica na região. C) Ovelhas em campo nativo ao longo de uma dos cerros da Serra do Caverá, ao fundo observa-se a noção de altura do cerro.



Foto: Acervo do autor

#### 4.6.4 Lendas e Contos

É em meio a esse ambiente tão particular em formas e cores que algumas lendas são transmitidas, de geração para geração, entre os habitantes de Rosário do Sul.

Acredita-se que uma delas foi a responsável por dar o nome à localidade da Serra do Caverá.

Diz a lenda “[...] que a região, no passado, era território de uma tribo dos Minuanos, índios bravios dos campos, ao contrário dos Tapes e Guarani gente mais do mato.

Entre esses Minuanos, destacava-se a figura de Camaco, guerreiro forte e altivo, que vivia uma paixão não correspondida por Ponaim, a princesinha da tribo, que, narcisista, só amava a própria beleza.

Os melhores frutos de suas caçadas, os mais valiosos troféus de seus combates, Camaco depositava aos pés de Ponaim, sem conseguir dela qualquer demonstração de amor.

Um dia, achando que lhe daria uma tarefa impossível, Ponaim disse que só se casaria com Camaco se ele trouxesse a pele do Cervo Berá para forrar o leito do casamento. O Cervo Berá era um bicho encantado, com o pelo brilhante - daí o seu nome. O mato era dele: Caa-Berá, Caaverá, Caverá, finalmente.

Então, Camaco resolveu caçar o cervo encantado. Montando o seu melhor cavalo, armado com vários pares de boleadeiras, saiu a rastrear, dizendo que só voltaria depois de caçar e courear o Cervo Berá. Depois de muitas luas, num fim de tarde, ele avistou a caça tão procurada na aba do cerro. O cervo estava parado, cabeça erguida, desafiador, brilhando contra a luz do sol morrente. Sem medo, Camaco taloneou o cavalo, desprendeceu da cintura um par de boleadeiras e fez as pedras zunirem, arrodando por cima da cabeça. Então, no justo momento em que o Cervo Berá deu um salto para a frente, quando o guerreiro atirou as Três Marias, houve um grande estouro no cerro e uma cerração muito forte tapou tudo. Durante três dias e três noites, os outros índios campearam Camaco e seu cavalo, mas só acharam uma grande caverna que tinha se rasgado na pedra dura do cerro e por onde, quem sabe, Camaco e seu cavalo tinham entrado a galope atrás do Cervo Berá para nunca mais voltar.”.

#### 4.6.5 Produtos, Produtores e Uso da Terra

Estudos realizados por Brito (2010) destacam que a pecuária de corte permeia praticamente todas as atividades desenvolvidas em Rosário do Sul e em seu entorno.

Essas atividades influenciam as relações sociais e produtivas estabelecidas, pois criam vínculos diretos e indiretos entre os diferentes agentes que ali convivem.

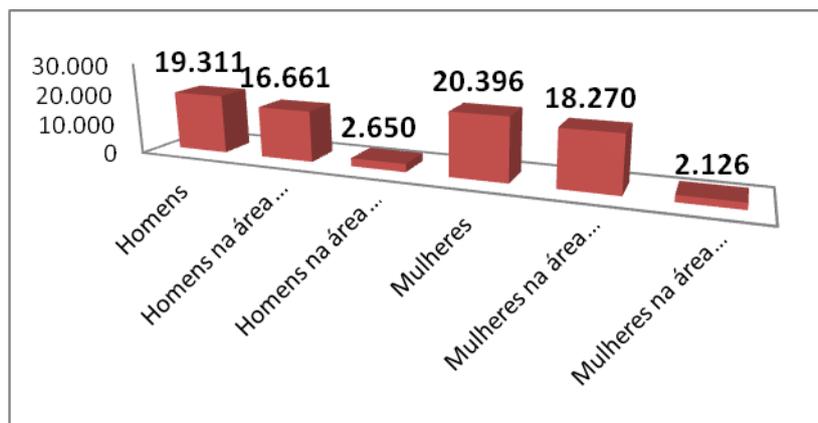
Para a autora, a forma de trabalhar com agropecuária em Rosário do Sul e seu entorno difere das localidades distantes, principalmente no que concerne ao grau de especialização produtiva do sistema. Os resultados alcançados pela autora apontam para que, quanto mais especializado for o produtor rural, maior será o foco em uma ou duas atividades específicas, maior será o grau de tecnificação e mais estreita a relação com o mercado. Quanto mais diversificado fica o sistema, menor é a dependência em relação a fatores externos e ao mercado e menor é o valor agregado por produto comercializado.

Essa ligação também guarda ligações com o perfil dos estabelecimentos onde é praticada a pecuária, pois, naqueles mais tradicionais, está esta relacionada também a costumes regionais, a um modo de vida intrínseco ao da atividade desenvolvida. Esse modo de vida associado à vida campeira é retratado pelo censo agropecuário de 2006, que apresenta dados referentes à condição dos produtores rurais de Rosário do Sul.

Os dados sugerem um número total de estabelecimentos agropecuários de 1.681 unidades, 1.521 dos quais geridos pelo gênero masculino e 160, pelo feminino, com uma área equivalente de 345.047 hectares (325.966 ao gênero masculino e 19.081, ao feminino), (SEMA, 2014).

Desse montante de homens e mulheres que inserem a agropecuária como principal atividade econômica, os dados apresentados pelo IBGE referentes a estabelecimentos agropecuários ocupados por homens e mulheres de Rosário do Sul apontam para 3.569 homens e 1.349 mulheres vinculados às atividades; destes, 3.416 homens e 1.242 mulheres possuíam 14 anos ou mais de idade, conforme apresenta o Gráfico 2.

Gráfico 2 - Distribuição de homens e mulheres nas zonas rurais e urbanas.



Fonte: RIO GRANDE DO SUL (2014)

#### 4.6.5.1 Sistema produtivo pecuária, grãos

Os sistemas produtivos que aliam pecuária de corte, bovinos e grãos, apesar de expressivo número de estabelecimentos inseridos no município de Rosário do Sul, não são predominantes. Trata-se de estabelecimentos especializados de segmento patronal, os quais desenvolvem, de maneira separada os sistemas de criação e cultivo, destinando partes proporcionalmente parecidas para campo nativo e/ou forrageiras cultivadas e para a lavoura. Isso se faz apenas sobrepondo-se o uso de algumas áreas para ambos na estação fria.

Segundo Brito, (2010), os proprietários que são adeptos a esse sistema na região do município estudado são originários de outras regiões do Estado. De característica colonial, estas mudaram-se para a região em decorrência dos preços atrativos da terra até a década de 80.

Eles mantiveram a prática de cultivo das lavouras de grãos e incorporaram a produção bovina pela estabilidade e facilidade de acesso à estrutura de mercado local.

Possuem maquinário e implementos que, em geral, estão disponíveis para locação aos demais estabelecimentos do entorno, completa a autora. Considerando a posse de maquinarias disponíveis em Rosário do Sul, os dados do censo agropecuário apontam para 388 estabelecimentos, os quais totalizaram um montante de 824 tratores nesses estabelecimentos.

A partir do montante total de tratores disponíveis, os dados apresentam duas classificações por potência: entre 100 cv ou mais, com ocorrência entre 197 estabelecimentos, totalizando 411 tratores, e ainda, abaixo de 100 cv de potência, com ocorrência em 288 estabelecimentos, que atingem o número de 413 tratores.

Gráfico 3 – Porcentagem de estabelecimentos agropecuários de Rosário do Sul com tratores.



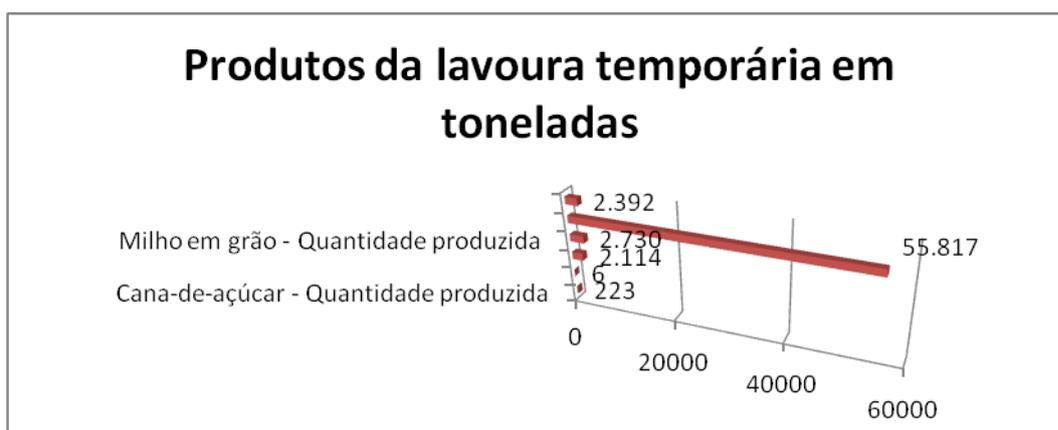
Fonte: RIO GRANDE DO SUL (2014)

Entendendo lavouras permanentes como área plantada ou em preparo para o plantio de culturas de longa duração, tais como café, laranja, cacau, banana, uva, etc., que, após a colheita, não necessitasse de novo plantio, produzindo por vários anos consecutivos, não foram categorizadas como lavouras permanentes a cana-de-açúcar, a mandioca, o abacaxi e a mamona, as quais, apesar de serem de longa duração, foram consideradas, para a pesquisa, como temporárias (IBGE, p. 24). Esses dados obtidos nos permitem algumas reflexões sobre o assunto.

O número de estabelecimentos de lavouras permanentes presentes em Rosário do Sul chega a 193 unidades, totalizando uma área de 1.336 hectares. Nesse item, o Censo Agropecuário 2006 não traz os valores referentes à quantidade, valor e número de estabelecimentos agropecuários dos produtos de lavoura permanente, com mais de 50 indivíduos plantados, de itens como banana, café arábica em grão (verde) e café canephora (robusta, conilon) em grão (verde). Entretanto, traz a quantidade produzida de laranjas, que é de 836 toneladas, totalizando um valor de produção de R\$ 519.000, em 12 estabelecimentos, com mais de 50 indivíduos plantados no ano de execução do censo.

Na lavoura, predominam, para os grãos de sequeiro (principalmente soja), o plantio direto e, para o arroz, as áreas sistematizadas. No período de entressafra, são implantadas pastagens anuais para os animais, principalmente para os lotes de terminação, cuja área de ocupação tem um limite, o que possibilita o seu preparo para a estação de cultivo (BRITO, 2010).

Gráfico 4 – Produtos da lavoura temporária em toneladas



Fonte: RIO GRANDE DO SUL (2014)

O número de estabelecimentos de lavouras temporárias, entendido como “as áreas plantadas ou em preparo para o plantio de culturas de curta duração, geralmente inferior a um ano, e que só produzem uma vez, pois, na colheita, destrói-se a planta” (IBGE, p. 24), é de 614 unidades, distribuído em 47.233 hectares. No que tange aos produtos de lavoura temporária, 41 estabelecimentos agropecuários produziram 223 toneladas de cana-de-açúcar, obtendo um valor de produção de R\$ 107.000. Os dados apontam que 6 estabelecimentos produziram 6 toneladas de feijão de cor em grão, totalizando um valor de produção de R\$ 8.000, e que outros 3 estabelecimentos não produziram quantidades significativas de feijão fradinho em grão, o que inviabilizou o preenchimento dos dados de valoração da produção destes pelo instituto (SEMA, 2014).

Ainda convém acrescentar que 207 estabelecimentos realizaram a produção de 2.114 toneladas de mandioca (aipim, macaxeira), obtendo um valor de produção de R\$ 834.000. Outros 265 estabelecimentos produziram 2.730 toneladas de milho em grão, totalizando R\$ 1.052.000 de valor da produção.

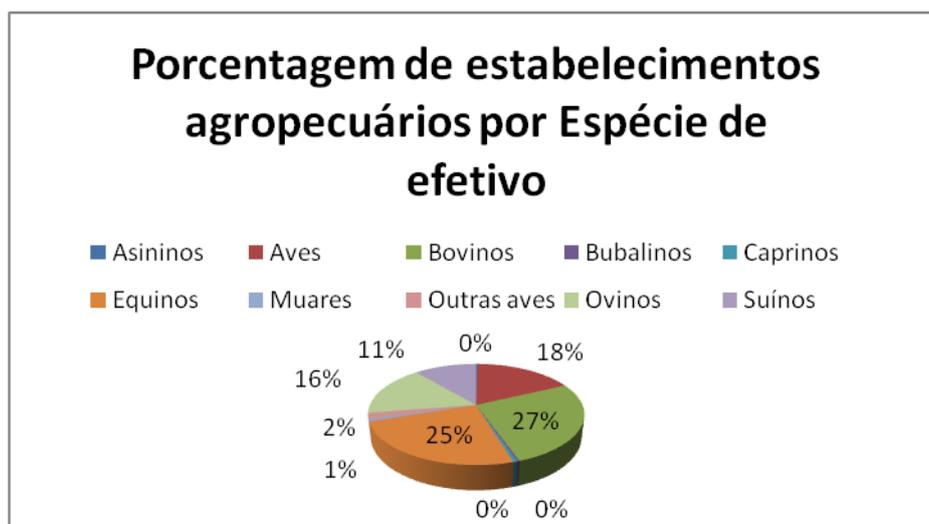
Os dados sugerem que, quanto à utilização de terras para matas e/ou florestas, estas estão subdivididas em plantadas com essências florestais, num total de 137

estabelecimentos, totalizando 2.369 hectares; naturais (incluindo área de preservação permanente e as situadas em sistemas agroflorestais), com 345 estabelecimentos e 9.773 hectares de área; naturais, destinadas à preservação permanente ou reserva legal, que contam com 245 estabelecimentos em uma área de 13.169 hectares (SEMA, 2014).

#### 4.6.6 A produção pecuária de Rosário do Sul

No que diz respeito às espécies de efetivo, os dados mostram que 15 estabelecimentos agropecuários tinham como objeto 72 cabeças de asininos; outros 972 estabelecimentos trabalhavam com 31 mil cabeças de aves. Em 1.471 estabelecimentos, contavam-se 263.066 cabeças de bovinos. No que tange aos bubalinos, 17 estabelecimentos eram responsáveis pelo manejo de 1.127 de cabeças. Os dados ainda mostram que 27 estabelecimentos manejavam 775 cabeças de caprinos. Quanto aos equinos, 1.354 estabelecimentos possuíam 9.819 cabeças 39 estabelecimentos eram responsáveis por 198 cabeças de muares. Os dados sugerem também que 615 estabelecimentos manejam 3.147 cabeças de suínos. No que tange aos ovinos, 901 estabelecimentos manejam 131.399 cabeças. Ademais, 107 estabelecimentos lidam com 1.505 cabeças de outras aves, o que não é especificado pelo banco de dados.

Gráfico 5 – Porcentagem de estabelecimentos agropecuários por espécies de efetivo



Fonte: RIO GRANDE DO SUL (2014)

No que tange à produção de subprodutos (ovos, produção leiteira) no ano, 656 estabelecimentos agropecuários foram responsáveis por uma quantidade produzida de

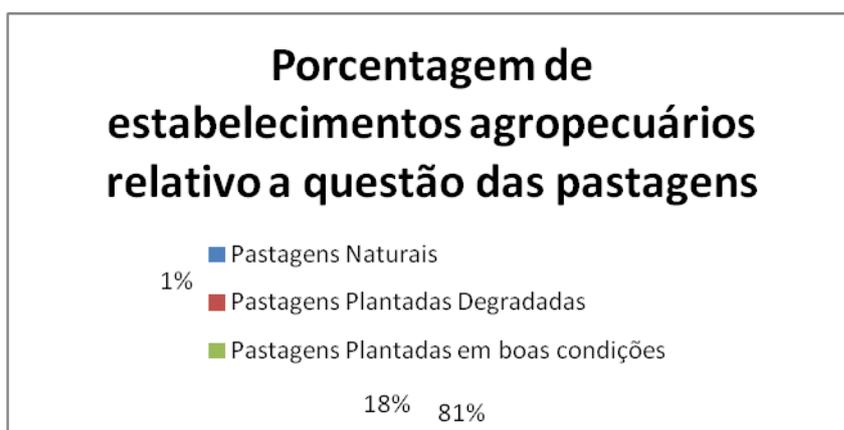
146 mil dúzias de ovos. Destes, 181 estabelecimentos foram responsáveis pela venda de ovos de galinha no ano do Censo, vendendo 75 mil dúzias.

Quanto à produção leiteira, 765 estabelecimentos são responsáveis pela produção de 2.432 mil litros. Foram produzidos 16.000 litros de leite de cabra cru e vendidos 1.914 mil litros deste por 281 estabelecimentos. Apenas 1 estabelecimento se propôs à venda de leite pasteurizado, vendendo 4 mil litros, de acordo com o banco de dados do censo agropecuário 2006 extraído de SEMA (2014).

Uma parcela significativa da produção pecuária de Rosário do Sul é realizada sob pastagens nativas, chamadas também de campo nativo. As pastagens nativas do sul do Brasil englobam áreas de formação de mata e de vegetação herbácea, tanto em campo limpo como em associação com espécies subarbustivas, moldando um mosaico e evidenciando características de savana. O campo nativo é de vital importância para o segmento da pecuária no RS.

Rosário do Sul possui uma contribuição significativa de pastagens naturais utilizadas para a agropecuária. São 1.422 estabelecimentos, compreendendo um total de 238.519 hectares destinados a tal prática. O número de pastagens degradadas atinge 22 estabelecimentos, totalizando uma área de 481 hectares, enquanto, em 308 estabelecimentos as pastagens foram plantadas em boas condições, o que compreende uma área de 11.247 hectares.

Gráfico 6 – Porcentagem de estabelecimentos agropecuários e uso de pastagens



Fonte: RIO GRANDE DO SUL (2014)

Gráfico 7 – Produção pecuária de Rosário do Sul no ano de 2012



Fonte: RIO GRANDE DO SUL (2014)

Os dados coletados pelo IBGE sugerem que 3.400 cabeças de vacas foram ordenhadas, gerando uma produção na casa dos 9.200 mil litros de leite e ainda que 209 mil dúzias de ovos de galinha foram produzidas. Foram produzidos também 7 mil kgs de mel de abelha.

#### **4.7 Aspectos fisiográficos: clima e hidrografia relevo, geomorfologia, solo e vegetação**

O clima do Rio Grande do Sul é determinado por fatores meteorológicos estáticos e dinâmicos, que atuam simultaneamente, em constante interação. Latitude, altitude e continentalidade podem ser considerados como os principais fatores estáticos, enquanto, a movimentação das massas através da atmosfera, responsável pelas características gerais do clima do Estado, é considerada um fator dinâmico.

Considerando esses fatores, o clima da região da fronteira oeste do Rio Grande do Sul é o Cfa, segundo classificação de Koeppen. A distribuição anual das chuvas tem alcançado média de 1600 mm, sendo elas, em geral, frequentes no inverno e na primavera. Convencionalmente é descrito como um clima subtropical úmido com verão quente. Ainda segundo essa classificação, as estações são bem definidas: a temperatura média do mês mais quente é maior do que 22°C e a do inverno fica compreendida entre -3 e 18°C.

Quanto aos ventos, são reconhecidos e denominados dois principais: o Minuano (vento frio e seco) e vento Norte (quente e seco). Predomina na região a massa sul-atlântica, com direção leste-oeste, com ventos cuja velocidade média alcança 200 m por hora. O inverno e a primavera são as estações mais ventosas.

Também diz-se que é um clima úmido, com precipitação todos os meses do ano e sem uma estação seca definida. Para fins de classificação climática, convencionalmente, tal descrição é precisa, porém, quem conhece a região e a vivência reconhece que esses dados podem variar conforme a ocorrência de fenômenos como “El niño” e “La niña”.

Trovoadas são comuns em Rosário do Sul. No inverno, são mais frequentes à noite e, no verão, geralmente ocorrem à tarde, muitas vezes acompanhadas pelas chuvas, que, quando não são acompanhadas pelo granizo, são benéficas para os campos, que servem de alimento para os animais.

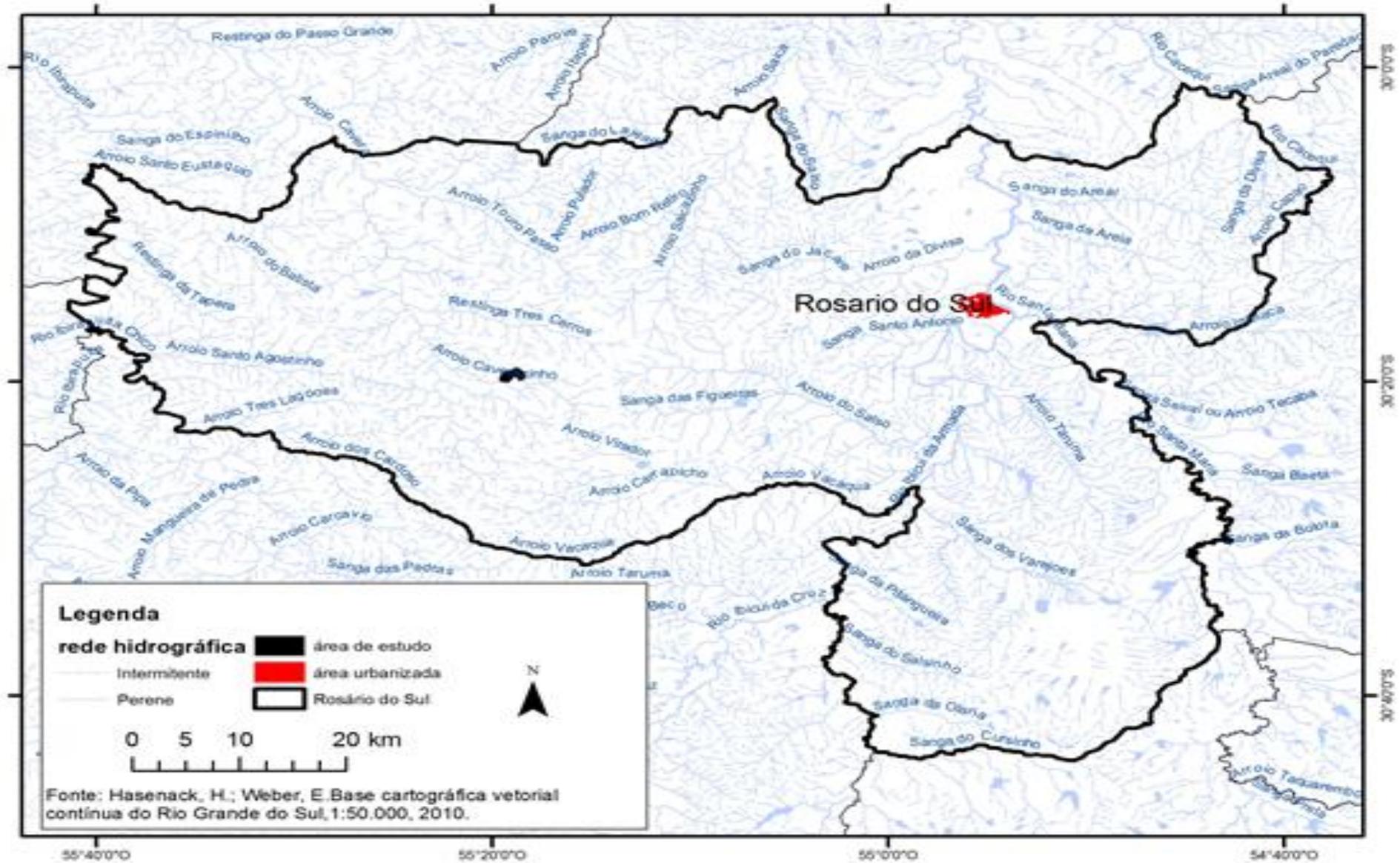
#### *4.7.1 Hidrografia*

O município de Rosário do Sul é dotado de um sistema hidrográfico pertencente à Bacia do Uruguáí. É banhado pelos rios Santa Maria (com afluentes Ibicuí da Armada e arroio Saicã), Ibirapuitã, Ibirapuitã-Chico, rio Cacequi e ainda pelos arroios Caverá, Caverá, este, passando ao lado da propriedade rural pesquisada e que dá o nome da localidade, como podemos observar no Mapa 2, onde apresenta-se delimitado em cor preta a propriedade rural em questão.

Divisa, Vacaquá, Touro Passo dos Cardosos, Santo Estáquio, Saicã, Saicãzinho, que têm os seguintes Passos principais: Passo do Rosário, Passo Santa Maria, São Simão, Santa Otília, São Borja, do Recruta, no rio Santa Maria; Passo da Armada, da Cerca, do Ibicuí, no Ibicuí da Armada e no Caverá, o Passo do Lageado, são outros cursos da água que compõem o ambiente de Rosário do Sul.

Quanto aos banhados, destacam alguns dos principais: do Xanota, das Capivaras, Cinzas, Curral Alto, do Campo Seco, dos Vaqueiros, etc. Quanto às Sangas presentes no interior de Rosário do Sul, destacam-se as seguintes; do Areal, do Canela, sanga do Salso, sanga da Divisa, no 4º Distrito; Sanga dos Varejões, da Olaria, do Cursino, no 5º distrito. Todos esses cursos de água são piscosos e com grande diversidade de espécies: traíra, dourado, pintado, piava, grumatã, jundiá, cascudo, e lambari entre outras.

Mapa 3 – Rede Hidrográfica de Rosário do Sul



Fonte do mapa: Elaborado pela geógrafa Lílian Waquil com o auxílio do autor.

#### 4.7.2 Relevô, geomorfologia e solo

Rosário do Sul está inserido no domínio geológico da Bacia do Paraná, a qual engloba, no Rio Grande do Sul, as Efusivas Ácidas e Básicas e a Cobertura Sedimentar Gonduânica. Formado por rochas vulcânicas basálticas, representadas por sucessivos derrames e intercalações de arenitos intertrâpicos, definem uma superfície caracterizada por uma sequência de camadas sedimentares horizontais, reconhecida como tabuliforme, com escarpas nos limites a leste, onde ocorrem os arenitos da Formação Botucatu, sucedendo-se litologias sedimentares representadas por arenitos, siltitos, argilitos e folhelhos, estratigraficamente sotopostas no sentido leste até a serra do sudeste (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA-UFSM, 2014).

As Formações Rosário do Sul, Botucatu e Serra Geral (esta, produto de vulcanismo básico e ácido) compõem o Grupo São Bento e são predominantes entre as formações existentes no município de Rosário do Sul, Mapa 4.

Nessa localidade, formaram-se, até o período Jurássico, extensas e espessas sequências de sedimentos de granulação essencialmente fina, com intercalações de calcários e raríssimos conglomerados. Essas sequências integram, no Estado, as Formações Sedimentares Rosário do Sul e Botucatu; ambas imperam no município, cada uma correspondendo a determinado ambiente ou ambientes de deposição.

A Formação Rosário do Sul apresenta ampla distribuição no Estado do Rio Grande do Sul, constituindo uma faixa de amplitude viável que, exposta desde a norte do município de Gravataí, se desenvolve em direção oeste através dos municípios de Venâncio Aires, Santa Cruz do Sul, Candelária, Santa Maria, São Pedro do Sul, Jaguarí e São Francisco de Assis, onde sofre inflexões para o sul, ocorrendo também nos municípios de Rosário do Sul e Santana do Livramento (IBGE, 1986).

Essa formação reúne arenitos de granulação média a fina, siltitos argilosos e lamitos, que mostram colorações vermelha, castanho-avermelhada, cinza-avermelhado e branca.

Os arenitos são mal selecionados, exibindo estratos descontínuos, lenticulares, com estratificação cruzada acanalada e tangencial. O ambiente de deposição é fluvial, localmente lacustre com idade remontando ao Período Triássico.

Também presente de forma dominante no município, a Formação Botucatu, que se distribui sob o solo da propriedade pesquisada como podemos observar no Mapa 4, se

desenvolve-se desde a fronteira com o Uruguai, região de Santana do Livramento, constituindo uma faixa de afloramento que se prolonga para norte, exposta na região da Serra do Caverá, na BR 290, a oeste de Rosário do Sul, e a leste de Manoel Viana (IBGE, 1986).

Essa formação é constituída por arenitos de granulação fina a média, de coloração vermelha, rósea ou amarelo-clara, bem selecionados, maduros, apenas localmente feldspáticos. Como estrutura característica desses arenitos, ocorre estratificação cruzada tangencial de grande porte, ambiente de deposição desértico (material depositado por ação eólica), cuja idade remonta ao Período Jurássico.

Nas zonas de predomínio dos arenitos da Formação Botucatu, os solos arenosos são muito suscetíveis à erosão, o que limita sua fertilidade natural, e a vegetação nativa é de caráter arbustivo (savanoide), o que contrasta com a vegetação de grande porte, quando da presença de condições edáficas mais favoráveis nas zonas de contato com as rochas vulcânicas estratigraficamente sobrepostas. Morros, testemunhos do primeiro derrame basáltico, condicionam anomalias de mata nativa, que contrasta com a vegetação do tipo savanoide associada aos arenitos (UFSM, 2014).

Rambo (1956) ao percorrer a Serra do Caverá, descreveu a geologia dessa localidade:

Ao longo da borda oriental da coxilha de Caverá, decepando os tributários mais ocidentais do Santa Maria, a vista, os cerros tabulares, entre os quais os afluentes do Ibirapuitã, deslizam para o nordeste. O traçado da estrada se guia sobre uma faixa bastante alta e ondulada de coxilha, repetindo sempre o mesmo estribilho; campos secos, galerias, baixadas pantanosas, matinha paludosa, tudo assente sobre o arenito que aflora em todos os cortes da estrada. (RAMBO, 1956, p. 142)

A trajetória do Rio Ibicuí corresponderia ao limite sul do que se denomina Floresta do Alto Uruguai. Ocorrências de arenitos silicificados da Formação Botucatu, tais como o Cerro do Jarau, Palomas e Serra do Caverá, conforme (Figuras 19 e 20), definem afloramentos rochosos silicosos e solos pedregosos com sérias limitações de nutrientes e disponibilidade hídrica, o que gera condições de vegetação rupestre. Raras e esparsas ocorrências florestais estão associadas a depressões e escarpas controladas por fraturamentos aquíferos (UFSM, 2014).

O ponto culminante de Rosário do Sul é o Cerro do Veado, com 374 metros de altitude, distante a 25 km da cidade, e Cerro da Bandeira, com 345 metros, ambos

localizados no 1º Distrito de Rosário do Sul. No 3º Distrito, destaca-se o Cerro Agudo, com 324 metros; Cerro do Barro e do Rato, com 294 metros, e Cerro do Molho, com 28 metros; Cerro do Macaco, com 288 metros; Cerro do Meio, com 286 metros; Cerro da Samora, com 284 metros, que se localiza no 6º distrito. No mapa 3, representando as zonas atas e baixas do município de Rosário do Sul, nota-se que a localização da propriedade pesquisada, delimitada em cor preta, encontra-se nas áreas mais altas do município. Veremos, nos capítulos seguintes, que a altitude e o relevo conduzem, de modo muito peculiar, as práticas de manejo da propriedade.

Existem ainda os Cerros das Caveiras, do Bugio, do Vacaquá, Três Cerros, da Seriema, Torneado, do Pilar, da Cacimba e muitos outros, que realçam o relevo de Rosário do Sul.

Cruzando a parte setentrional da coxilha do Caverá, no divisor de águas entre o rio Santa Maria e o Ibirapuitã, a altura dos morros é considerável, e sua destruição menos acentuada. Encontram-se extensos campos completamente planos, quase ao nível dos tabuleiros do sul. Os pequenos afluentes de um e outro rio nascem em manchas de umidade, dirigem-se para a borda das plataformas, serrando-se em largos portões. Em lugar algum da campanha, a destruição erosiva do arenito pode ser observada tão bem como aqui, destaca. (RAMBO, 1956, p. 141 ).

**Figura 19** - vista aérea de parte da Serra do Caverá. Observa-se um relevo acidentado e topo de morro achatado, largamente utilizado como campo de pastoreio, especialmente para ovinos



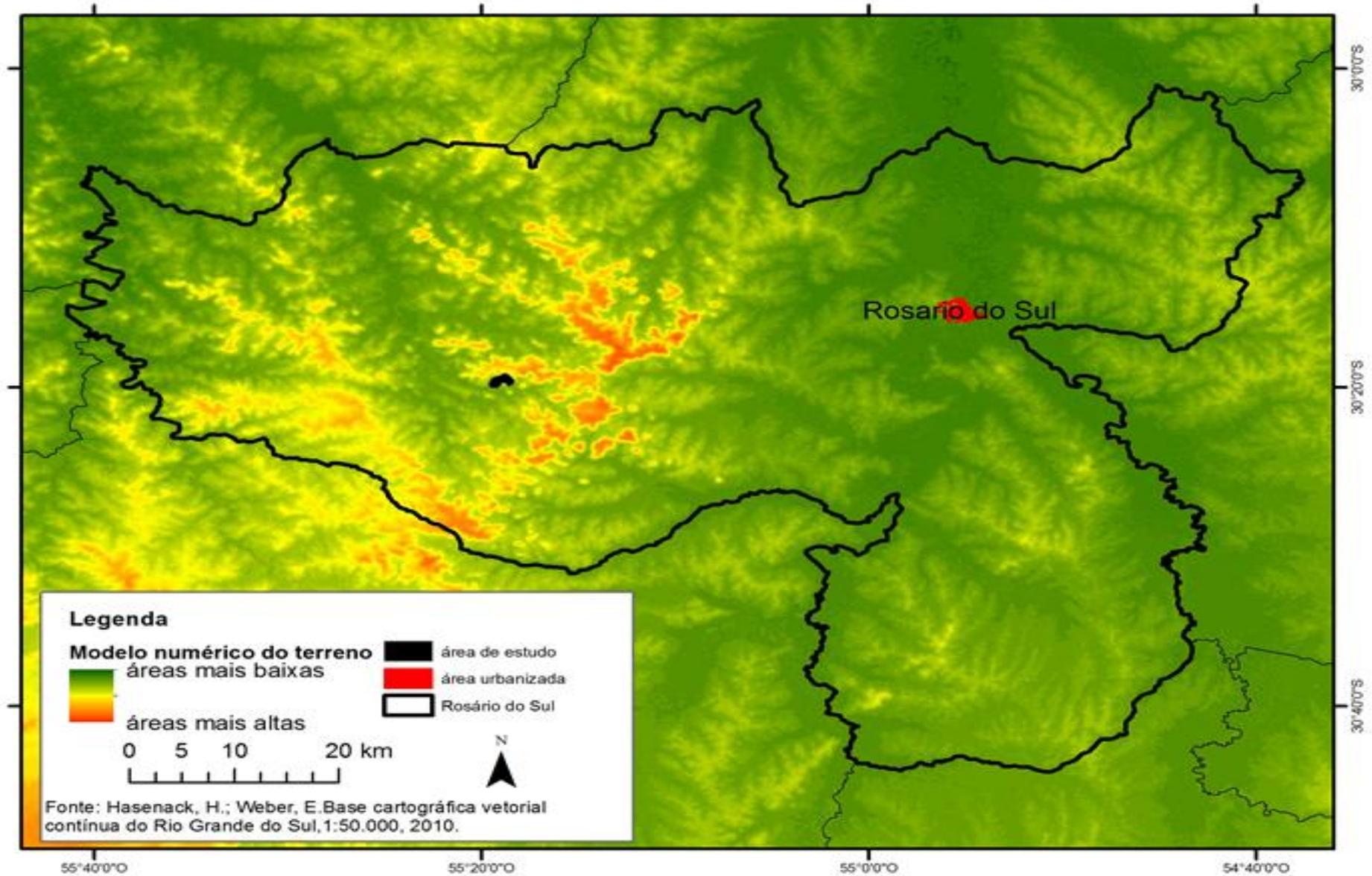
Foto: Eduardo Velez

**Figura 20** - vista aérea de parte da Serra do Caverá. Observa-se um relevo acidentado e topo de morro achatado, largamente utilizado como campo de pastoreio, especialmente para ovinos



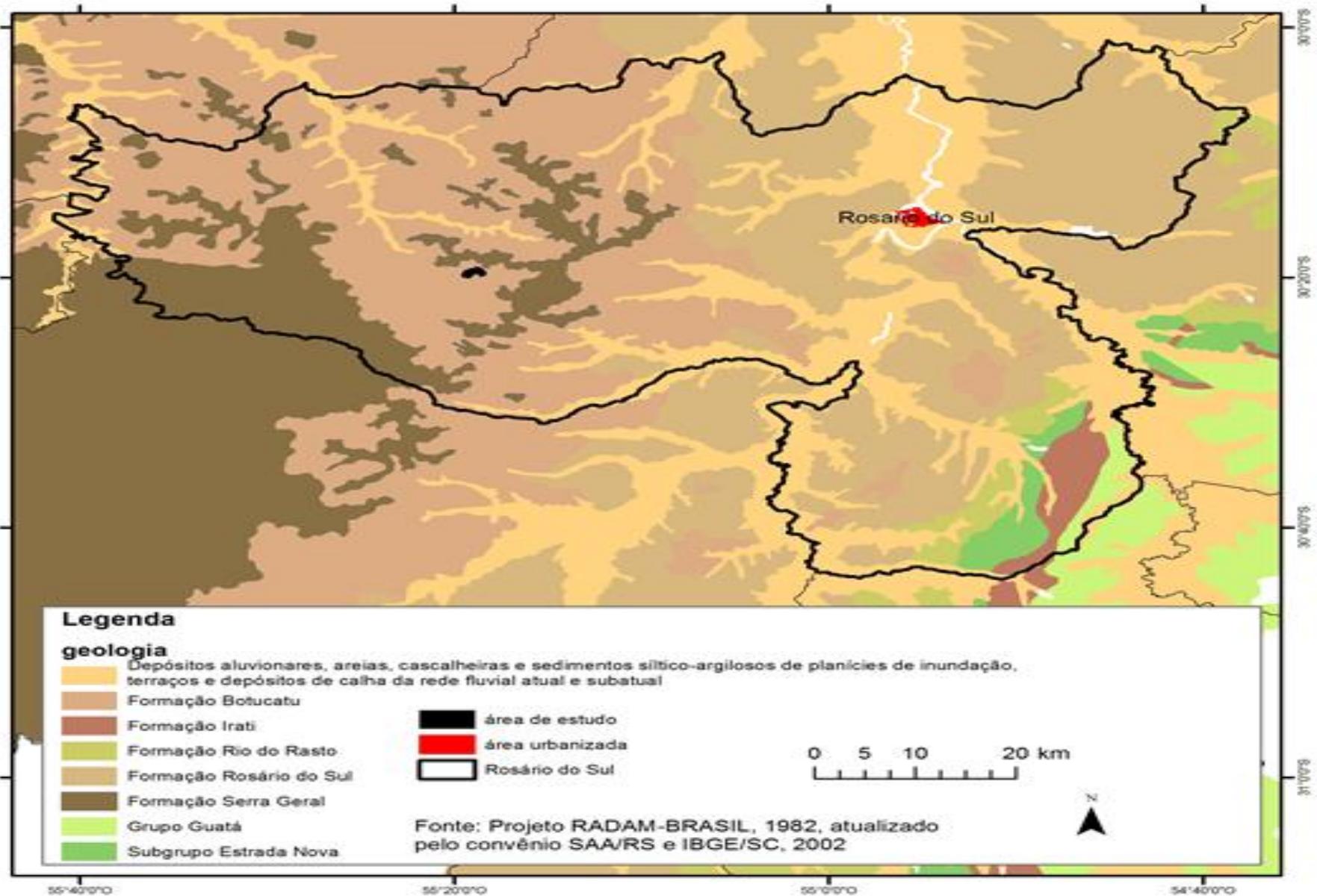
Foto: Eduardo Velez

Mapa 4 - Zonas altas e baixas do município de Rosário do Sul



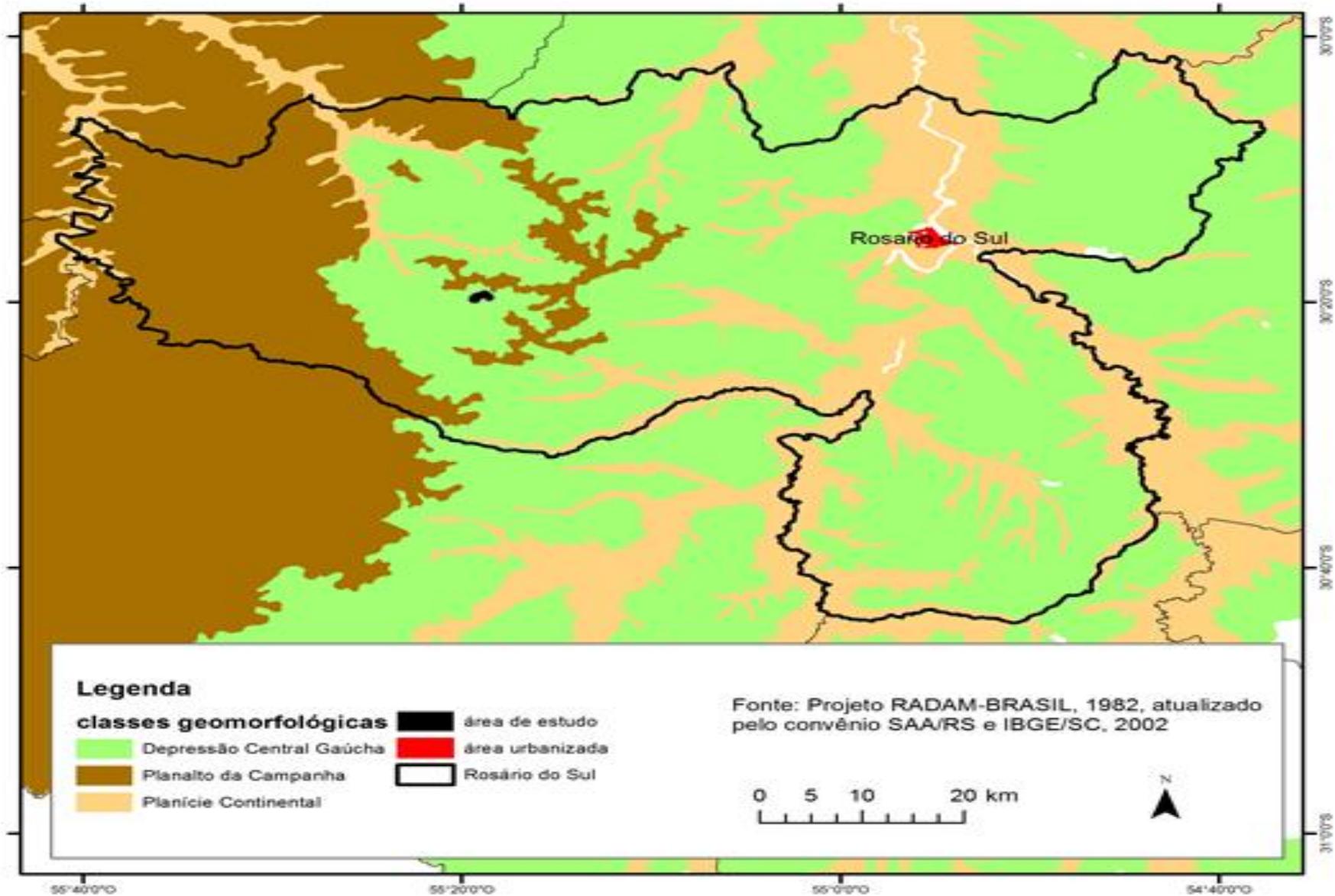
Fonte do mapa: Elaborado pela geógrafa Lílian Waquil com o auxílio do autor.

Mapa 5 - Geologia do município de Rosário do Sul



Fonte do mapa: Elaborado pela geógrafa LÍlian Waquil com o auxílio do autor.

Mapa 6 - Classes geomorfológicas do município de Rosário do Sul



Fonte do mapa: Elaborado pela geógrafa Lílian Waquil com o auxílio do autor.

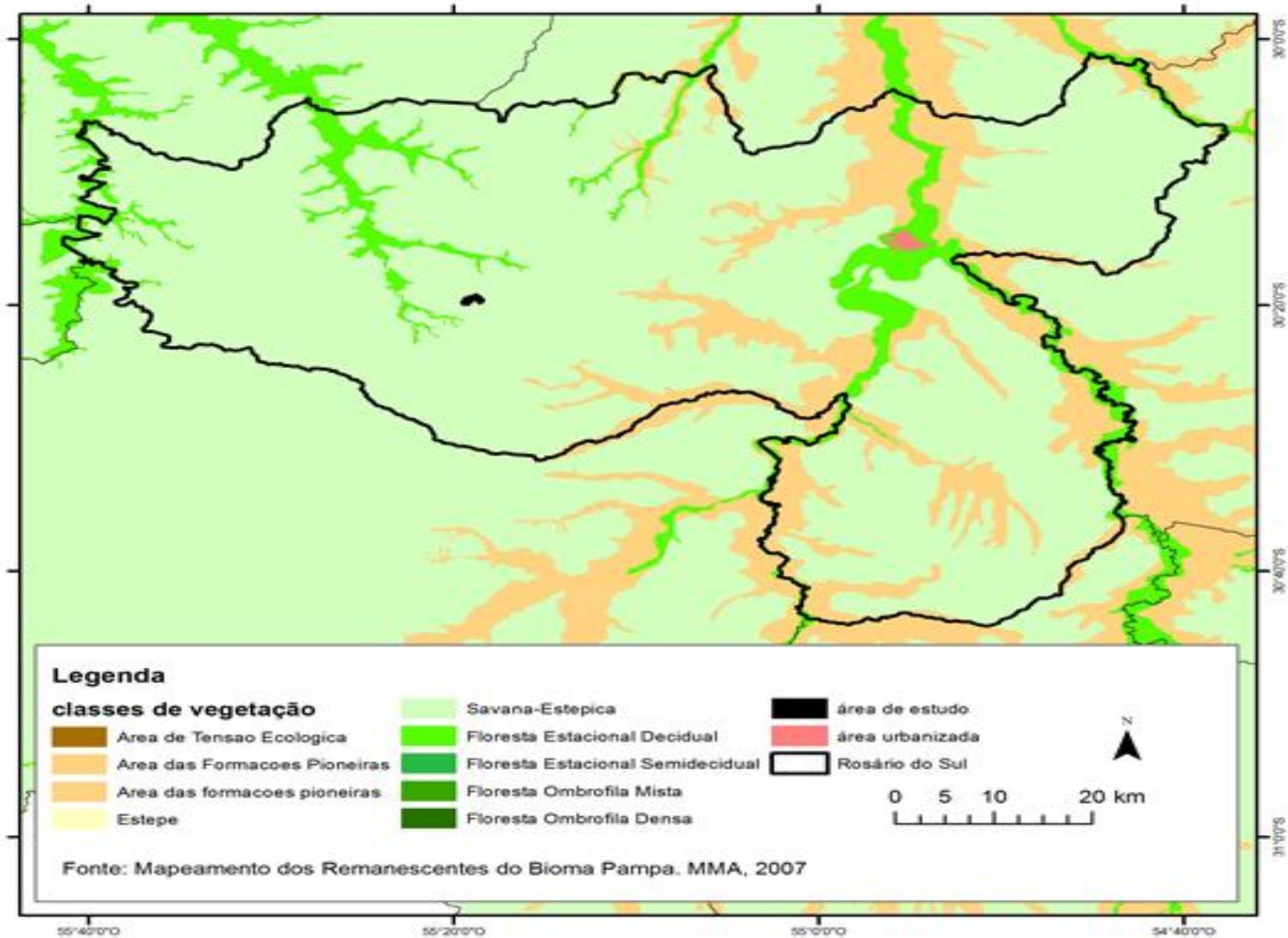
### 4.7.3 Vegetação

A descrição da vegetação do Estado do Rio Grande do Sul, aqui apresentada, está baseada no trabalho desenvolvido pelo Projeto RADAMBRASIL incorporada pelo (IBGE, 1986), responsável pelo primeiro mapeamento da vegetação do Rio Grande do Sul. Nesse trabalho, a região alvo da pesquisa é classificada como Savana Estépica.

Com uma superfície de 10.640 km<sup>2</sup>, a Região da Savana Estépica apresenta-se distribuída pela borda oriental do Planalto da Campanha, formada, como vimos na sessão anterior, por terrenos areníticos das Formações Botucatu e Rosário do Sul.

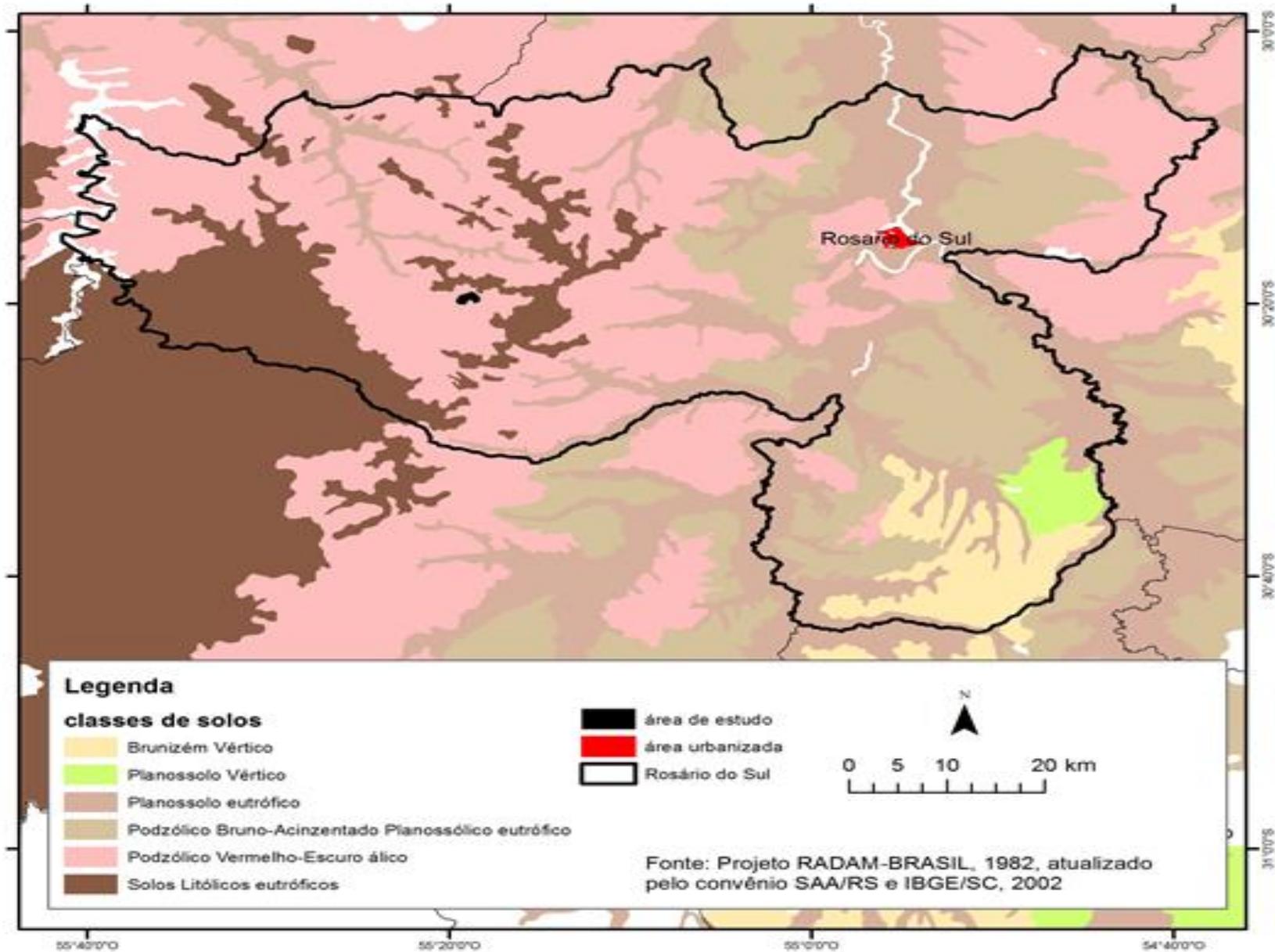
A atualização dessas classificações para o Estado do Rio Grande do Sul ocorreu por meio da Secretaria de Biodiversidade e Floresta – MMA/ PROBIO. As atualizações que se seguiram apresentam a região pesquisada como estepe gramíneo lenhosa (campestre), com floresta de galeria, como pode ser observado no Mapa 6 onde podemos localizar o município de Rosário do Sul.

Mapa 7 - Representando as classes da vegetação de Rosário do Sul



Fonte do mapa: Elaborado pela geógrafa Lílian Waquil com o auxílio do autor.

Mapa 8 - Representando das classes de solos de Rosário do Sul



Fonte do mapa: Elaborado pela geógrafa Lílian Waquil com o auxílio do autor.

## 5 HISTÓRIA DE VIDA DA FAMÍLIA SELECIONADA

Neste capítulo, apresento a família interlocutora da pesquisa e as principais práticas empregadas por esta, as quais constituem o seu modo de fazer pecuária familiar na localidade da Serra do Caverá. Durante o processo de apresentação, tento dar voz às pessoas entrevistadas; assim, busco manter as terminologias empregadas por elas, de modo a ser fiel às representações de seu universo familiar. Eventualmente, trago também minhas impressões acerca do que foi me reportado, bem como conexões com os demais capítulos desta pesquisa.

Este capítulo foi organizado em cinco sessões. Ao longo de sua apresentação, busquei construir um texto contínuo em conformidade com a ordem temporal em que o universo da família foi se apresentando a mim. Assim, na primeira sessão, apresento o retrato histórico de formação dos membros da família buscando dar vida a cada um deles e estabelecendo sua relação com os animais na propriedade rural, de modo a conhecermos as trajetórias individuais até o momento de apresentar a sessão *o entorno da casa*, na segunda sessão deste capítulo. Apresento, na sessão *o entorno da casa*, a relação da família com as espécies, em especial com a vegetação, que compõem o ambiente, utilizados para suprir parte das necessidades alimentares, bem como com as espécies problemáticas para a reprodução das atividades ali desenvolvidas. Nas sessões seguintes deste capítulo, finalizo trazendo algumas das principais práticas do manejo do gado realizado pela família interlocutora e a experiência da associação de produtores rurais da Serra do Caverazinho.

Nascido em Rosário do Sul, desde jovem, Roneide aprendeu os prazeres e os desafios de uma vida campeira. Compartilhando essa experiência com seus sete irmãos, foi na localidade da Serra do Caverá que eles cresceram. Seu pai, dedicado ao trabalho para trazer sustento para a família, desde muito cedo, inseriu seus filhos homens nas lidas campeiras. Ao longo de muitos anos, cortar, amarrar e queimar lenha para fazer carvão foi o que trouxe sustento a essa família. A principal atividade desempenhada nesse tempo eram as práticas para a produção de carvão e o manejo de poucas cabeças de gado que seu pai possuía como atividade complementar à produção de carvão, que se constituía em uma prática nada fácil para jovens garotos que dividiam seu tempo entre os trabalhos para a manutenção da família e as brincadeiras pelos cerros e planícies que cercam o ambiente onde se inseriam. Apesar do esforço dispendido pela atividade

ligada à produção de carvão, eles não demonstraram ressentimento por terem dividido o tempo de crianças com o trabalho.

Na companhia de seus irmãos e vizinhos de mesma idade, a presença do cavalo e dos cães foi determinante ao longo da trajetória de Roneide e daqueles que compartilharam com ele essas vivências.

Ao longo das entrevistas, ficou bastante evidente que os desafios dos trabalhos no campo trouxeram marcas positivas de dedicação e esforço ao longo da vida.

Assim, ao longo de anos, cortar lenha, amontoá-las e queimá-las nos fornos foi a atividade que trouxe sustento à família. Nessa época, o mercado de carvão estava aquecido na região, e muitas outras propriedades executavam a mesma prática. Aos 14 anos de idade, os rumos da vida da família de Roneide começaram a mudar.

O convite de um velho capataz de uma estância possibilitou que Roneide e seus irmão pudessem conhecer uma outra faceta da vida campeira, o manejo do gado em grande produção. Assim, considerando a relação de confiança já existente entre seu pai e o capataz e reconhecendo que o trabalho para a produção de carvão era de extrema rudez, os meninos foram encaminhados para a estância, na esperança de aprenderem as práticas campeiras de manejo do gado, o que possibilitaria, também, que caminhassem com suas próprias pernas em um futuro vindouro.

Assim se fez. Foram anos gloriosos, aprendendo as diversas atividades que a estância proporcionava: camperear o gado, marcar, vacinar, laçar, entre outras atividades, eram práticas comuns e, muitas delas, diárias. Ao longo de aproximadamente 10 anos, essa foi a rotina desses meninos.

[...] Eu fiquei quase dez anos na estância, – É, nem dez anos, faltou assim um mês ou dois meses e pouco para fechar os dez anos. Meu irmão ficou onze anos (Roneide).

Eram aproximadamente 5 mil cabeças de gado distribuídas em 32 quadras de campo. A quadra de campo da estância, em Rosário do Sul, media aproximadamente 87 hectares; assim, eram 2.871 hectares de área de pastoreio para o gado, que era manejado por cinco peões e o capataz.

As lembranças desses momentos, ao longo das entrevistas, foram trazidas a mim como uma recordação gloriosa de muitos desafios, mas também de muita satisfação.

São muitos os trechos narrados, em que se destaca o papel central do capataz da estância na sua formação como homem, conduzido pela característica rígida e disciplinada de ensinar, mas também pelo exemplo de companheirismo no dia a dia dos trabalhos no campo manejando o gado da estância. “ [...] *Ele era um homem velho muito bondoso, né. E a gente se criou com ele, trabalhando com ele*” (Roneide).

Eu... eu e lembro que com 16 anos... Eu fui com 14 anos. E eu com 16 anos, eu estava... o outro... a outra criação que tinha ali, a outra peonada que já eram mais adultos já, estavam homens, né. E eles jogavam pife um com o outro ali na brincadeira, né. E eu me lembro que eu cheguei na beira da mesa assim e estou assim olhando os homens jogarem – eu não jogava nessa época. (Roneide).

E ele vinha e levava pelo braço assim ‘meu filho, tu não tens que eu fazer’? E eu digo ‘não, essa hora eu não tenho o que fazer’ e ele disse “ então, tu te sentas perto do fogo ou tu vais te deitar, porque senão um dia tu estás numa carpeta de jogo e o teu pai vai dizer assim, poxa, meu filho foi lá, para a estância trabalhar com o Osvaldo Miranda e para aprender a jogar (Roneide).

As atividades na estância não se resumiam apenas ao manejo do gado; todas as atividades necessárias para a manutenção da estância eram realizadas por eles, desde reparos nas cercas, instalação de moirões para conter o gado, construções em geral, preparação dos alimentos, retirada do leite e limpeza do ambiente.

Roneide relata que o sistema empregado na estância, em se tratando de contratar peões jovens, não era hegemônico na região: segundo ele, essa foi a única propriedade rural na região a adotar esse sistema. Um dos motivos para esse diferencial, segundo Roneide, é a maior facilidade de gerenciar peões jovens, em relação aos adultos. O capataz, apesar de ter de ensinar as práticas necessárias à manutenção da estância, conseguia manter a obediência e a dedicação dos jovens em relação ao trabalho.

Esse comportamento, adotado pelo capataz da estância para o qual Roneide e seus irmão prestavam serviços, foi também identificado quando as estâncias ainda contavam com trabalho escravo.

Para Pesavento 1994, a busca por jovens recai na dificuldade de um adulto aprender as habilidades de equitação, arrebanhamento, manejo do laço, marcação e

castração dos animais. Assim, aqueles que começavam cedo apresentavam condições de se tornar bons campeiros.

Ao longo dos anos, a confiança estabelecida entre Roneide, seus irmãos e o capataz possibilitou o ingresso de outros membros de sua família na estância, conforme podemos observar na seguinte narrativa:

[...] Aí ficou o meu cunhado de peão, a irmã cozinheira e aí meu pai foi de caseiro. Todo mundo junto. Aí ficamos... De estranho era... Digo estranho assim que não era da família, era só o capataz (Roneide).

Os proprietários da estância residiam no núcleo urbano da cidade de Livramento. As visitas à propriedade eram realizadas mensalmente com o objetivo principal de pagar os peões e o capataz pelos seus serviços. Ainda que fosse estabelecida por meio de breves contatos, destaca-se que a relação entre os peões e o patrão era amistosa: em nenhum momento, foi relatado qualquer tipo de desavença ou rudez entre o dono da estância e seus peões, sobretudo porque o comando dos trabalhos estava inteiramente a mando do capataz.

Raramente foi citada a questão financeira, que consolidava a relação trabalhador-patrão nas atividades da estância. As questões que envolvem o pagamento dos peões só foram compartilhadas comigo quando lhes perguntei diretamente se havia pagamento das atividades desenvolvidas: a resposta foi de que havia, sim. Em nenhum outro momento, de maneira espontânea, houve referência a pagamentos.

Essa referência foi relatada também por Grijó (2002): para o autor, não há referência a pagamento em dinheiro aos serviços prestados nas estâncias, mas, sim, a compensação ou retribuição simbólica e material. Assim, segundo o autor, “o que conta é a honra e a palavra empenhada, e não as relações impessoais de mercado”. (GRIJÓ, 2002, p.141).

Fazendo analogia aos dias atuais, a remuneração que Roneide recebia correspondia a um salário mínimo. Após esse momento de rápido comentário sobre a questão financeira de pagamento dos peões, voltou a ser citada a importância do capataz no processo de aprendizagem, e não se retornou mais à questão financeira.

Por volta dos anos de 1990 a 1994, a estância começou a decair. Roneide relata que a decadência pode estar ligada a um processo de separação familiar dos proprietários da estância e a consequente divisão de bens que ali ocorreu: considerando-

se que a estância o maior patrimônio familiar, esta foi sendo dividida entre os herdeiros, o que acarretou seu enfraquecimento e posterior falência.

Foi nesse período que Roneide deixou suas atividades de peão da estância. Com a justificativa de desrespeito à autoridade do capataz, por Roneide ter adiado uma atividade que deveria ter sido realizada no ato do mando – segundo este, o adiamento não acarretaria risco de dano às atividades da estância e poderia ter sido realizada em momento mais propício – aquele o dispensou.

Não tardou e seu irmão também foi dispensado juntamente com um outro ajudante chamado de secretário e mais dois outros. A estância estava indo à falência, e restou ao velho capataz, na solidão dos vastos campos, sozinho, manejar o gado.

No outro dia, de manhã cedo, levantei, tirei leite e, na hora da pegada, eu estava pronto para pegar. Aí, cheguei de tarde, e ele disse: ‘Tu estás liberado’. E ‘Não vais trabalhar mais, porque ontem foi assim, tantos anos nós trabalhamos juntos e eu fico aborrecido de ter que te demitir, mas eu estou muito velho para você me teimando. Fico muito aborrecido, vou te soltar muito triste’. E eu digo ‘Não senhor. Não deu certo, não tem problema’.

Mesmo após ter sido dispensado pelo capataz, Roneide manteve laços de amizade com ele durante muitos anos – tanto que o capataz, já velho, foi escolhido para ser testemunha de casamento.

Quando foi dispensado dos trabalhos na estância, Roneide já namorava sua atual esposa, Sra Neusa. Neusa, também nascida em Rosário do Sul, cresceu na localidade da Serra do Caverá, a poucos metros de onde reside atualmente. Filha de Felicíssima, conhecida localmente como dona Chinoca, desde cedo teve contato com as práticas que hoje desenvolve na propriedade. Assim, foi na companhia de seu pai que aprendeu muitas das práticas que a propriedade rural oferece. Seu pai gerenciava a produção de gado, a qual trazia sustento para a família, e foi na oportunidade de ver Roneide recém dispensado da estância que lhe fez um convite. Por ser muito idoso, considerou a possibilidade de Roneide, inclusive, conduzir as atividades de sua estância, uma vez que este, além de possuir a destreza e o preparo físico que o manejo do gado exige, havia adquirido um vasto conhecimento acerca da produção de gado bovino: o trabalho como peão de estância garantiria-lhe a experiência necessária para isso.

Fochezatto (2014), já havia relatado que os serviços prestados de peão nas estâncias conferiam habilidades para instalar a modesta produção dos peões que ali adquiriam habilidades. Geralmente, essas propriedades eram localizadas em áreas da própria estância, ou em áreas adjacentes a ela. Esse relato reforça o processo compartilhado por Roneide.

Na confiança de conseguir manejar a propriedade do pai de Neusa, Roneide representava a esperança de dar continuidade à produção, mas havia um detalhe a ser aprimorado: seria necessário que este desenvolvesse a capacidade de ler, escrever e dialogar de maneira concisa com vendedores, compradores e demais comerciantes que frequentemente passavam pela localidade em busca de lotes de gado para compra.

Como Roneide havia interrompido seus estudos na 3ª série, apresentava algumas carências ligadas às capacidades mencionadas. Foi Dona Chinoca que, com muita paciência, ensinou-o a escrever, ler e, principalmente a aprimorar o raciocínio lógico e matemático, algo que não era muito utilizado durante a juventude na estância.

O que transparece nas entrevistas é um sentimento de profunda gratidão de Roneide a todos os que passaram por sua vida e colaboraram de alguma forma com o conhecimento que hoje possui, o que também propiciou a formação de uma rede de contatos importantes que fortalecem a atividade hoje desenvolvida, conforme podemos observar na seguinte narrativa de Roneide;

É, e a gente sempre disse para ele, né, a gente sempre disse para ele que ‘O que ele nos ensinou, nós não íamos esquecer’, né. Nós agradecemos por ter aprendido com ele, né.

Nem para Neusa, nem tampouco para Roneide, que já dominava as práticas inerentes à pecuária, havia planos de deixar a localidade que moravam. Já noivo de Neusa, Roneide passara a acompanhar o sogro nos trabalhos da propriedade, ritual que se manteve até o falecimento deste.

Assim, a propriedade foi colocada à prova de Roneide, Neusa e dona Chinoca responsáveis por manter a produção que já haviam iniciado. Desde o falecimento do pai de Neusa, poucas coisas mudaram na propriedade.

Algumas quadras de campo foram sendo ampliadas com o passar dos anos, seja por meio da compra, seja por meio de arrendamento; uma casa foi construída com pedras extraídas de uma região próxima à em que se encontrava a propriedade e um

curral também foi construído de pedras. Todas as estruturas herdadas ainda são utilizadas como o eram outrora.

A casa de pedra foi erguida quando dona Chinoca ainda era criança.

Segundo ela, havia sido necessário um ano inteiro para sua construção, desde a extração das pedras até a sua montagem. As paredes foram construídas em blocos de pedra, assim como o assoalho, o que invariavelmente deixava a casa um tanto fria no inverno.

Além de terem tido que se programar para um ano de construção, os então futuros moradores haviam tido que enfrentar uma importante questão ligada às finanças: segundo dona Chinoca, para construir uma casa de pedra que acomodasse toda a família, era necessário pagar em média 10 mil réis, valor correspondente a um lote de gado gordo (Dona Chinoca não recordou o número de componentes do lote). Além desse valor, que basicamente servia para pagar a mão de obra, a madeira para as divisórias da casa e a estrutura do telhado, outras quantias também teriam que ser previstas no orçamento, como podemos observar na narrativa de dona Chinoca que segue:

O moreno veio esse, ele tratava o serviço, botava peão para ajudar e trabalhava também. A meu deus era bastante 'se referindo aos custos empregados na construção', tem que botar uma tropa de gado para fazer 10 miréis... trabalhar um ano em um serviço brabíssimo para arrancar pedra e emparelhar.

De madeiramento feito a machado, cozido em fogo de chão e curado com picumã – fumaça proveniente do fogo, que aumenta a durabilidade da estrutura desse tipo de edificação pode ser conferida ainda nos dias de hoje, mesmo que esta tenha sido submetida constantemente aos fortes ventos característicos da localidade, o que lhe garante, ainda hoje, perfeita condição de uso.

Para poder aumentar o plantel de animais, o curral foi ampliado (Figura 21), tendo sido construída uma estrutura (tronco) de madeira para que as práticas manejo do gado pudessem ser realizadas, algumas das quais serão comentadas na sessão “As práticas da família”.

Recentemente foi adicionada à estrutura de manejo uma edificação de alvenaria, (Figura 22), destinada exclusivamente ao armazenamento dos equipamentos para inseminação artificial. Foi por meio de uma capacitação realizada pela fundação

Bradesco que Roneide adquiriu os conhecimentos necessários para que, de modo autônomo, pudesse inseminar seu próprio gado.

**Figura 21** – Estrutura construída para manejo do gado bovino



Fonte: Acervo do autor

**Figura 22** – Estrutura de alvenaria construída para guarda dos equipamentos destinados aos procedimentos de inseminação artificial



Foto: Acervo do autor

Suas aspirações com os conhecimentos advindos da capacitação em inseminação artificial consistem em aumentar o número de animais de cria para incrementar sua renda a partir da renda destes.

quero fazer um plano aí, não sei se vai dar certo. Eu quero no ano que vem em janeiro, tirar o terneiro delas e... e dar uma... uma ração, uma boia para eles e quero inseminar as vacas de novo (Roneide).

Observa-se um aumento expressivo no número de animais com a utilização das técnicas de inseminação. Hoje, por meio dessa técnica, a propriedade conta com um incremento de 100 a 115 terneiros por ano. Espera-se que, para o ano seguinte, esse número seja ainda maior, pois Roneide pretende, assim que as vacas parirem, fortalecê-las com uma suplementação na alimentação para, após, inseminá-las novamente.

Em um dos campos da propriedade, existem 60 vacas inseminadas programadas para parir no mês de janeiro. Atualmente, somadas as vacas de Roneide e de dona Chinoca, existem 200 vacas na propriedade, distribuídas em campos arrendados e próprios.

Ao longo da entrevista, ficou evidente que Roneide possui uma característica que, aparentemente, não é hegemônica na região e que o faz identificar os desafios da produção e tentar suplantá-los: a capacidade de empreender. Essa postura motivadora e interessada em buscar conhecimento possibilitou-lhe realizações como a de assumir a presidência da associação de produtores rurais da Serra do Caverá, por meio da qual exerceu um papel central para o contínuo aumento do número de sócio e fortalecimento da associação. Voltarei a comentar, com mais detalhes, aspectos relacionados à associação de produtores rurais da Serra do Caverá em sessão específica destinada ao assunto.

Hoje a produção da família pesquisada está calcada na produção de gado bovino para cria e ovinos para lã. O gado para cria compreende o nascimento do terneiro até aproximadamente os 2 ou 2 anos e meio de vida, quando este atinge aproximadamente de 200 a 250 quilos de peso vivo.

Uma vez atingindo esse peso os animais são vendidos para um invernador, cuja propriedade é destinada a engordar o gado até este atingir entre 450 a 500 quilos, quando então estes são encaminhados ao frigorífico para o abate.

Alguns invernadores optam por invernar o gado em campo nativo para evitar custos com insumos, já que a gramínea é nativa; entretanto, o tempo destinado para a engorda dos animais pode aumentar em aproximadamente um ano e meio, motivo pelo

qual alguns invernadores optam por inserir seu gado em pastos formados com forrageiras exóticas<sup>7</sup>.

Para o manejo do gado, seja ele o seu próprio, de integrantes de sua família, ou mesmo de terceiros, as práticas do manejo realizadas por Roneide contam com o importante apoio não só de sua família como, esporadicamente, de vizinhos próximos, como Sr. Zeca - filho de criação de dona Chinoca - e de sua esposa Sra. Delícia, que moram a poucos metros de sua casa.

Mesmo contando com esse apoio, a rotina campeira não se torna fácil, pois o número de animais é grande e existe a tendência de aumentar ainda mais. Para minimizar os problemas resultantes dessa precária mão de obra, eles contam com o fundamental apoio de outros peões adestrados e cooperativos, porém não humanos, os cães ovelheiros.

Em muitos dos trechos da pesquisa investigativa realizada, foi destacada a importância fundamental dos animais durante as práticas de manejo do gado, seja do próprio cavalo e da mula, que auxiliam no deslocamento até as áreas de manejo, seja dos cães, que auxiliam na condução do gado, conforme destaca Roneide:

[...] Essa aí é que é a função deles, né? Sabe que, é como eu te digo, eu tenho muitos cachorros. Mas eu... É só eu, o guri e a mulher, somos só nós os três, porque a dificuldade de gente aqui não é fácil, né?.

Na região onde reside a família existem duas mulas - e ainda irmãs -, uma das quais é utilizada para a realização de algumas tarefas da família; a outra é empregada para o manejo do gado. Esse animal, que é utilizado nos trabalhos mais pesados - manejo do gado, especialmente naqueles em que é preciso camperear o gado em cerros pedregosos -, além de ser um animal forte e rústico, possui um casco plano, o que assegura uma segurança maior para o manejo de gado e ovelhas em cerros e locais de difícil acesso.

---

<sup>7</sup> espécies exóticas: as espécies ou taxa inferiores introduzidas fora da sua área natural de distribuição presente ou pretérita, incluindo qualquer nível, como gametas, , incluindo qualquer nível, como gametas, sementes, ovos ou propágulos dessas espécies que possam sobreviver e posteriormente reproduzir-se (Convenção sobre Diversidade Biológica)

Os cavalos, alguns dos quais foram domados na própria propriedade, estão na propriedade há bastante tempo e são zelados pela família, que reconhece seu valor para o tratamento e também para a companhia ao longo das campereadas.

Com sete anos de idade, um dos cavalos não só é obediente aos comandos do cavaleiro mas também colabora no processo do manejo, pois conhece o trabalho, conforme fica exposto na seguinte narrativa:

Ela está com... Hoje ela está fazendo sete anos, Agora dia 30 de... 30 de outubro, eu tenho anotado, ela é bastante inteligente, sabe? Numa... numa parte pegada ali dentro da mangueira ali... Ela é bem... Sabe. Exatamente. Ela não é só comandada, ela ajuda o processo. É. Além que tu ajuda ela, ela te ajuda, né (Roneide).

Os cães, obedientes aos comandos de seu dono (Figura 23), o observam atentamente e, completamente submissos aos seus mandos, auxiliam-no na condução do gado para o campo e para as áreas de manejo. Ficou evidenciado o tratamento diferenciado dos cães perante os demais animais da propriedade, pois não são considerados apenas animais de estimação ou para fins de produção, mas representam mão de obra fundamental para a gestão da propriedade.

**Figura 23** - Manejo do gado com o auxílio dos cães. Observa-se de cima para baixo; A) trabalho dos cães na condução do gado até a área de manejo. B) Cães ao redor de Roneide aguardando instruções para conduzir o gado





Foto: Acervo do autor

Foi destacado que, devido à carência de mão de obra na propriedade, decorrente do esvaziamento do espaço rural e devido as múltiplas possibilidades dos núcleos urbanos, as localidades do interior do município estão sofrendo com a escassez de mão de obra para o trabalho diário nas propriedades; desse modo, os cães suprem essa demanda.

Observei que a autoridade de Roneide sobre os cães é suprema, e a sinergia entre eles está em perfeita sintonia: eles se comunicam por meio de uma linguagem incompreensiva, constituída por sons (gritos) sem que, ao menos, uma única frase seja proferida. Todos os cães da propriedade possuem nomes próprios e, durante as práticas de manejo, quando algum animal se desgarrar do rebanho, alguns cães são acionados individualmente pelo seu nome, seja para apartar os animais que estão desgarrados seja para retornar ao grupo. Todos os movimentos dos cães são gerenciados por Roneide possibilitando que ele sozinho, como foi o caso observado durante essa experiência, possa se ramificar em mais 7 peões atentos e dispostos a colaborar.

Ao primeiro olhar, os cães parecem ferozes durante ataque ao gado que se desgarrar do rebanho, mas percebe-se que estes não ferem o gado, que, devido aos latidos intensos dos cães e à ameaça de ser atacado por estes, é conduzido novamente ao rebanho.

Para o manejo das ovelhas, o procedimento adotado na companhia dos cães é semelhante ao do manejo do gado: os cães acompanham o cavaleiro cercando o rebanho em ambos dos lados, e a atenção dos cães está voltada para as ovelhas que se desgarram

do rebanho e se perdem nas área de mata da propriedade. É comum as ovelhas se desgarrarem do rebanho em busca de um pasto mais apetitoso ou devido a alguma moléstia que as assola, principalmente bicheiras<sup>8</sup>, (Figura 24).

Assim, os cães farejam a ovelha desgarrada e a conduzem novamente ao rebanho, não permitindo que esta se perca ou fique por longos períodos desaparecida correndo risco de morte, seja pela moléstia que já a assola ou pelo ataque de serpentes peçonhentas as quais são abundantes na região.

**Figura 24** - Indivíduo desgarrado do rebanho devido a presença de uma bicheira



Foto: Acervo do autor

Diante dessas últimas narrativas provenientes da observação das relações entre os interlocutores da pesquisa e os animais que compõem a propriedade, permito-me divagar sobre a relação entre o homem e o meio.

A experiência vivenciada evidenciou importantes relações entre o homem e o meio. Percebe-se que essa relação está continuamente sendo fortalecida por uma

---

<sup>8</sup> Recebem o nome acima as doenças causadas pela invasão do tecido cutâneo por larvas de insetos dípteros, e, em particular, pelos chamados dípteros miodários.

relação de troca, em que cada indivíduo, seja ele humano ou não humano, possui seu espaço no ambiente, e este, por sua vez, é repetido e valorizado.

Silva (2013), ao lidar com as extensões de significados referentes à constituição de processos identitários de indivíduos que vivem no bioma pampa, faz uso da abordagem teórica pós moderna de Bruno Latour (2008, 2009), que traz a chave para pensar a relação entre o campeiro e o “outro”. Neste, os conceitos de rede de quase-humanos e quase-objetos informam que o real não se constitui pela linguagem, nem tampouco, força social preexistente representa os indivíduos e as relações sociais. Os sujeitos têm ação, assim como as coisas que os rodeiam.

Assim, novamente tecemos relações com Silva (2013), quanto às relações entre os elementos do ambiente, onde, para a autora:

[...] O cavalo, elemento central desta cultura, se constitui enquanto quase-humano. Na verdade, homem e cavalo formam um híbrido fundante desse universo. Ao mesmo tempo que o homem monta no seu cavalo, ele se eleva, exerce sua força e comando. Entretanto, esse mesmo cavalo age sobre este sujeito, definindo e transformando seu corpo (existe uma postura e técnica para permanecer sobre o cavalo e guiá-lo), demandando diferentes habilidades. (SILVA, 2013, p.142).

Observei ao seguir com a participação em algumas das práticas ali compartilhadas, a dimensão da relação do campeiro com o cavalo, mas também, de maneira muito semelhante, a relação entre o campeiro e os cães: ambos, parecem não ser vistos em seu coletivo, como grupo de animais de mesma espécie na propriedade, e, sim, em sua individualidade.

Os cuidados com o bem-estar dos animais, não somente com os cães, mas também com os cavalos, e o reconhecimento de sua importância para a gestão da propriedade são seguidamente compartilhados com Marlon. Este, na ânsia por se aventurar pelos cerros e coxilhas, de cavalgar de maneira, algumas vezes, rude ao submeter o cavalo a embrenhar-se em terrenos pedregosos, é alvo de críticas pelo seu pai, conforme podemos observar na narrativa que segue:

[...] Com um ano, ele andava a cavalo. E... e, às vezes, ainda até hoje ele faz alguma maturrengagem ainda. Mas eu cobra bastante dele [...]

[...] É a tal coisa, tchê, como, às vezes, eu digo para o Marlon “Cavalo não se deve judiar”. Porque, olha, imagina só o cara a pé fazer aquilo ali... Então,

como eu digo, o cavalo é tudo, tchê. Eu valorizo muito meus cavalos. Valorizo mesmo.

Marlon pretende continuar exercendo as atividades de seu pai na propriedade em que residem. Mesmo jovem, segue seu pai no manejo diário dos animais quando não está na escola, com responsabilidade e entusiasmo. Sua atividade predileta é o manejo das ovelhas.

Marlon compartilhou uma ambição, a de possuir uma cabanha de ovelhas, ou seja, juntar um rebanho de ovelhas de raças puras destinadas ao melhoramento genético do plantel e venda dos animais, aumentando assim, consideravelmente o valor dos animais vendidos.

Atualmente, dentre as possibilidades que possui, Marlon já trabalha com o melhoramento genético do seu rebanho de ovelhas na propriedade, identificando animais com maior aptidão visando ao comércio de lã e cruzando-os, de modo a melhorar qualidade dos fios.

Esses animais, já identificados e selecionados na propriedade, participam de concursos promovidos por associações de produtores da região e organizações de extensão que premiam os melhores animais (Figura 25). Seguidamente os animais criados por Marlon são selecionados entre os melhores dos concursos dos quais participa.

Exemplo disso ocorreu no último concurso realizado pela associação de produtores rurais da Serra do Caverazinho, em que Marlon concorreu e venceu o concurso.

**Figura 25** - Concurso de borregas do III festa de pecuaristas familiares da Serra do Caverazinho. A) esquerda, os finalistas de cada categoria e seus animais. B) Os ganhadores, por categoria, recebendo o reconhecimento de vencedores: observa-se, no primeiro plano, Marlon ganhador de sua categoria



Foto: Acervo do autor

Os olhos atentos de Marlon refletem seu interesse em aprender cada vez mais sobre a produção que desenvolve em sua propriedade. Assim, além de realizar o manejo da propriedade na companhia de seu pai, ele acompanha os trabalhos junto a Emater no que se refere à pesagem dos animais, orientações veterinárias, entre outras atividades.

Na localidade em que se insere, é evidente o respeito que os demais produtores nutrem em relação a ele, por ter dado continuidade à produção gerenciada por seu pai.

Os olhares de Marlon não são direcionados apenas ao gado ou às ovelhas, mas à propriedade e seu entorno.

Em um dos deslocamentos pela região do entorno da propriedade Marlon destaca sua preocupação com a invasão do capimannoni (*Eragrostis plana*), fato observado na seguinte narrativa:

O capimannoni vem no esterco dos animais que eles compram, sempre que aparece, eles arrancam; grande parte das pessoas da localidade não deixam oannoni se instalar, no meu ponto de vista, hoje é uma praga, que quer entrar no campo nativo, assim.

Próximo a concluir o ensino fundamental, Marlon, desde que iniciei as entrevistas, mudou seus planos em relação aos estudos. Inicialmente, sua intenção era finalizar o ensino fundamental e dedicar seu tempo para as atividades da propriedade; durante a última visita à família, Marlon confessou que pretende fazer o curso técnico em agropecuária concomitante ao ensino médio em um colégio da região, ficando no sistema de internato durante o curso.

Muitos dos estudantes que fazem o ensino fundamental na localidade em que residem, ao optar por continuar os estudos, precisam deixar a convivência com sua família e se deslocar para o núcleo urbano de Rosário do Sul; muitos desses, após passar pelo ensino médio, não retornam mais à propriedade em que outrora colaboravam com as práticas da família.

As instituições de ensino da localidade são organizadas de forma centralizada. Para que os alunos frequentem a escola, devem deslocar-se por meio do transporte escolar disponível na região ou, geralmente, com o uso de transporte alternativo, pelo uso de motocicletas ou até a cavalo. A decisão inicial de Marlon em finalizar os estudos com o fim do ensino fundamental devia-se à necessidade de ter que abandonar o meio rural para cursar o nível médio no núcleo urbano da cidade mais próxima, nesse caso, Rosário do Sul. Isso posto que, nas localidades afastadas do núcleo urbano, não há disponível o curso médio, o que obriga os alunos que desejam continuar com os estudos a residir na área urbana da cidade.

só que o que acontece? Ele vai para lá e eu vou saber se eu se...eu não tenho"... Eu tinha que ir embora para lá ou a mulher ir embora para lá. Para Rosário. Aí lá eu vou saber se ele vai para aula ou não? Porque está cheio de malandragem. Aí, daqui a pouco, o meu filho não estuda, não aprende a trabalhar e entra num... na malandragem. E aí? E depois, para tirar? Então, ele foi a São Vicente e aí lá tinha escola agrícola, né. Ele voltou muito interessado. (Roneide)

Essa realidade, mesmo a família possuindo uma residência no núcleo urbano de Rosário do Sul, está fora de cogitação para Marlon, que, como já mencionado, pretende continuar com as atividades ali empreendidas. Assim, a opção de cursar o técnico em agropecuária supre a preocupação de seu pai quanto ao futuro Marlon e também seu próprio desejo de aprimorar o conhecimento com as práticas do rural, especialmente quanto ao manejo e melhoramento de ovelhas.

Mesmo que continuar na propriedade e dar sequência às atividades desenvolvidas pela família seja considerada uma decisão sensata, Roneide preocupa-se com a possibilidade de Marlon não continuar os estudos, mesmo o técnico em agropecuária, pois, para ele, os estudos abrem portas para a compreensão de fatores usuais do dia a dia, que, vão do aprimoramento do modo de se expressar até o aguçamento de capacidades como a de não ser enganado. Mas, mesmo que opte por ficar na propriedade, há notadamente uma sensação de conforto, pois ele estará na propriedade trabalhando em algo de que gosta e a educação continuará sendo a família que promoverá.

### **5.1 A casa e seu entorno**

No entorno da casa onde reside a família pesquisada, observa-se algumas espécies de arbóreas frutíferas, entre elas, laranjeira, goiabeira, bergamoteira e limão, pêssigo e pera, além de outras espécies ornamentais como, camélias.

A camélia é cercada por uma grade de proteção para que os animais não prejudiquem seu desenvolvimento, como observado (Figura 26 C) a seguir. A produção dos frutos na época da colheita é tamanha que o consumo familiar não dá conta de consumi-lo; o excedente é oferecido para visitantes ou simplesmente cai ao chão para consumo dos animais que por ali circulam, como se pode observar na (Figura 26 D), em que aparecem filhotes de suíno caminhando no entorno de alguns árvores. A propriedade conta também com um suíno fêmea para reprodução; no momento da realização da pesquisa, a fêmea estava amamentando os leitões. O suíno macho, de propriedade do vizinho próximo, foi afastado dos leitões e da fêmea por meio de um colar de madeira que o impede de passar pela cerca e ir ao encontro da fêmea correndo o risco de ferir os leitões.

**Figura 26** - Elementos do entorno da casa onde reside a família pesquisada. da direita para esquerda e decima para baixo. A) Observa-se a lateral esquerda da casa; alguns indivíduos de espécies frutíferas compõe o ambiente e, ao fundo, o cerro do castelhano <sup>9</sup>. B) Vista do horizonte, posição geográfica norte, que, segundo Roneide, é de onde vem o forte vento norte, entre os cerros, que assola a região; ao lado norte, é também observado o maior número de espécies arbóreas plantadas. C) Observa-se a frente e a lateral da casa, juntamente com um dos animais que por ali circulam soltos. D) Indivíduos de suínos juvenis (jovens) criados soltos ao redor da casa se alimentando-se de frutos caídos das árvores. E) Horta com hortaliças e temperos diversos que suprem a demanda por vegetais da famílias F) Vista dos fundos da casa. G) Amamentação artificial das ovelhas H) Dona Chinoca apresentando a sua horta de temperos, localizada e cercada na parte de trás da residência



<sup>9</sup> Cerro do castelhano



Foto: Acervo do autor

Além das espécies frutíferas que complementam o estoque mensal de alimentos para a família, na propriedade são produzidas hortaliças e temperos diversos, dentre os quais, alface, beterraba, cenoura, tomate, milho, couve, brócolis, além de uma variedade de temperos. Os cuidados com a manutenção da horta são realizados por Neusa, que, além de se dedicar às hortaliças, colabora, quando necessário, com o manejo do gado em campo e também com a alimentação das ovelhas, conforme observado na (Figura 26 G).

O queijo, cuja produção também é conduzida por Neusa - que também se ocupa com a ordenha das vacas -, integra os alimentos destinados à alimentação familiar, e seu excedente é comercializado em uma feira no município de Rosário do Sul. Um dos proprietários de uma das bancas de venda de produtos dirige-se até a propriedade para adquirir o queijo para, assim, comercializá-lo. De qualquer modo, a produção de queijo não está entre as principais atividades da família.

As duas vacas destinadas a fornecerem leite são ordenhadas no período da manhã, sem que haja um horário específico para essa atividade. Para a realização da ordenha, conta-se com o apoio do bezerro, que faz a primeira sucção do leite no teto da vaca; essa prática realizada pelo bezerro é chamada localmente de “apojar” e serve para limpar os tetos. Neusa comenta esse processo na narrativa a seguir:

Pega e bota ele a mama, daí depois ele apoja. Ele mama um pouco em cada teto, daí limpa e eu posso tirar o leite

A prática da ordenha é realizada sem o apoio de equipamentos mecânicos e após ter sido retirado leite suficiente para abastecer o consumo familiar, este é servido no café da manhã ou armazenado na geladeira para produção de queijo e demais receitas.

Basicamente, nas refeições, predomina o carreteiro, comida típica da região, seja ele feito com carne de gado ou de ovelha, acompanhado de feijão e hortaliças, as quais compõem o cardápio principal da família. Para o abate das ovelhas destinado à alimentação familiar, são usadas preferencialmente as ovelhas de coloração preta, pois sua lã possui uma qualidade inferior à das ovelhas brancas devido à estrutura dos fios.

Segundo Marlon os fios das ovelhas brancas são mais finos e menos pesados, o que atribui maior qualidade e valor ao produto.

Predominantemente, no entorno da propriedade, residem os parentes da família pesquisada, em sua maioria exercendo as mesmas atividades, criação de gado para cria e ovinos, até porque, como já comentado, os campos são compartilhados entre os vizinhos, e o manejo é, muitas vezes, conjunto.

Salpicados por quase toda a extensão dos campos mais próximos à residência, observam-se indivíduos de arumbeva, *Opuntia viridirubra* (F. Ritter) P.J. Braun & Esteves, arbusto nativo. Espécie característica do bioma pampa, a arumbeva, apesar de nativa, dependendo da sua densidade e distribuição ao longo dos campos, pode dificultar o manejo do gado. É uma espécie que, em seu estado natural, não é atrativa para o consumo do gado, pois seus espinhos longos e rígidos inviabilizam esse processo. Em áreas de grande densidade dessa espécie, é necessário manter o controle da arumbeva - realizado por meio do corte de alguns dos indivíduos ou também por meio de queimadas – para que o campo possa ser utilizado pelo gado. Roneide manifesta preocupação quanto à utilização da técnica da queimada, uma vez que se torna difícil queimar os indivíduos sem correr o risco de que o fogo se propague pelo campo, o que determinaria a perda de controle sobre ele. Entretanto, a utilização do fogo para controle da arumbeva pode facilitar o consumo desta pelo gado uma vez que apenas seus espinhos são queimados pelo fogo – assim, frágeis e quebradiços, estes deixam de representar um empecilho para o consumo dessa espécie pelo gado.

Roneide demonstra-se preocupado com algumas limitações da legislação ambiental, pois, em se tratando de espécie nativa, a arumbeva não poderia ser cortada sem que houvesse autorização para tal feito. A arumbeva não se torna a única espécie a

trazer preocupação: outra, também nativa, como o garopá *Aloysia gratissima* (Gillies & Hook.), é sinalizada com preocupação. Também distribuída ao longo do campo, o garopá de porte arbustivo e entremeado por galhos finos e densos (Figura 27), foi destacado como um dos fatores que contribuem para a perda dos animais, principalmente ovelhas, conforme observamos na narrativa abaixo:

Olha aqui isso aqui, uma ovelha se mete aqui e acaba morrendo trancada. Aqui que é a tal garopa e o fogo faz isso aqui secar, quando eu queimava, que eu podia queimar, eles não vinham tanto assim (Roneide).

**Figura 27** - Indivíduos de garopa *Aloysia gratissima* (Gillies & Hook.) em um dos campos utilizado para pastejo dos animais



Foto: Acervo do autor

Há grande preocupação com a densidade do garopa em áreas de difícil acesso, como no topo dos cerros, locais também de pastoreio do gado e de ovelhas. Nessas áreas de difícil manejo, o garopa, quando não manejado, pode cobrir toda a extensão de campo onde se instala. Essa problemática pode ser conferida na seguinte narrativa:

Esse garopa aí, amanhã ou depois tá fechado, ele vai longe, tu pode ver ali ó, já fechou, amanhã depois, já nasce um pé de árvore ali, e amanhã depois já tá virado em grota, e aí? olha aí essa ladeira mesmo, isso aí quando eu vim para cá não existia, era uma moita de árvore ali, tudo bem, mas o que acontece, isso aqui, daqui a uns 4 ou 5 anos, já estará fechado essa laderna, fechada em mato, e aí? como é que tu vai? vai virar tudo em mato e sujeira, e aí tu não vai ter como criar, porque o que e como é que tu vai produzir uma ovelha, se a bicha mesmo la no cerro, bem em cima do chapadão lá, tá que a ovelha bichada entra lá você acaba perdendo, aí o prejuízo é de quem? do produtor.

Aí o produtor tem veterinária, despesa de cuidada, se tem peão, tem que produzir para sair daqui para pagar, aí, se morre um bicho, se foi o lucro. (Roneide)

Apesar de Roneide destacar a preocupação em relação à possibilidade da queimada, mesmo com autorização, é preocupante a possibilidade de se perder o controle sobre o fogo e este se alastrar para áreas que não tenham sido liberadas, por meio de autorização, para a queimada.

Fica claro que a realização de queimadas é uma possibilidade para promover a “limpeza” do campo e propiciar a utilização de maiores extensões de campo, mas por outro lado, há também a preocupação com o controle do fogo. Essa ambiguidade quanto a uma aparente necessidade de utilização da queimada, em contraponto com a preocupação em relação à possibilidade de o fogo alastrar-se para áreas não autorizadas para a queimada, ou mesmo para áreas não previstas para tal procedimento, fica clara na seguinte narrativa:

Eles disse que até liberar eles liberam, um hectare e tal, mas daí tu acaba dessa função de queimar por um motivo, como é que tu vai controlar um fogo? não tem, né, tu vai botar um fogo naquele chapadão lá em cima, tá terrível lá e eu tou perdendo aquela parte de campo lá em cima, porque lá em cima tem o chapadão nem e o que tá indo para lá? ovelha bichada. Tu acaba perdendo, tu não tem como entrar para pegar a ovelha bichada, nem o cachorro vai, ai é difícil. Olha aqui mesmo, a gente não pode queimar, olha aqui a garopá que tá vindo dentro da arumbeva. Eu acho assim, vai chegar um ponto, que nós estão apertando muito nós, muito, muito, porque o que que tu vai conseguir produzir no meio disso aí? que que tu vai conseguir? Tu não consegue produzir vaca, não consegue produzir uma ovelha, vai chegar um ponto que nós vamos ter que cruzar os braços e procurar outro meio (Roneide).

Em diversos momentos, ficou evidente a preocupação de Roneide com o futuro da pecuária na localidade, principalmente em relação às legislações que, segundo ele, não permitem que se maneje o campo. A preocupação maior recai sobre seu filho Marlon, que, conforme já comentado, optou por dar continuidade às atividades da propriedade. Ao mesmo tempo que Roneide acha importante a queimada em algumas situações, acha desnecessário em outras. Para ele, é necessário realizar a queimada apenas para o controle de algumas espécies que inviabilizam ou dificultam muito a produção, como é o caso das duas espécies citadas acima.

Ao longo de nossas caminhadas pelo campo, este manifestou sua indignação com quem queima o campo, mesmo em condições de criação. Segue a narrativa para compreendermos seus motivos:

Eu sou contra a queimada, sou muito contra, e quando vejo um fogo assim eu fico muito aborrecido, porque queimar um campo bom só porque tem capim caninha ou pasto sobrando, o campo nativo é um campo forte, no momento que tu der uma folgada, ele vem o capim caninha, o pasto levanta, aí ele cerca ali e o cara vai lá e toca fogo. Isso aí eu acho um horror, põe um gado, poe um sal ali, que o gado vai comer aquele pasto ali, é uma boia pro gado, mas um troço desses aí não tem que fazer (Roneide)

A preocupação central de Roneide, ao defender a prática das queimadas em algumas situações específicas, é a perda do campo, uma vez que as espécies que se desenvolvem são nativas e sua supressão fica condicionada ao licenciamento ambiental.

Ele destaca, em diversos momentos, as dificuldades inerentes à pecuária na campanha e à concorrência entre se manter um campo em condições de pastoreio e o avanço de arbóreas e arbustivas como, notadamente, uma das preocupações centrais para ele.

Em alguns casos, como no de uma propriedade do entorno, destacam-se os desafios da família para produzir. Para ele, trata-se de um exemplo claro da preocupante relação entre o campo e a emergência de arbóreas nativas. Trata-se de uma família simples com poucas condições financeiras e com poucas ovelhas para criar. Destaca-se também que, em poucos anos, essa família terá que abandonar o local por falta de condições para produzir e gerar a receita necessária para a manutenção familiar.

Sabe que é bastante preocupante isso, é bastante mesmo... ali mesmo aquele campo da entrada ali, aquilo ali, ó, nós tivemos uma palestra com eles aqui, e nos falaram que, se tu cortar um pé de espinilho daquele lá, é 500 reais, aí, o que tá acontecendo daquele morador, eu cuido para ele lá, o campo dele tá quase fechado, e tá ali em volta das casa até baixa ali limpo, porque ele roçou e tá quase fechando. Daí eu disse prá ele, e a hora que fechar? a hora que fechar o homem vai ter que vender o gado, fechar as porteiras e deu. Daí não, porque nós vamos liberar tantos pés de espinilho para o senhor cortar, mas tantos pés de espinilho eu não vou conseguir a fazer uma picada pra mim juntar o gado

Mesmo tendo clareza da necessidade de proporcionar ao campo condições de suportar o gado, Roneide pondera em relação ao corte de espécies, conforme observamos na seguinte narrativa:

Eu acho assim, ó, o senhor roçar perto de uma sanga, roçar numa ladeira de cerro, isso aí eu acho errado que o senhor vai desproteger mais um campo como aquele ali, que é uma área que tem um chapadão limpo, que não tem problema de erosão não tem nada. Porque a gente reconhece também os riscos que podem acontecer, né. A gente não tem tanto estudo, mas a gente vê. Mas, no caso, tchê, pelo amor de Deus. O cara não poder limpar, tu vai ter que terminar tua criação.

Somados à questão do avanço de arbóreas e arbustivas nativas, os desafios de criar gado em campo nativo estão relacionados à dificuldade de conseguir mão de obra qualificada e responsável a quem se possa confiar o manejo do gado. Fica aqui evidente a importância da continuidade das atividades pelo seu filho Marlon e também a relação entre eles e os cães para a condução do manejo do gado; essa relação entre os cães será retomada ao longo deste capítulo. Ao longo da pesquisa, foi observado que a taxa de natalidade na localidade é bastante baixa. Durante o levantamento de dados junto à associação de produtores rurais da Serra do Caverazinho foi observado que parte significativa das famílias associadas não possuem mais que dois filhos; muitos destes ainda vão para o núcleo urbano de Rosário do Sul completar o ensino médio e acabam por não retornar para a propriedade.

## 5.2 As práticas efetuadas pela família

A prática de criação de gado em campo nativo desenvolvida pela família pesquisada conta com um importante aliado, as forrageiras, espécies vegetacionais nativas que compõem as mais variadas tipologias de campo observadas no bioma pampa e que se distribuem pelo ambiente onde se maneja o gado, possibilitando, assim, sua criação com custos de insumos reduzidos.

Um dos fatores para que a produção seja reproduzida e intensificada de modo que os campos sejam preenchidos com gado é a existência de um campo disponível para

alocar os animais. Considerando o caso pesquisado, a área disponível para a manutenção do rebanho é de 164 há.

Para que o produtor localizado nos rincões da Serra do Caverá possa perpetuar sua produção, é necessário sobrepujar os limites da propriedade explorando campos alheios. Esse processo é comumente realizado por meio de três formas: compra direta de uma extensão de campo, arrendamento, ou parceria em troca de auxílio no manejo do gado, como já foi comentado nas sessões anteriores. Aqui, vou me deter nos dois primeiros itens.

O sistema de arrendamento é forte aliado da pecuária familiar pesquisada, pois permite aumentar o número de animais, seja de gado bovino e/ou de ovelhas.

quando eu comecei aqui eu não... eu não arrendava. Eu povoava só esse... esse canto aqui das casas. Eu comprei aquele ali, aí já povoei aquele e já estou com um campo arrendado. tem 26 vacas lá, por cabeça, tenho 60 vacas nesse outro campo que eu arrendo... tenho mais 15 num campo que eu cuido lá, e arrendo um outro campo aqui no fundo (Roneide)

Normalmente, os campos arrendados estão localizados nas propriedades do entorno da propriedade em que reside Roneide, o que facilita o manejo dos animais.

Segundo relata, as possibilidades de arrendamentos surgem devido à necessidade de o proprietário da terra deixar a atividade que ali executava, geralmente devido à busca por assistência médica especializada, devido à idade avançada, que não mais permite o trabalho no campo, mudança para outro Estado, ou mesmo para a cidade, a fim de acompanhar os filhos que vão completar o ensino médio.

Assim, o arrendamento surge como uma opção de renda tanto para quem deixa a propriedade, como para quem arrenda o campo, pois permite o incremento da produção.

Então, geralmente, é isso aí que acontece. Ou alguém que vai embora do estado, às vezes, pessoas velhas e coisa, que aí vendem o que tem para comprar uma casa e arrendam o campo, né

O sistema de arrendamento empregado no local é calculado com base nos quilos dos bois que se encontram nas quadras arrendadas. Estas equivalem a 87 hectares, e o quilo do boi custa, aproximadamente, quatro mil. Dependendo da qualidade do campo, esse valor pode chegar até cinco mil.

O pagamento do arrendamento é adiantado, ou seja, antes da inserção do gado no campo. Então, para que se possa continuar com a atividade no campo arrendado no ano seguinte, faz-se o pagamento, realizado com base no número e peso aproximado dos animais. Conforme completa Roneide [...] *É, aí no outro ano que entra, se ele vai te arrendar de novo, tu já tem que estar preparado para pagar de novo, né.*

Ele reconhece que os valores para arrendamento do campo estão ficando cada vez mais caros e, devido a essa realidade, algumas iniciativas estão sendo planejadas por ele para aumentar a renda de sua produção, de modo a arcar com os custos do arrendamento. Uma das alternativas é aumentar o rebanho tanto de gado de corte como do de cria por meio da inseminação artificial.

Foi por meio da fundação Bradesco que Roneide aprendeu a fazer inseminação artificial. Em pouco tempo, construiu, em área anexa à mangueira, uma sala de inseminação artificial destinada a manter os equipamentos necessários para os procedimentos. Faz parte de seu planejamento agora sequenciar a cria das vacas para aumentar o seu rebanho, como destaca no seguinte diálogo:

quero fazer um plano aí, não sei se vai dar certo. Eu quero, no ano que vem, em janeiro, tirar o terneiro delas e... e dar uma... uma ração, uma boia para eles e quero inseminar as vacas de novo ... caso o arrendamento do campo está muito caro, né.

Foi relatado que atualmente está muito difícil conseguir um campo que possa ser arrendado. Segundo ele, muitas pessoas na campanha possuem pequenas quantidades de animais e vão arrendando poucas quadras de campo, mas, a cada ano, agregam um pouco mais de animais e assim por diante. Essa prática é realizada até por pessoas que não residem nas áreas rurais, como as que moram na cidade.

Assim, para que o manejo do gado possa ser realizado, conta-se com o apoio dos vizinhos, que manejam seu gado sem que haja a pretensão de cobrança monetária para esse trabalho: a compensação é realizada via empréstimo de campo, por meio do qual o indivíduo que tenha arrendado algumas quadras de campo e não tenha tido a possibilidade de manejar seu gado - seja por morar na cidade, seja por trabalhar em estâncias – possa fazê-lo em troca da possibilidade de compartilhar o campo com outras pessoas.

Roneide maneja não somente seu gado, mas também o de sua sogra, que está misturado com o seus animais, o de seu irmão, que trabalha em uma estância inserida no

município de Rosário do Sul, e também o de alguns de seus vizinhos do entorno de propriedade. Somando-se os animais de Roneide com os de sua sogra, Dona Chinoca, contam-se 200 animais, além de 25, que se encontram dispostos nos campos em que se encontra uma tapera<sup>10</sup>. Ribeiro (2009), identificou esse comportamento de troca de serviços entre vizinhos em outras localidades pesquisadas: para ele, essa condição de reciprocidade é atribuída à carência de mão de obra, a qual uma vez suprida (ainda que em parte), possibilita a continuidade da produção.

Assim, a relação entre as famílias do entorno da propriedade torna-se mutuamente fortalecida. Em meio a essa relação entre vizinhos, além do manejo conjunto de uma parcela de gado, é também realizada a troca de experiências. Quando alguma experiência positiva é observada no manejo do rebanho, essa informação é compartilhada com os vizinhos que executam a mesma atividade, como relatado a seguir.

Agora mesmo esse ano aqui, até foi ideia do guri, por borracha na cola das borregas criadas, taludas né, por causa do ano passado, aí funcionou muito bem... aí já passamos a informação para o outro vizinho, já fez o mesmo.

Essa relação próxima entre vizinhos é anterior mesmo à criação da associação de produtores rurais do Caverazinho, da qual a vizinhança faz parte como sócia. Já de longa data, os vizinhos, geralmente pelo mês de março, sejam eles membros da família ou não, totalizando, em média, 8 produtores do entorno da propriedade da família, juntam-se para vender o gado, o que possibilita uma soma de aproximadamente 100 animais.

A relação com a vizinhança não se resume à comercialização do gado: vai além disso e extrapola as fronteiras das propriedades do entorno até alcançar a localidade como um todo. É uma prática comum na localidade os vizinhos se reunirem nos finais de semana para realizarem algumas das atividades de manejo em conjunto, quando, normalmente, agregam-se de quinze a vinte produtores.

Exemplo disso é a atividade de marcação do gado, castração, entre outras. Quando se aproxima a época de realização dessas atividades, a vizinhança é chamada a

---

<sup>10</sup> Tapera é o nome dado localmente para residências abandonadas.

reunir-se em alguma propriedade para realizá-las em tom de festividade. Assim, assa-se um churrasco regado a música gauchesca e, em meio a esse ambiente de confraternização, são realizadas as atividades de manejo.

Essa atividade, contudo, é praticada segundo uma regra: para poder participar de uma atividade de manejo conjunto, essa participação não deve ocorrer apenas na propriedade dos demais vizinhos, mas, também na sua propriedade, para te dar o direito de participar das festividades alheias, o que caracteriza uma ação de mútua cooperação.

Quando alguém vai à propriedade do vizinho para manejar o gado deste, deverá estar predisposto a receber os demais participantes do evento que queiram manejar o seu gado. A pessoa que não estiver disposta a abrir sua propriedade aos demais, por consideração, não deverá participar do manejo em propriedade alheia.

### *5.2.1 A prática de Boquear*

A prática de boquear consiste na avaliação da dentição dos animais, a fim de identificar aqueles que apresentem características prejudiciais a seu bem-estar, as quais possam exercer influência sobre a produção, conforme se pode observar na (Figura 28), a seguir. Assim, por vezes esses animais encontram dificuldade de alimentar-se de maneira eficiente vindo a perder peso e, por outras, apresentam reduzida capacidade de gestar ou de cuidar de sua prole em consequência do comprometimento de seu estado nutricional.

Trata-se de uma prática realizada para identificar e isolar os animais que estão com a dentição comprometida, seja devido à idade, a acidentes ocasionados durante o manejo ou pastoreio ou a alguma má formação genética. Na propriedade pesquisada, os animais selecionados para realização da prática do boquear são indivíduos selecionados para progenitores.

Para a realização da prática de boquear é necessário acomodar os animais em um brete, também conhecido como mangueira – estrutura de madeira construída para evitar o movimento dos animais – utilizado também para a realização de diversas práticas de manejo, tais como vacinação, castração, marcação, boqueio, descorna, entre outros.

Para boquear, utilizam-se apenas as mãos, sem que haja necessidade do uso de outras ferramentas, além das já utilizadas no brete: uma das mãos é posicionada nas

narinas do animal e a outra auxilia na avaliação dentária, conforme demonstrado na (Figura 28 A).

Essa prática contou com animais que recentemente haviam sido desmamados, ou seja, separados de seus terneiros: assim, a prática do boquear identifica os animais aptos a uma nova cria.

Os animais identificados com dentição não compatível com a produção devem ser encaminhados para um campo em que haja boa qualidade de forrageiras para a engorda e, somente após o ganho de peso, são encaminhados para o abate, como podemos observar detalhadamente na narrativa abaixo.

As vacas que estão com dentição comprometida, mas em período de gestação, não são encaminhadas para o abate: essas aguardam a cria e o desmame para, em seguida, seguirem para o abatedouro. “Olha, essa vaca mesmo está com o dente gasto, olha. Está com todos, mas está com o dente gasto, olha. É uma vaca que... que já tem possibilidade já de descartar ela. Pode até ter o terneiro dela, não tem problema nenhum. Mas só que ela... ela vai ter mais dificuldade, né, de criar, de alimentar o terneiro.

A comercialização dos animais descartados, destinados ao abate, complementa a renda do produtor, a qual se torna necessária para arcar com os custos do arrendamento contratado.

Para que os animais em descarte sejam identificados no rebanho, até que seja alocado um campo de melhor qualidade para a engorda, esses indivíduos recebem uma marcação, que consiste em um corte simples no “anel da cola”. A cola é a parte final da cauda do animal, que é marcada com o auxílio de uma tesoura, conforme Figura 28 G.

**Figura 28** - Práticas de manejo realizadas com o gado na mangueira. A) Roneide manipulando a tesoura na mangueira, instrumento que possibilita a imobilização dos animais nesse local. B) Animais já confinados na mangueira, etapa inicial para a realização das práticas de manejo. C) Animal com dentição comprometida, exemplar que será destinado ao abate D) Animal com dentição compatível com os fins de produção E) Demonstração do procedimento de descorna com o uso da tesoura F) Visualização após o procedimento da descorna G) Tesoura, instrumento utilizado para a realização da descorna. H) Ápice das aspas que foi retirada do animal

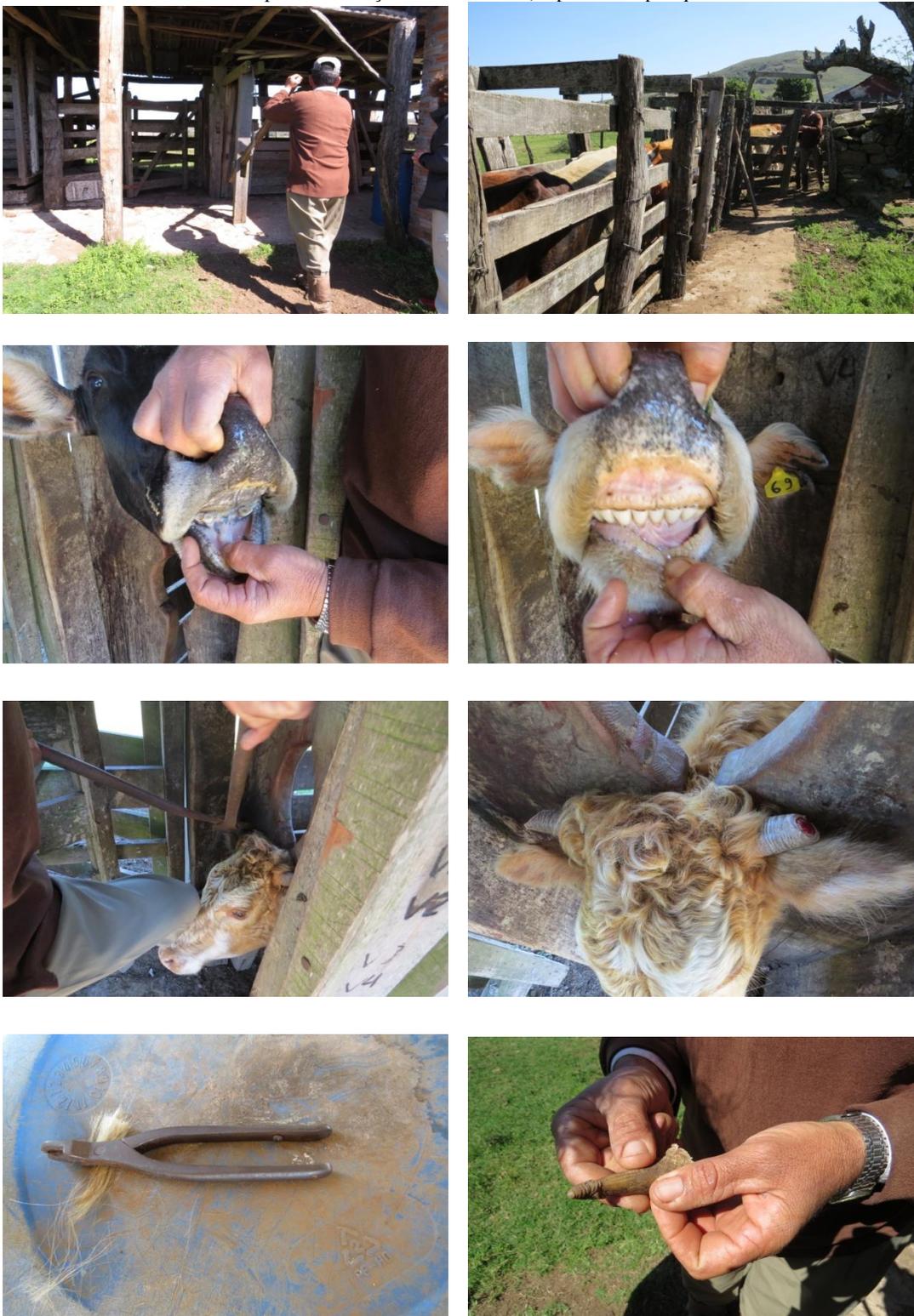


Foto: Acervo do autor

Durante a realização da prática do boquear e já contando com o animal alocado no brete, é também realizada uma outra prática, a da descorna.

A descorna consiste em eliminar as “aspas” pontiagudas dos animais, também conhecidas como chifres ou como também denominadas pelo nosso interlocutor de “guampas”. A prática é realizada em animais adultos, recém saídos do estágio de novilha, para garantir seu sucesso. Caso esse procedimento seja executado precocemente, as aspas ainda podem vir a crescer, fato que acarretaria a repetição da descorna em fase posterior.

Roneide realiza essa prática para evitar que, ao manejar os animais de cria, a exemplo da necessidade de manejar um dos terneiros, animais com “guampa” pontiaguda possam ferir o manejador ou seu cavalo e, assim, prejudicar a produção: esses são os principais motivos pelos quais se justifica a prática da descorna.

Com o auxílio de um descornador, uma espécie de tesoura de ferro com o pegador alongado para que haja o distanciamento do animal e isso auxilia no processo de condução da força, é realizado o corte das “aspas” acima da região central, conforme observado na Figura 28 E.

Mesmo com o corte, as aspas ainda podem crescer: no entanto, dependendo da maneira como foram cortadas, mesmo que cresçam, não serão pontiagudas, ou ainda, caso se mantenham levemente pontiagudas, será voltadas para direções que diminuem a possibilidade de ocorrência de acidentes durante a prática do manejo.

Durante a realização do corte das aspas, observa-se um pequeno sangramento, que, segundo Roneide, em poucos minutos estará estancado.

### *5.2.2 Marcação: a simbologia herdada*

Manter registros sobre as condições de criação e sobre o desempenho dos rebanhos é uma importante ferramenta de manejo que pode ser usada para aumentar a eficiência na atividade pecuária. O monitoramento de informações sobre ganho de peso, reprodução e mortalidade, bem como sobre o uso de produtos (vacinas, medicamentos, alimentos, etc.) e sobre as condições das instalações e dos equipamentos, permite aos produtores avaliar o desempenho de seus rebanhos, controlar os procedimentos de manejo e identificar os pontos críticos que precisam ser controlados.

Dessa forma, fica mais fácil identificar e resolver os problemas que ocorrem no dia-a-dia de trabalho em uma fazenda de bovinos de corte. A identificação individual dos bovinos é um passo importante para qualquer sistema de registro de informações (SCHMIDEK, 2009).

Ao manejar o gado, Roneide, na companhia de seu filho Marlon e de seu vizinho Sr. Zeca, dão continuidade aos procedimentos a serem tomados em relação ao gado, uma vez que este já se encontra na mangueira. Como já apresentado na descrição das práticas de manejo das sessões anteriores, estando o gado na mangueira, torna-se possível dar início a uma série de práticas de manejo, dentre estas, a marcação.

Para um trabalho de marcação mais seguro, após conter o animal na mangueira, com a utilização da pescoceira, dobra-se a base da cauda do animal para o lado; fazendo isso, tem-se uma imobilização mais efetiva do animal, condição necessária para evitar problemas durante o procedimento de manejo com o ferro quente.

A marcação a fogo, método mais comum para a identificação de bovinos, possibilita o reconhecimento da raça, do proprietário do animal e também das práticas de manejo aplicadas no indivíduo, como a vacinação contra a brucelose, por exemplo (SCHMIDEK, 2009).

Enquanto ocorrem as práticas de avaliação da dentição do gado, marcação das orelhas e descorna, são realizados os preparativos para realização da marcação.

Considerando que a marcação a ferro é feita por meio da utilização de um ferro quente (marcador) que porta uma simbologia que identifica o proprietário – o que será comentado a seguir -, os manejadores iniciam o fogo que irá aquecer o marcador.

Trata-se simplesmente de acender uma fogueira com restos de madeira, lascas, gravetos, folhas ou qualquer outro material que libere energia suficiente para acender a fogueira. Para saber a temperatura ideal para realizar a marcação, observa-se a cor da marca que está no fogo. Enquanto o ferro estiver preto, é sinal de que ainda está frio; nessa condição, o ferro pode estar quente o suficiente para queimar os pelos, mas não para deformar a sua raiz, o que é essencial para garantir uma marca duradoura. O ferro deve estar em brasa, vermelho, sinal de que está quente o suficiente para produzir uma boa marca, sem necessidade de ser aplicado novamente.

Com o ferro aquecido (Figura 29), o manejador posiciona-se ao lado da mangueira enquanto seu parceiro segura o rabo do animal para que este não atrapalhe, prejudicando o andamento do processo. A área escolhida para a marcação no gado em

que a família pesquisada maneja é a metade traseira, próxima à cauda, do lado direito do animal. Os movimentos para a aplicação da marcação a fogo devem ser firmes e consistentes de modo a não agredir demasiadamente o animal e tampouco borrar a marca. Caso isso venha a ocorrer, o procedimento deverá ser refeito. Quando o ferro é retirado do corpo do animal, a marca deve estar com contornos bem definidos e sem a presença de pelos e sangramentos em seu interior.

**Figura 29** - Procedimento de aquecimento dos bastões para a realização da marcação



Foto: Acervo do autor

**Figura 30** - Prática de marcação do gado. A) Observam-se, registrados em local visível da mangueira, as marcas utilizadas durante o procedimento da marcação. B) Roneide, posicionado do lado de fora da mangueira, realizando o procedimento da marcação. C) Observa-se, em detalhe, o momento em que o bastão com a marca entra em contato com o animal. D) Finalização do procedimento de marcação: nota-se a marca já registrada no animal



Foto: Acervo do autor

Como já mencionado nas seções anteriores, Roneide maneja não apenas o seu gado, mas também o de sua família e o de seus vizinhos, alguns dos quais, por motivos diversos, não possuem condições de maneja-los continuamente. Muitas vezes, a “condição” para que Roneide maneje o gado alheio é a possibilidade de utilizar campos de outras propriedades; assim, como moeda de troca, Roneide conduz as práticas.

Um dos fortes motivos para a identificação do gado por meio da marcação a fogo é o de que os campos são preenchidos com animais de não apenas um dono, mas também de donos de outras propriedades. Por esse motivo, existe mais de uma marca nos bastões de ferro, cada uma remetendo a um proprietário rural. Na prática experimentada durante a realização da pesquisa, estavam sendo marcados os animais do próprio Roneide, alguns indivíduos de seu filho Marlon, de sua sogra, dona Chinoca, e também de seu vizinho Sr. Rodrigo, cada qual com uma marca distinta.

As marcas dos animais manejados estão gravadas na própria mangueira, conforme demonstra a Figura 30 A. As marcas são de propriedade de gerações e

possuem um valor significativo na região, muitas vezes substituindo contratos e assinaturas. Muitas propriedades são também reconhecidas pela sua marca e são fixadas em locais de fácil visualização. Na propriedade da família pesquisada, a marca de propriedade da dona Chinoca está gravada na parede de pedra de sua casa, herança de seu pai (Figura 31). Assim, a marca é repassada de geração para geração tornando-se largamente reconhecida na região.

**Figura 31** - Registro da marca da família de dona Chinoca. A) Observa-se que as marcas da família eram registradas não somente de forma documental na instituição responsável para esse fim, mas em locais visíveis da propriedade, nesse caso, na parede do lado externo. B) A marca registrada na parede da casa visualizada no animal já marcado



Foto: acervo do autor

### 5.3 Associação de Produtores da Serra do Caverazinho “*eu vejo a importância da associação*”

Até o ano de 1999, os pecuaristas locais inseridos no entorno da propriedade pesquisada não dispunham de nenhuma instituição formal que os reunisse para debater questões técnicas e de mercado relativas à atividade.

A partir do início das discussões, motivados pela secretaria da agricultura de Rosário do Sul, alguns produtores organizaram-se e oficializaram a associação de produtores rurais da Serra do Caverazinho. Como ocorre com muitas organizações, o início de uma associação que agregue diferentes atores é complexa e repleta de desafios - não haveria de ser diferente com essa associação de produtores. Entre os anos de, aproximadamente, 2005 e 2006, foram encetadas tentativas para agregar o maior número de associados possível, em prol de um objetivo comum. Todavia, devido a questões burocráticas e à carência de recursos para o erguimento de uma organização sólida, tais esforços foram frustrados.

No ano de 2007, alguns extencionistas da Emater questionaram os produtores da região de modo a motivá-los a se agregar e fundar uma associação: foi nesse momento que a proposta de reativação da associação voltou à tona. Prometendo apoio e sensibilizando os pecuaristas quanto ao fato de que, se a sua associação estivesse formalizada e em dia com seus documentos, ser-lhes-ia facilitada a captação de recursos, esses funcionários da Emater motivaram-nos a reativar a associação.

Assim, em 2007, a associação atualizou seus documentos perante os órgãos de controle e elegeu uma nova diretoria, agora contando com Roneide não mais como vice presidente, mas, oficialmente, como presidente da associação de pecuaristas. Em meio a muitos desafios para superar a burocracia inerente à reativação de uma associação, Roneide propôs a cobrança de uma mensalidade, uma cobrança quase que simbólica, de 10 reais, para custear pequenos gastos com impressões e reprografias.

Hoje a associação de produtores rurais da Serra do Caverazinho conta com 21 sócios produtores de gado bovino e ovino, e, com o passar do tempo, novos produtores têm demonstrado interesse em se filiar à associação, conforme vão sendo compartilhados os benefícios aos pecuaristas, como podemos observar na narrativa abaixo, em que Roneide destaca a importância da associação:

Tu sabe assim, ó, que a associação... Hoje eu enxergo a associação com bastante visão e eu passo acompanhando por aí coisa, e palestra e coisa e eu vejo a importância da associação. E eu faço reunião aí, eu converso, digo 'olha, nós temos que valorizar nossa associação, porque está vindo muito benefício para nós através da nossa associação. Então, nós temos que enxergar ela com outros olhos para ver que ela é uma coisa'.

O fato de a associação existir formalmente possibilita captações de recursos que, de forma isolada, individualmente, tornam-se difíceis de serem captados.

E aí nós pegamos a comprar o sal. Compramos sal, tudo já indo pelo prazo, né, já procuramos o melhor preço. Já pegamos a comprar azevém, semente de azevém e a turma já... E aí a turma já foi gostando (Roneide)

Assim, fatores como a ativação da associação e os ganhos reais auferidos por meio de barganhas claramente constituem-se como impulsionadores da força e

representatividade da associação na localidade. O apoio da Emater, sobretudo por parte de alguns extensionistas motivados a apoiar a associação, foi crucial para que esta se fortalecesse.

Depois de 7 anos desde sua reativação, muitas iniciativas foram conquistadas: exemplo disso é o centro de manejo que está em construção na propriedade de um dos sócios da localidade. Para a construção do centro de manejo, os associados contaram com recursos provenientes da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Rural – SDR, que destinou verbas no valor de 25 mil reais, o qual será pago ao longo de três anos pela associação, (Figura 32).

**Figura 32** - Início da construção do centro de manejo. A) Madeiramento destinado à construção da mangueira e estrutura de pesagem B) Base para a construção da balança do centro de manejo



Foto: Acervo do autor

Além dos recursos da SDR, a associação participou de um edital lançado no ano de 2014 pela Fundação Luterana Diaconia que teve como objetivo selecionar projetos de soberania e segurança alimentar e nutricional que promovessem a valorização e o uso de alimentos locais por meio da promoção ou do fortalecimento de sistemas de cultivo, beneficiamento e abastecimento que fossem compatíveis com a conservação do bioma pampa.

Por meio desse edital, a Associação de Produtores Rurais da Serra do Caverazinho foi beneficiada com 10 mil reais para incentivar o grupo de mulheres da associação que trabalham com a confecção de produtos em lã de ovelha. Esse recurso foi destinado para a aquisição dos equipamentos e materiais necessários para incrementar e fortalecer um trabalho que já é realizado na região: a produção de

produtos derivados da lã de ovelha. A proposta encaminhada para esse edital buscou agregar as mulheres da associação em prol da confecção de produtos à base de lã de ovelha e barbantes com a finalidade de incrementar a renda da família.

Para qualificar o trabalho das mulheres pertencentes à associação e daquelas que estivessem interessadas em aprimorar seus conhecimentos acerca da técnica, estas foram convidadas a se capacitar em um curso oferecido pelo SENAI.

Atualmente, o grupo de mulheres artesãs já conta com a comercialização de alguns dos produtos produzidos, mas estas ainda buscam um local comum para alocarem os teares e os insumos necessários para o exercício da atividade.

A gente pegou o projeto da lã, para fazer, pala, cobertor, tudo... Tudo que for de lã... Ela fia, carda, lava a lã, tem a... tem uma máquina de... Tu tens as cardas, que tu cardas lã. Tem a roca para fazer fio, têm os teares para produzir cobertor, produzir de vários tamanhos Vêm com três teares. É um tear de dois metros, um tear de um metro e o tear de um metro e trinta. A matéria-prima quem entra é a gente (Paula).

Somado a essas duas possibilidades de apoio às iniciativas da associação, o Projeto RS Biodiversidade, já comentado ao longo desta pesquisa, vem, por meio de doações incentivando a pecuária familiar mediante o repasse de materiais como cercas, arames, circuitos para cerca elétrica, moirões. Além disso, o apoio técnico da Emater tem servido de vetor para a facilitação de atividades ligadas à produção de gado em campo nativo, por meio de orientação quanto a uma conduta ecológica que possibilite o incremento do número de animais em pastoreio, de modo a reduzir o impacto da produção no ambiente.

Mas, sabe assim, ó, eu acho, assim, eu olho a associação com outros olhos hoje em dia. Eu acho, assim que a associação vem trazendo muito lucro para nós, né. Muito benefício, porque isso aí, quando que a gente ia ter isso? É meio difícil, né? E... e aí a Emater mesmo, eles apoiam muito essa parte, aí ó, como eles dizem 'O que vem, nós passamos para vocês, porque vocês são um grupo mais organizado. Vocês têm toda a papelada em dia e vocês são um grupo preparado ali para trabalhar' (Roneide).

A associação de produtores rurais da Serra do Caverazinho conta com uma estrutura administrativa formada por presidente, vice-presidente, secretário, tesoureiro e

demais diretorias. Essa determinação das funções, prevista em ata, não se reflete na realidade, como ficou exposto ao longo das entrevistas. A associação conta com o apoio de múltiplas associados na gestão da associação, e as funções são determinadas por quem tem vontade de participar. Assim, não há, cargos fixos: o tesoureiro pode não só cuidar das finanças, mas também escrever uma ata ou ajudar no preparo dos alimentos em dias de festividades; todos parecem ser um corpo único em prol de um objetivo comum, conforme podemos observar na seguinte narrativa:

É, cada um tem... tem o seu... na... na... na ata tem ali, É, presidente, vice-presidente, secretário e coisa, Mas não tem assim, todos trabalham, né, todos trabalham igual, Não tem dizer... Não tem 'ah, eu sou o secretário, não posso fazer tal coisa'. Não.

Essa união em prol do coletivo ficou evidente na III festa de pecuaristas familiares da Serra do Caverazinho realizada no mês de março de 2014. Realizada em um dia de céu azul sem nuvens em que o silêncio da campanha só foi quebrado pelo fervor dos laçadores na prova de laço, o evento contou com uma participação expressiva, tanto de associados, não sócios e comunidade da localidade como do núcleo urbano, que se deslocou até lá para prestigiar as inúmeras atratividades proporcionadas pelo encontro, conforme observado na Figura 33.

O objetivo do encontro é reunir os associados, seus familiares e pecuaristas da localidade para uma confraternização e troca de experiências relacionadas à produção, com a finalidade de agregar mais sócios e interessados em colaborar com a associação.

Nesse evento, além do público em geral já citado, estavam presentes autoridades municipais e estaduais, como vereadores e deputados, havendo também uma estrutura de apoio, negociada pela direção da associação com a prefeitura municipal, que conduziu parte de seu corpo administrativa ao local do evento.

Essa estrutura foi composta por representantes da secretaria de agricultura, que se dispuseram a atualizar cadastros de animais e marcas; por funcionários da Secretaria da Saúde, que realizaram medição de pressão e de glicose e ainda outros exames rápidos. A Brigada Militar e o órgão responsável pela elaboração de documentos de identificação, que disponibilizou aos participantes e a confecção da carteira de identidade – ou de seu segunda via – e de outros documentos pessoais, também participaram do evento.

Desde a realização do I Encontro, a cada ano, a festividade vai aumentando em número de participantes e serviços disponibilizados no dia do evento, o que comprova a solidificação dessa importante iniciativa para a associação. A III festa de pecuaristas familiares da Serra do Caverazinho contou com aproximadamente 200 pessoas.

Essa foi uma iniciativa planejada pela diretoria da associação para aproximar os pecuaristas da serra aos tomadores de decisões, para que estes pudessem conhecer as múltiplas realidades da produção pecuária da Serra do Caverá e assim auxiliar, de alguma forma, a melhorar as condições da produção local, seja por meio da manutenção das estradas, seja pela disponibilização de postos de saúde na localidade, hoje inexistentes, entre outros.

**Figura 33** - Imagens do local da III festa de pecuaristas familiares da Serra do Caverazinho. A) Inserção do evento no ambiente. B) Entrada do local do evento com boas vindas aos participantes. C) Estrutura montada para a realização da festividade e ônibus de apoio com estruturas da prefeitura. D) Associados da Associação de Produtores Rurais da Serra do Caverazinho, uniformizados para a realização do evento



Foto: Acervo do autor

Ao longo da realização do encontro, ficou evidente o espírito cooperativo dos associados em promover e organizar o evento distribuindo funções entre os participantes e seus familiares, conforme sua aptidão. Assim, os associados com aptidão para assar um bom churrasco, ou, como, também, se diz localmente, para “assar uma pecuária”, exibiram suas habilidades diante da churrasqueira: outros organizaram as competições, exercendo as funções de locutor ou de juiz de provas, quer estas fossem de montaria, quer de partidas de futebol (que contou com times bem organizados do município) e outros ainda cuidaram do preparo dos demais alimentos, como o arroz, o feijão e a salada, trabalho conduzido por algumas esposas das famílias associadas.

A função de Roneide no evento foi múltipla e, durante o acompanhamento da festividade, pouco consegui conversar com ele devido à grande procura por sua atenção, tanto para recepcionar alguma autoridade, convidados em geral, quanto para organizar algo que não tivesse sido planejado anteriormente. Foi expressivo também o apoio do escritório municipal da Emater, antes, durante e após o evento, conduzindo não só a abertura protocolar do evento na companhia do presidente da associação como também seu encerramento oficial.

Dentre as atividades planejadas para ocorrer ao longo de dois dias, houve trocas de experiências por meio de conversas despreziosas em meio ao campo, competições diversas com direito a prêmio em dinheiro aos ganhadores, concurso de gastronomia com comidas típicas da região à base de carne de ovelha, palestras com especialistas em determinados assuntos ligados à produção de gado de corte e ovinos, concurso com criadores de ovelhas nas categorias “dente de leite”, “dois e quatro dentes” e “Miss Serra do Caverá”. O evento, programado para ocorrer ao longo dos dois dias que compõem um dos finais de semana do mês de março contou com um baile no período da noite, regado à música tradicionalista e muita dança. Os participantes da festividade que moravam longe do local do evento tiveram a oportunidade de acampar na propriedade.

**Figura 34** - Imagens da III festa de pecuaristas familiares da Serra do Caverazinho. A) Vista geral do local do evento B) Local de acampamento destinado àqueles que se deslocaram por longas distâncias para poder prestigiar o evento. C) Equipe médica acompanhando o evento. D) Cozinheiras também sócias da associação preparando o almoço que foi servido durante os dias de evento. E) Ingrediente principal e muito esperado sendo preparado pelos associados. F) Local em que foi servido o almoço aos participantes do evento G) Autoridades municipais e estaduais que prestigiaram o evento, dentre eles vereadores e deputados





Foto: Acervo do autor

A prova da melhor receita à base de carne de ovelha contou com a participação de 5 mulheres e suas variadas receitas com os mais diversos ingredientes. Foi realizada no primeiro dia do evento no final do período da manhã: confesso que acompanhar essa atividade foi algo que despertou muito o apetite.

A prova foi organizada embaixo dos gazebos, na região central do local do evento, e foi composta por uma banca de jurados, constituída por uma vereadora do município e extensionistas da Emater. Quando as receitas foram disponibilizadas aos jurados, cada um deles provava uma pequena parcela do alimento, fazia suas anotações acerca do sabor, textura, ingredientes etc, e passava para o jurado ao lado, que repetia o processo, conforme observado na Figura 35.

Ao final, depois de provar todas as 4 receitas, cuidadosa e belamente preparadas, cada jurado computava sua pontuação e repassava para um dos extensionistas da Emater responsável por conduzir essa atividade. Quando a pontuação foi somada, a ganhadora foi reconhecida. Posteriormente, o que sobrou de cada receita foi servido ao público que estava acompanhando a prova.

**Figura 35** - Prova da melhor receita preparada com carne de ovelha. A) Extensionista da Emater auxiliando a organização da atividade. B) Jurados degustando os pratos preparados. C) Prato número 01 finalizado e pronto para ser avaliado D) Prato número 02 finalizado e pronto para ser avaliado E) Prato número 03 finalizado e pronto para ser avaliado F) Vencedora de melhor receita à base de ovelha ganhando seu certificado de participação





Foto: Acervo do autor

Outras provas que se destacaram foram à prova do couro e a prova de laço (Figura 36).

Para a realização da prova do couro, foram necessários um cavalo, uma corda, duas estacas de bambu, um couro de gado abatido e dois competidores. Um dos competidores conduzia o cavalo e o outro, deitado no couro previamente preso ao cavalo, ia sendo puxado pelo primeiro. O objetivo da prova era o de que o competidor que estava sendo arrastado sobre o couro conseguisse completar um circuito de bambus sem tocar nestes – tarefa aparentemente fácil aos olhos de quem aprecia a prova, mas bastante complexa para os envolvidos, demandando muita habilidade do cavaleiro e muita coragem por parte daquele que está sendo puxado.

Ao completar o circuito, os integrantes trocaram rapidamente de lugar: quem estava comandando o cavalo passou a ser puxado sobre o couro e quem estava sendo conduzido passou a comandar o cavalo repetindo-se esse procedimento com as duplas concorrentes.

Assim, a equipe que completasse o circuito em menor tempo sairia vencedora. Essa atividade, que é uma das mais esperadas pelo público participante, principalmente pela descontração que a prova proporciona (os competidores literalmente deslizam pelos campos promovendo um espetáculo de tombos e correrias), contou com a participação de equipes formadas por adultos homens, provenientes do núcleo urbano de Rosário do Sul, por crianças na faixa etária de 12 anos a mais e por mulheres jovens e adultas. Muitas equipes eram mistas com mulheres e homens adultos e crianças ou crianças e adultos e outras eram formadas apenas por crianças da faixa etária mencionada.

De características semelhantes às das demais provas no que consiste à construção das equipes por gênero e faixa etária, a prova de laço atraiu a atenção dos participantes. Puxada por uma motocicleta, a silhueta de um touro sobre rodas, revestida por couro de gado e possuindo um par de chifres, conferiu um clima de diversão à prova. O objetivo era laçar o touro mecânico enquanto este era puxado pela motocicleta.

Ficou evidente, durante a realização das provas, a habilidade das equipes em conduzir o cavalo, havendo uma sinergia muito forte entre eles ao manejar o cavalo e completar o circuito.

**Figura 36** - Prova do laço e do couro. A) Equipe formada por homem e mulher iniciando a prova, homem na condução do cavalo e mulher sendo arrastada no couro. B) A mesma equipe da figura A; no entanto, agora a mulher na conduzindo o cavalo e o homem sendo arrastado. C) Equipe formada por duas mulheres iniciando a competição. D) Público participante prestigiando a prova do couro





Foto: Acervo do autor

**Figura 37** - Concurso “a mais bela prenda” da III festa de pecuaristas familiares da Serra do Caverazinho e concurso de borregas “dente de leite, dois e quatro dentes”. A) Participantes do concurso “A Mais Bela Prenda.” B) Demais participantes do concurso de prendas de variadas idades C) Competidores do concurso de borregas aguardando que os juizes avaliem seus animais (nota-se a presença de crianças e de seus animais). D) Marlon recebendo o prêmio de vencedor de sua categoria F) Exemplar do troféu de vencedor do concurso de borregas





Foto: Acervo do autor

A associação é vista como um potencial transformador, não apenas para fortalecer os produtores frente ao mercado consumidor, mas também como uma possibilidade de bem maior em prol do próximo. Desde que Roneide assumiu a presidência da associação, foram realizados alguns encontros e atividades beneficentes aos associados e não associados que estavam necessitando de auxílio, principalmente no que se refere ao custeio de tratamento de saúde. Roneide relata alguns dos episódios em que houve o apoio da associação: um dos casos foi para ajudar um de seus irmãos, que necessitava de recursos para tratamento de saúde. Para angariar a quantia necessária, a associação mobilizou-se e elaborou uma rifa. Nesse episódio, Roneide doou uma ovelha e um outro colaborador doou um cobertor de lã de ovelha. Esses produtos foram rifados e, em seguida, doados. Um outro episódio, relatado com viés semelhante, foi o que envolveu uma senhora, também, em tratamento de saúde: devido aos altos custos do tratamento, a associação mobilizou e realizou um baile com a finalidade de que ela pudesse tratar-se. Nesse episódio, foi rifada uma ovelha, como estratégia de captação de recursos.

Outro caso comentado foi o de um rapaz não membro da associação que necessitava também de auxílio para tratamento de saúde: na ocasião, um dos associados leiloou um potro para ajudar o rapaz.

O apoio da associação para fins que não se referem apenas à produção não se encerra na realização de eventos beneficentes: alguns dos sócios particularmente se sensibilizam com a causa de algum integrante da comunidade e doam parte do seu tempo para colaborar. Roneide destaca o caso de uma associada que exerce a profissão

de contabilista, a qual se dedicou a colaborar nas questões formais do processo de atendimento público de saúde para dar andamento ao tratamento de uma senhora.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação foi construída com a intenção de evidenciar as relações entre seres que coabitam o mesmo ambiente de modo a inserí-los dentro de um contexto de desenvolvimento que reconheça as particularidades inerentes à vida no bioma Pampa.

Assim, resgatar suas histórias por meio de uma digressão a um passado remoto até os dias atuais nos trouxe informações que evidenciaram a importância de conhecer a história político cultural e, sobretudo, os saberes do povo local, para, a partir disso, pensar o desenvolvimento rural.

Para que fosse possível adentrar a orbe campeira em um efêmero espaço de tempo, definiu-se, como âmbito da pesquisa, uma família inserida na localidade da Serra do Caverá. Motivado a evidenciar as práticas e saberes empreendidas por essa família, busquei, ao desenvolver a pesquisa, vivenciar o trabalho desenvolvido por esse grupo familiar, de modo a compreender os sentidos e valores dados por estes indivíduos ao ambiente que os cercam, bem como o modo de se relacionar com as propriedades de seu entorno. Muitos dos valores positivados na pesquisa achavam-se ocultos nas falas diretas, mas tornaram-se perceptíveis quando estas passavam a ser observadas.

Constata-se que, para que seja possível se propor políticas públicas que atendam as necessidades locais, é fundamental vivenciar o ambiente e seus elementos, sejam eles humanos ou não humanos, de modo a identificar e compreender as complexidades e desafios diários a que as comunidade estão sujeitas.

Para me inserir nesse contexto, até então desconhecido, parti em busca de uma forma de retratar e caracterizar a família pesquisada. Por meio de uma abordagem etnográfica, fazendo uso do instrumento de análise, história de vida e da leitura da paisagem, como destacado no capítulo Metodologia, tornou-se possível, mesmo em curto espaço de tempo, resgatar na memória dos sujeitos pesquisados e na observação direta, os contextos marcados pelo entrelaçamento dos tempos passado e presente e de suas práticas perpetuadas de geração em geração.

As narrativas compartilhadas, associadas a vivências de algumas das principais práticas ali desenvolvidas, explicitaram algumas das relações entre o homem e o meio em que vivem. Percebe-se que essas relações estão sendo continuamente fortalecidas por uma relação de troca, por meio da qual, cada indivíduo, seja ele humano ou não

humano, assegura seu espaço no ambiente, o qual é respeitado e valorizado. Esses elementos, tais como os cães, o cavalo, o fogo, o campo, a vestimenta e a estreita relação entre eles, unificam-se para formar um ser único, elemento central dessa família.

Ao observarmos o capítulo em que descrevo as características dos pecuaristas familiares “A figura do pecuarista familiar”, as narrativas compartilhadas pelos interlocutores, evidenciam que muitas das características atribuídas a esse público estão presentes na família pesquisada, o que a insere no grupo de pecuaristas familiares.

Observa-se, contudo, que, apesar dos esforços da academia em ampliar os estudos nesse ambiente único no Brasil, uma parcela de produtores rurais, sobretudo aqueles que criam gado de corte em campo nativo, mantém, por meio de seu modo de fazer pecuária, a “guarda” do ambiente e, mesmo assim, observa-se que não são contemplados pelas principais políticas públicas destinadas à agricultura familiar e tampouco pelas políticas que tratam da conservação da biodiversidade, salvo poucas exceções.

Esse fato, associado à carência de políticas públicas que reconheçam as especificidades da pecuária familiar desenvolvida no bioma pampa e a latente pressão das corporações que tencionam os governos para ampliar suas áreas de cultivo – calcadas, na maioria das vezes, em monocultivos fazem do bioma pampa alvo de especulações e descaso, inserindo-o entre os biomas mais ameaçados no Brasil.

Os governantes de todas as esferas carecem do entendimento que para se alcançar o desenvolvimento é preciso conciliar o elemento ambiental, social e o econômico de maneira simbiótica entre as políticas públicas e estas precisam estar em harmonia uma com as outras, algo raramente encontrada para além dos discursos políticos.

Há décadas presenciamos o poderio de setores produtivos primários e indústrias ditando as regras do jogo, definindo padrões de produção e desenvolvimento as custas daqueles que buscam modelos alternativos de produção, levando a marginalização muitos processos produtivos de menor impacto ao ambiente, quando estes deveriam ser plenamente incentivados pelo Estado.

Diante desta realidade o Estado possui um papel fundamental por meio de políticas públicas para minimizar o efeito negativo de intervenção desigual de muitos setores produtivos calcados no viés do crescimento ilimitado, usurpando os recursos

naturais locais, ao invés de inserir uma lógica sustentável no rural de modo que estas práticas de menor impacto ao ambiente possam ter espaço e reprodução social.

São poucas as iniciativas que partem do Estado que buscam incentivar processos produtivos sustentáveis, podemos citar alguns exemplo de sucesso mas que carecem de continuidade como: *Iniciativa de Conservación de los Pastizales Naturales del Cono Sur de Sudamérica – Alianza del Pastizal* e o Projeto RS Biodiversidade, ambos com recurso internacional.

Percebe-se que muitas das políticas que buscam atingir objetivos de sustentabilidade são criadas no conforto de belos gabinetes muitas vezes sem a participação do público a ser atendido e, em meio a ilusória vivência, acabam por não retratando as múltiplas realidades locais, deixando, novamente, a margem do processo de desenvolvimento uma parcela significativa de produtores e ambientes únicos que poderiam ser atendidos e conservados somente com um olhar mais próximo a realidade.

Passamos na atualidade novamente por um boom produtivo, agora o monocultivo de soja é o protagonista, quando outrora fora da silvicultura, e a história se repete, novamente estes setores ditam as regras do jogo e adentra aos gabinetes dos governantes para que seus desejos sejam atendidos.

Diante desta realidade, dar voz aos sujeitos pesquisados e assim trazer ao leitor as práticas empreendidas pela família bem como as complexidades locais, foi a forma achada de evidenciar a relação entre humanos e ambiente.

Por meio dos elementos trazidos nesta pesquisa, espero ter contribuído para que, nas estratégias de conservação da biodiversidade que venham a ser praticadas no bioma Pampa, sejam também considerados o elemento humano e seus valores, como um meio profícuo para a conservação dessa diversidade, e que, do mesmo modo, as políticas destinadas a fortalecer e apoiar a agricultura familiar possa inserir, de maneira significativa, a conservação do ambiente, estabelecendo um processo de desenvolvimento que contemple as múltiplas esferas – ambiental, demográfica, econômica, social, política e técnica.

Essa afirmação sustenta os dados levantados pela pesquisa, pois verifiquei que os valores simbólicos da vida dessa família na localidade são indissociáveis dos elementos da biodiversidade que compõem o ambiente, ficando evidente que é, sim, necessário identificar e ampliar o conhecimento desses elementos simbólicos das

comunidades, que há gerações, reproduzem seu modo de fazer pecuária sobre campo nativo, para que, assim, este, possa, enfim, ser conservado.

## REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. **O futuro das regiões rurais**. 2 ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.
- BEHLING, H.; PILLAR, V.D. Late Quaternary vegetation, biodiversity and fire dynamics on the southern brazilian highland and their implication for conservation and management of modern *Araucaria* forest and grassland ecosystems. **Philosophical Transactions of the Royal Society**, London, n. 361, p. 243-251, 2006.
- BILENCA D.N.; MINARRO, F. **Identificación de áreas valiosas de pastizal (AVPs) em lãs Pampas y campos de Argentina, Uruguay y sur de Brasil**. Buenos Aires: Fundación Vida Silvestre Argentina, 2004.
- BOLDRINI, I. I. et al. **Bioma Pampa: diversidade florística e fisiologia**. Porto Alegre: Palloti, 2010.
- BOLDRINI, I. I. A flora dos campos do Rio Grande do Sul. In: PILLAR, V. D. et al. **Campos sulinos: conservação e uso sustentável da biodiversidade**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2012. p. 63-77.
- BRITO, A.N.S. **Entre o corredor e a estância: dinâmicas sociais e produtivas na APA do rio Ibirapuitã**. 2010. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2010.
- CARELI, S.S.; KNIERIM, C. **Releituras da história do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: CORAG, 2011.
- CARVALHO, P.C.F.; MARASCHIN, G.E.; NABINGER, C. **Potencial produtivo do campo nativo do Rio Grande do Sul**. [1998]. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/gpep/documents/capitulos/Potencial%20Produtivo%20do%20campo%20nativo.pdf>>. Acesso em 09 ago. 2014:
- CHELOTTI, C. M.; PESSÔA, S. L. V., Latifúndio, assentamentos rurais, florestamento: qual identidade regional da campanha gaúcha no século XXI?. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GEOCRÍTICA, 9., 2007, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: UFRGS, 2007. p. 1-12.
- CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2010.
- DIEGUES, A. C. S. Desenvolvimento sustentável ou sociedades sustentáveis: da crítica dos modelos aos novos paradigmas. São Paulo. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 6, n.1-2, p. 22-29, 1992.
- DUPAS, G. **O mito do progresso**. São Paulo: Unesp, 2007.

ESTEVA, G. Desenvolvimento. In: SANCHS, Wolfgang Sanchs (Ed.). **Dicionário do desenvolvimento**: guia para o conhecimento como poder. Petropolis: Vozes, 2000. p. 15-37.

FOCHEZATTO, A. et al. **Apontamentos para o estudo da pecuária familiar na metade sul do Rio Grande do Sul**. 2004. Disponível em: <[www.ucs.br/site/midia/arquivos/IPES\\_TD008-ABR\\_2014.Pdf](http://www.ucs.br/site/midia/arquivos/IPES_TD008-ABR_2014.Pdf)>. Acesso em: 02 fev. 2015.

GARAY, I.; BECKER, K. B., **Dimensões humanas da biodiversidade**: o desafio de novas relações sociedade-natureza no século XXI. Petrópolis: Vozes, 2006.

GOLIN, T. Construindo a integração no Estado colonial e no Estado nacional: a questão do espaço sul-rio-grandense. In: RECKZIEGEL, S.L.A.; FÉLIX, O.L. (Org.). **RS: 200 anos definindo espaços na história nacional**. Passo Fundo: UPF, 2002. p. 33-52.

GOLIN, T. **O povo do pampa**: uma história de 12 mil anos do Rio Grande do Sul para adolescentes e outras idades. Passo Fundo: Ediupf, 1999.

GOULART, S. J. **A formação do Rio Grande do Sul**. 3. ed. Porto Alegre: Universidade de Caxias do Sul, 1978.

GRIJÓ, A. L. A estância São Pedro: concepções de política e sociedade no Rio Grande do Sul. In.: RECKZIEGEL, S.L.A; FÉLIX, O.L. (Org.). **RS: 200 anos definindo espaços na história nacional**. Passo Fundo: UPF, 2002. p. 139-159.

HOLZ, M. **Do mar ao deserto**: A evolução do rio grande do sul no tempo geológico. 2. ed. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2003.

HONÓRIO Lemes Silva. 2003. Disponível em: <<http://www.paginadogaicho.com.br/pers/n-honorio-le.htm>>. Acesso em: 03 ago 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA-IBGE. **Cidades@**. Disponível em:<<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=431640&search=rio-grande-do-sul|rosario-do-sul>>. Acesso em: 19 ago. 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA-IBGE. **Censo Agropecuário 2006**: resultados preliminares. Rio de Janeiro, 2006. p.1-146. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/2006/agrop ecuario.pdf>>. Acesso em: dia mês abrev. ano.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA-IBGE. **Mapa de Biomassas e vegetação**. 2004. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/21052004biomas.shtm>>. Acesso em: 05 ago. 2014.

KERN, A. A. O povoamento do rio da Prata oriental: antecedentes indígenas. In.: GONÇALVEZ, W. J.; ALVES, N. F. (Org.). **Seminário Internacional: América 500 anos uma história a contar**. Rio Grande: FURG, 1993. p. 17-24.

LITRE, G. **Os gaúchos e a globalização: vulnerabilidade e adaptação da pecuária familiar no pampa do Uruguai, Argentina e Brasil**. 2010. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) - Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

MEDEIROS, B. R.; SAIBRO, C. J.; FOCHT, T. Invasão de Capim-annoni (*Eragrostis plana* Nees) no bioma Pampa do Rio Grande do Sul. In: PILLAR, V.P. et al. **Campos Sulinos: conservação e uso sustentável da biodiversidade**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2009. p. 317-330.

NABINGER, C. et al. Produção animal com base no campo nativo: aplicações de resultados de pesquisa. In: PILLAR, V.P. et al. **Campos Sulinos: conservação e uso sustentável da biodiversidade**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2009. p. 175-198.

NABINGER, C. Manejo e produtividade das pastagens nativas do subtropico brasileiro. In: SIMPÓSIO DE FORRAGEIRAS E PASTAGENS, 1., 2006, Porto Alegre. **Anais...** Canoas: Ulbra, 2006. p.25-76

NESKE, Z. N. **Estilo de Agricultura e Dinâmicas Locais de desenvolvimento rural: o caso da pecuária familiar no território Alto Camaqua do Rio Grande do Sul**. 2009. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

OLIVEN, G. R. O processo de construção da identidade gaúcha. In: RECKZIEGEL, S.L.A.; FÉLIX, O.L. (Org.). **RS: 200 anos definindo espaços na história nacional**. Passo Fundo: UPF, 2002. p. 163-190.

PEREIRA, C. V. Elementos para pensar a contribuição do desenvolvimento rural para a conservação do bioma pampa. **Mundo Agrário**, Buenos Aires, v. 15, n. 28, abr. 2014.

PESAVENTO, J.S. **História do Rio Grande do Sul**. 7. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1994. p. 142.

PLOEG, D, V, D, J. **Camponeses e impérios alimentares: luta por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

PORTO, G.R. et al. O pecuarista familiar: emergência de uma nova categoria social no extremo sul do Brasil. **Caderno de Ciências & Tecnologia**, Brasília, v.26, n.1/3, p. 39-57, jan./dez. 2009.

PUEBLO Charrua: matanza de salsipuedes. 2012. Disponível em: <<https://chancharrua.wordpress.com/2012/04/11/pueblo-charrua-matanza-de-salsipuedes/>>. Acesso em: 09 ago. 2014.

ROSÁRIO DO SUL. Prefeitura Municipal. **Agricultura**. 2014. Disponível em: <<http://www.prefeituraderosario.com.br/>>. Acesso em: 07 set. 2014.

ROSÁRIO DO SUL. Prefeitura Municipal. **Rosário Centenário 1876 – 1976**. Rosário do Sul, 1976.

PROJETO Passo Fundo. 2014. Disponível em: <[http://www.projetopassofundo.com.br/principal.php?modulo=texto&tipo=texto&con\\_codigo=19072](http://www.projetopassofundo.com.br/principal.php?modulo=texto&tipo=texto&con_codigo=19072)>. Acesso em: 03 ago. 2014.

RAMBO, B.A. **A fisionomia do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Selbach, 1956.

RECKZIEGEL, S.L.A.; FÉLIX, O.L. (Org.). **RS: 200 anos definindo espaços na história nacional**. Passo Fundo: UPF, 2002. p. 163-190.

RIBEIRO, M.C. **Estudo do modo de vida dos pecuaristas familiares da Região da Campanha do Rio Grande do Sul**. 2009. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

ROZALINO, L. et al. A história da concepção de desenvolvimento frente às identidades regionais: o caso do rincão dos Mendes no município de Rosário do Sul/RS. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 46., 2008. Rio Branco. **Anais...** Rio Branco, 2008.

SACH, I. Sociedade, Cultura e Meio Ambiente. **Mundo & Vida**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 7-13, 2000.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. **Relatório de consultoria**. Consultor: Lucas Woltmann Figueiró. Porto Alegre, jul. 2014. p. 80.

SCHALLENBERGER, E. Povos índios e identidade nacional: o projeto missionário jesuítico e a política integradora de pombal. In: GONÇALVEZ, W. J.; ALVES, N. F. (Org.). **Seminário Internacional: América 500 anos uma história a contar**. Rio Grande: FURG, 1993. p. 43-56.

SILVA, M. B. L. Masculinidade, memória e trabalho: um estudo etnográfico com homens campeiros do pampa sul-rio-grandense em processo de mobilidade. **Tessituras**, Pelotas, v.1, n.1, p. 123-149, jul./dez. 2013.

SILVA, P, V.; BARROS, D, D. Método história oral de vida: contribuições para a pesquisa qualitativa em terapia ocupacional. **Revista Terapia Ocupacional**, São Paulo, v. 21, n.1.p. 68-73, jan./abr. 2010.

SOUSA, M. R. M. **Rosário do Sul através do tempo**: apontamentos de Mário Ortiz de Vasconcellos. Porto Alegre: Alcance, 2004.

SPINDOLA, T.; SANTOS, S, R. Trabalhando com a história de vida: percalços de uma pesquisa (dora?). **Revista Escola Enfermagem**, São Paulo, v. 37, n. 2, p. 119-26, 2003.

SUERTEGARAY, A. M. D.; SILVA, P. A. L. Tchê Pampa: história da natureza gaucha. In: PILLAR, V.P. et al. **Campos Sulinos: conservação e uso sustentável da biodiversidade**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2012. p. 42-59.

TELLES, J. Uma batalha e três combates. Porto Alegre: Gráfica Ltda, 1996.

VEGETAÇÃO. [200?]. Disponível em: <<http://coralx.ufsm.br/ifcers/area.htm>>. Acesso em: 09 ago. 2014.

VELDMAN, W. J. et al. Tyranny of trees in grassy biomes. **Science**, Washington, v. 347, p.484, 30 Jan. 2015.

VÉLEZ, E. et al. Um panorama sobre iniciativas de conservação dos campos sulinos. In.: PILLAR, V.P. et al. **Campos Sulinos: conservação e uso sustentável da biodiversidade**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2009. p. 356-379.

VERDUM, R. (Org.). **Paisagem: leituras, significados e transformações**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.

VERDUM, R.; FONTOURA, M. F. L. **Temáticas rurais do local ao regional**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

WORLD WILD FOUNDATION-WWF. **The growth of soy: impacts and solutions**. Gland: WWF Internacional, 2014. Disponível em:<[http://wwf.panda.org/what\\_we\\_do/footprint/agriculture/soy/soyreport/](http://wwf.panda.org/what_we_do/footprint/agriculture/soy/soyreport/)> Acesso em: 09 ago. 2014.

ZARTH, P.A.; GERHARDT, M. Uma história ambiental do pampa do Rio Grande do Sul. In: TEIXEIRA FILHO, A. (Org.). **Lavouras de destruição: a (im)posição do consenso**. Pelotas: UFPEL, 2012. p. 249-295.

ZATTERA, S. V. **Gaúcho: vestuário tradicional e costumes**. Porto Alegre: Pallotti, 1995.

ZILLER, R. S. Plantas exóticas invasoras: a ameaça da contaminação biológica. **Ciência Hoje**, São Paulo, n,178, p. 1-3, dez. 2001.

## APENDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO



### UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL

#### TERMO DE CONSENTIMENTO

Este termo de consentimento é parte integrante da pesquisa de mestrado realizado pelo mestrando Dennis Nogarolli Marques Patrocínio, sob orientação da professora Dra. Marlise Amália Reinehr Dal Forno e Coorientação do professor Dr. Luciano Silva Figueiredo, para o qual você está sendo convidado a participar. Peço a gentileza, que leia atentamente este termo e esclareça todas as suas dúvidas antes de assinar.

A pesquisa tem como objetivo descrever e analisar a história de vida de sua família sua relação com o ambiente e entre as pessoas que o cercam, buscando descrever textualmente e visualmente as relações ecológicas que os caracterizam.

Pedimos permissão para lhe entrevistas, fotografar, gravar e filmar os momentos de nosso trabalho com vocês.

Para isso ( ) **AUTORIZO** / ( ) **NÃO AUTORIZO** a realização de entrevistas, fotografia, gravação e filmagem vinculadas a minha identificação para publicação na pesquisa de mestrado ora informada.

Depois de eu ter sido esclarecido sobre o projeto, de como será executado, do direito que eu tenho de não participar ou desistir dele, sem prejuízo para mim, e ainda de como os resultados serão usados, eu concordo em participar da pesquisa, autorizando a divulgar o resultado desta pesquisa.

Nome Legível (entrevistado): \_\_\_\_\_

Assinatura (entrevistado) : \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

Data: \_\_\_\_\_

Local: \_\_\_\_\_

## APENDICE B – QUESTIONÁRIO

### ASPECTOS PARA PERCEPÇÃO FAMILIAR

1. Qual a origem da família:
2. Há quanto tempo reside neste local?
3. Como se lembra dessa localidade quando jovem?
4. Seus pais foram dessa localidade?
5. Qual o tamanho da propriedade?
6. Qual seu grau de escolaridade?
7. As principais fontes alimentares para a família provem da propriedade?
8. Gostam de morar aqui? Por quê?

### ASPECTOS DA PERCEPÇÃO DA GESTÃO DA PROPRIEDADE:

9. Qual a situação fundiária da propriedade?
10. Qual a área total da propriedade?
11. Quais atividades produtivas desenvolvem?
12. Possui assistência técnica? Se sim, de que instituição?
13. Possui mão de obra familiar?
14. Há contratação de serviços de terceiros?
15. Seu filho pensa em continuar as atividades da propriedade?
16. Exerce atividade não agrícola? qual?
17. Você é membro de uma associação de produtores (ou organização equivalente)? Como é sua atuação nela?
18. Utiliza crédito rural?

### ASPECTOS SOBRE OS ELEMENTOS AMBIENTAIS

19. Como avalia a qualidade do meio ambiente na localidade?
20. Como se lembra desta localidade quando jovem?

21. Adota algum tipo de manejo do solo? qual?
22. São vistos animais silvestres na região?
23. Qual a qualidade da água disponibilizada para a família?
24. Possui áreas na propriedade com degradação do solo?
25. Utiliza agrotóxico na propriedade?